

RONALDO SÃO ROMÃO SANCHES

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TERENOS-
MS: PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE-MS
2013**

RONALDO SÃO ROMÃO SANCHES

**A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TERENOS-
MS: PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação do Prof. Dr. Heitor Romero Marques.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL
2013**

Ficha catalográfica

Sanches, Ronaldo São Romão

S211a A agricultura familiar no município de Terenos-MS: perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento local. / Ronaldo São Romão Sanches; orientação Prof. Dr. Heitor Romero Marques. 2013
125 f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

1. Agricultura familiar - Terenos, MS 2. Desenvolvimento rural 3. Assentamentos rurais I. Marques, Heitor Romero II. Título

CDD – 338.10981

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: A Agricultura Familiar no município de Terenos-MS: Perspectivas de Sustentabilidade e Desenvolvimento Local

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades.

Linha de pesquisa 2: Desenvolvimento Local: Sistemas Produtivos, Inovação, Governança.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em 31/07/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Romero Marques - orientador
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

Prof. Dr. Nilton César Antunes da Costa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pela oportunidade da vida e pelas inúmeras oportunidades de progresso que temos à nossa disposição para evoluirmos, bastando a nossa vontade, o nosso esforço.

Aos meus queridos avós paternos Antonio e Manuela (*in memoriam*) e maternos Jacinto e Vitória (*in memoriam*). Aos meus queridos pais, Francisco (*in memoriam*) e Isaura por tudo que me ensinaram e proporcionaram. Aos meus queridos irmãos Cesar (*in memoriam*) e Francisco Carlos (*in memoriam*) pela convivência fraterna.

À minha esposa Rute pelo carinho e apoio incondicional de sempre, bem como ao Gabriel e Guilherme, meus filhos, que sempre me incentivaram e que essa conquista possa sempre servir de exemplo que o merecimento é fruto do trabalho, do esforço, da dedicação e da determinação.

A todos os professores do Mestrado em Desenvolvimento Local, pois de forma direta ou indireta colaboraram para o êxito desse trabalho, em especial ao Professor Heitor Romero Marques pelas orientações e paciência.

Aos produtores da agricultura familiar de Terenos, que nos receberam sempre de forma solícita e amigável.

RESUMO

A pesquisa visa analisar as potencialidades e perspectivas da agricultura familiar, frente a um modelo de produção no campo, impulsionado a partir da década de 1970 e que prioriza a agricultura empresarial. Para tanto, buscou-se tomar como parâmetro a agricultura em Terenos, um típico município de economia predominantemente agropecuária, do Estado de Mato Grosso do Sul. O problema mais comumente encontrado é a constatação da baixa rentabilidade dos estabelecimentos que se enquadram nos padrões da legislação vigente, desmotivando os produtores a ponto de muitas vezes inviabilizar o empreendimento e migrar para as cidades. O objetivo da pesquisa é analisar sob o prisma do Desenvolvimento Local, se a agricultura familiar pode ser considerada sustentável e se a pequena propriedade rural é viável. Como objetivo específico visa analisar as atividades sob os diversos prismas da sustentabilidade. O tema da pesquisa reveste-se de importância por se tratar de uma área importante da economia, que é a produção de alimentos, e a inserção e o papel da agricultura familiar nesse contexto, quando se verifica a predominância dos recursos e das pesquisas voltadas essencialmente para um modelo de produção de alimentos que tem por objetivo gerar divisas com exportação, sendo evidente a ocupação desenfreada de velhas e novas fronteiras agrícolas para implantação de culturas da soja, do milho, da cana-de-açúcar, da bovinocultura de corte, de florestas em forma de monoculturas como a do eucalipto, para produção de celulose e papel, de carvão vegetal para suprir as necessidades da indústria siderúrgica.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; assentamentos; sustentabilidade; Terenos.

ABSTRACT

The research aims to analyze the potential and prospects of family farming, compared to a production model in the country, driven from the 1970s and that prioritizes corporate agriculture. Therefore, we tried to take as a parameter in agriculture Terenos, a typical city of predominantly agricultural economy, the state of Mato Grosso do Sul. The most common problem encountered is the finding of low profitability of establishments that fall within the standards of legislation force, discouraging growers point often derail the project and migrate to the cities. The objective of the research is to analyze the perspective of Local Development, the family farm is sustainable and whether the small farm is feasible. Specific objective is to analyze the various activities under the prism of sustainability. The research topic is of importance because it is an important area of the economy, which is food production, and the integration and the role of family farming in this context, where there is a predominance of resources and research focused mainly for model of food production which aims to generate foreign exchange from exports, being evident uncontrolled occupation of old and new agricultural frontiers for deployment of the soybean, corn, cane sugar, beef cattle, forests in form of monocultures such as eucalyptus for pulp and paper, charcoal to meet the needs of the steel industry.

KEY-WORDS: family farming; settlements; sustainability; Terenos.

SUMÁRIO

1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FORMAS DE DESENVOLVIMENTO.....	14
1.1 TERRITÓRIO	14
1.2 TERRITORIALIDADE.....	16
1.3 TERRITÓRIOS RURAIS	18
1.4 FORMAS DE DESENVOLVIMENTO	19
1.4.1 Desenvolvimento e economia	20
1.4.2 Desenvolvimento e inovação	25
1.4.3 Desenvolvimento Humano	26
1.4.4 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	28
1.4.5 Desenvolvimento Rural.....	29
1.4.6 Desenvolvimento rural e cooperativismo	30
1.4.7 Desenvolvimento e meio ambiente.....	32
1.4.8 Desenvolvimento e Sustentabilidade	33
1.4.9 Desenvolvimento e globalização	34
1.4.10 Desenvolvimento Local	36
1.4.11 O desenvolvimento local e a teoria dos jogos	39
2 AGRICULTURA FAMILIAR	42
2.1 UMA PEQUENA HISTÓRIA DA AGRICULTURA	42
2.2 DIREITO AGRÁRIO E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL.....	49
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	54
2.4 PRONAF	58
2.5 CRÉDITO FUNDIÁRIO	62
2.6 AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE EMPREGOS	64
2.7 AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	67
2.8 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS	68
2.9 AGRICULTURA FAMILIAR X AGRONEGÓCIO	70
3. CONHECENDO TERENOS	72
3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO	72
3.2 EDUCAÇÃO	74
3.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO	75
3.4 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO	77
3.4.1 Colônia Agrícola de Terenos	77
3.4.2 Fazenda Vista Alegre	78
3.4.3 Assentamentos do município.....	80

3.4.3.1 Assentamentos da Reforma Agrária.....	81
3.4.3.2 Assentamentos do Crédito Fundiário.....	83
4. RETRATO DA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DE TERENOS	84
4.1 SUSTENTABILIDADE SOCIAL.....	84
4.2 SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA (AMBIENTAL)	93
4.3 SUSTENTABILIDADE CULTURAL.....	95
4.4 SUSTENTABILIDADE POLÍTICA.....	97
4.5 SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA.....	100
4.6 SUSTENTABILIDADE ESPACIAL	106
4.7 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO I.....	122

INTRODUÇÃO

A proposta da pesquisa foi motivada pelo interesse em analisar as potencialidades e perspectivas da agricultura familiar, frente a um modelo de produção no campo, impulsionado a partir da década de 1970. Para tanto, buscouse tomar como parâmetro a agricultura em Terenos, um típico município de economia predominantemente agropecuária, do Estado de Mato Grosso do Sul.

O município de Terenos tornou-se um laboratório interessante para essas verificações, visto sediar projetos de colonização do início do século XX, com a criação da Colônia Agrícola de Terenos em 1924, para assentamento de colonos de origem europeia e alguns anos depois, em 1959, com a Jamic adquirindo a Fazenda Vista Alegre, para desenvolver um projeto de assentamento de colonos de origem japonesa, e mais recentemente, a partir da década de 1980, de projetos de colonização da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário.

A execução de projetos de assentamentos de famílias realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em diversos municípios brasileiros, busca promover o desenvolvimento sustentável de atividades econômicas que tem como objetivos a produção de alimentos e a promoção de justiça social para uma parcela significativa da população de baixa renda e que possui vocação agrícola, e o Crédito Fundiário é considerado um programa que facilita o acesso à terra a produtores não-proprietários ou àqueles produtores que possuem área total inferior ao máximo permitido pela legislação que regula a agricultura familiar.

O problema mais comumente encontrado é a constatação da baixa rentabilidade dos estabelecimentos que se enquadram nos padrões da legislação vigente, desmotivando os produtores a ponto de muitas vezes inviabilizar o empreendimento e migrar para as cidades.

O objetivo da pesquisa é analisar sob o prisma do Desenvolvimento Local, se a agricultura familiar pode ser considerada sustentável e se a pequena propriedade rural é viável. Como objetivo específico analisar as atividades sob os diversos prismas da sustentabilidade.

Com relação à pesquisa bibliográfica, percebe-se que principalmente a partir de meados da década de 1990, houve um acréscimo do interesse por parte dos pesquisadores, talvez ocasionado pela pressão dos movimentos sociais em busca

da tão sonhada oportunidade de construir suas vidas, de ter seu próprio canto. Destacam-se nomes de estudiosos da agricultura familiar como: Ricardo Abramovay, Sergio Schneider, Carlos Guanziroli, Graziano da Silva e tantos mais, bem como do estudo dos territórios, da globalização como Milton Santos e Claude Raffestin.

Com a revisão de literatura ou fundamentação teórica sobre o tema, buscouse deixar claros conceitos e opiniões de pesquisadores acerca dos temas em questão e os comentários visaram dar sustentação à análise dos dados obtidos.

O tema da pesquisa reveste-se de importância por se tratar de uma área importante da economia, que é a produção de alimentos, e a inserção e o papel da agricultura familiar nesse contexto, quando se verifica a predominância dos recursos, das pesquisas, voltadas essencialmente para um modelo de produção de alimentos com objetivo de gerar divisas com exportação, sendo evidentes a ocupação desenfreada de novas fronteiras agrícolas para implantação de culturas da soja, do milho, da cana-de-açúcar, da bovinocultura de corte, de florestas em forma de monoculturas como a do eucalipto, para produção de celulose e papel, de carvão vegetal para suprir as necessidades da indústria siderúrgica.

Esse segmento conhecido como agronegócio prioriza a agricultura patronal tendo como objetivo principal o lucro desprezando muitas vezes aspectos fundamentais de conservação do meio ambiente, de satisfazer as necessidades básicas dos seus assalariados e dos cuidados necessários que lhes garantam e aos seus filhos um futuro sustentável, muito diferente do que pode ser conseguido com políticas públicas adequadas objetivando uma agricultura familiar extremamente rica em possibilidades de se vivenciar um Brasil mais justo, isento de misérias, portanto reunindo todas as condições de garantir qualidade de vida com a paz no campo.

A pesquisa adotada para este trabalho, é do tipo exploratório-descritiva. É exploratória, pois, seu objetivo principal é o aprimoramento das ideias, de tornar o tema mais explícito, a partir de levantamento bibliográfico. Assume características descritivas, pois é feita uma análise dos dados obtidos pela aplicação de questionários em determinada amostra representativa da população.

O instrumento de coleta de dados contém questões fechadas ou de múltiplas escolhas, próprias da pesquisa quantitativa, como também questões abertas, próprias da pesquisa qualitativa, todas referentes a características socioeconômicas, com dados concernentes à qualidade de vida e à capacitação técnica para

desenvolver as atividades. Os dados obtidos foram tabulados e analisados no quarto capítulo do trabalho.

Os critérios para a definição da amostra levaram em conta fatores como produção do estabelecimento, produtividade, sistema de produção, além da área do estabelecimento e mão-de-obra empregada na produção. Em virtude das limitações de prazo e custo, decidiu-se pela aplicação do instrumento de pesquisa em 30 (trinta) produtores dos três segmentos da agricultura familiar, ou seja, em 10 (dez) produtores assentados em projetos da reforma agrária realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 10 (dez) produtores assentados em projetos de associações financiados por crédito fundiário e em 10 (dez) produtores da considerada agricultura familiar tradicional, que são aqueles produtores proprietários de pequenos estabelecimentos rurais cujo perfil se enquadra na legislação federal adquiridos com recursos próprios ou por herança, na pesquisa esses produtores também são denominados de não-assentados.

O estudo foi precedido de pesquisa de material bibliográfico e dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Prefeitura Municipal de Terenos, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo de Mato Grosso do Sul (SEPROTUR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul (SEBRAE/MS), Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul e de Universidades.

No capítulo 1, buscou-se refletir sobre o território, o espaço, o sentido da territorialidade como também das formas de desenvolvimento, com uma abordagem sobre o Desenvolvimento Local.

No capítulo 2, apresenta-se uma breve história sobre a atividade agrícola, de quando o homem deixou de ser nômade, coletor até a *revolução verde*, a agricultura moderna. Também explora a formação histórica do Direito Agrário e a forma como se deu a criação da estrutura fundiária brasileira. O enfoque maior é para a Agricultura Familiar, sob diversos aspectos.

O capítulo 3 é dedicado a conhecer a história da criação do município de Terenos, e aspectos geográficos e sócio-econômicos, trazendo aspectos do multiculturalismo presente provocados justamente pela implantação da agricultura familiar, com a Colônia Agrícola de Dourados, o projeto da Fazenda Vista Alegre da

JAMIC Imigração e Colonização Ltda e mais recentemente com os projetos de assentamento da reforma agrária e do crédito fundiário.

Finalmente no capítulo 4, apresenta-se um retrato da sustentabilidade da agricultura familiar no município de Terenos, nas diferentes dimensões: social, ambiental, cultural, política, tecnológica, espacial e econômica.

Por último, nas considerações finais o resultado dessas reflexões.

1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FORMAS DE DESENVOLVIMENTO

Definir territórios, buscar compreender o sentido de territorialidade, são questões fundamentais para o entendimento da mobilidade do homem, das correntes migratórias, da busca incessante que impulsiona a humanidade.

1.1 TERRITÓRIO

Quando se fala em desenvolvimento local, torna-se necessário abordar aspectos relativos a espaço e território, seus conceitos, até para entender-se a trajetória histórica de uma comunidade, de um povo. Também o próprio conceito de território foi mudando ao longo do tempo, conforme as concepções com relação a Estado, poder, soberania e mais recentemente ao dinamismo e à realidade social.

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993).

Raffestin trouxe uma renovação da abordagem acerca de território e territorialidade por propor a existência da multidimensionalidade do poder. Além do poder do Estado, como propunha Ratzel no século XIX, configuram-se múltiplos poderes inferiores que interagem entre si e com o poder superior, fundamentados nas relações das pessoas, nos diversos graus e que se manifestam regional e localmente.

Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. A produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993).

As novas concepções do que seja espaço, território, territorialidade, vêm no bojo das inquietações e contestações que ocorreram no mundo, a partir do final da década de 1960, em que a própria geografia não esteve imune a críticas, era o seu encontro com a filosofia.

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 1999).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. O território usado é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe (SANTOS, 1999).

Santos (1994), explica que o espaço geográfico é sinônimo de território usado, que é compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, e assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente. O novo funcionamento do território é realizado por meio de horizontalidades (lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais).

Ainda acerca do território e do espaço, Raffestin (1993, p. 143) leva a refletir que:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos. A distância se refere à interação entre os diferentes locais.

Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações.

Nesse sentido, fica claro o sentimento que se constrói, com relação ao espaço produzido, quando famílias participam de um projeto de assentamento, muitas vezes a primeira oportunidade de construir algo em suas vidas, alterando a paisagem, construindo suas casas, relacionando-se com os vizinhos, plantando seu jardim.

1.2 TERRITORIALIDADE

A territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Considerando-se a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis (RAFFESTIN *apud* SANTOS, 2009).

Num mundo onde as distâncias se diluem com os avanços tecnológicos nas diversas áreas, onde o homem tem mais oportunidades de interagir com culturas diferentes, com as redes sociais globais ampliando significativamente as conexões, a própria construção do território e consequente territorialidade ficam cada vez mais complexas.

A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza quanto as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum,

inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993).

A identificação da noção de territorialidade coloca problemas. A história dessa noção está por ser feita, principalmente porque ela veio dos naturalistas, que se preocuparam com a territorialidade animal e não com a territorialidade humana. Nas ciências do homem ela foi tratada, seja direta ou indiretamente, por aqueles que de perto ou de longe abordaram as relações com o espaço ou o território. No entanto, os esforços foram bem menores para identificar a territorialidade humana com precisão (RAFFESTIN, 1993).

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segregá sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a "face vivida" da "face agida" do poder (RAFFESTIN, 1993).

Nessa discussão sobre o poder deve ser levada em conta a consciência sobre cidadania, formas e sistemas de governo, da independência dos poderes, do aperfeiçoamento dos mecanismos de representatividade e da importância do esforço que deve ser empreendido na escolha dos representantes que devem ser eleitos por maioria dos cidadãos que compõem cada colégio eleitoral específico, sempre respeitando as diversidades existentes na coletividade. Sempre buscando enfatizar a importância da participação das pessoas em todas as fases do processo que confere o poder aos dirigentes em todos os níveis, seja de uma simples associação, um sindicato, as casas legislativas, o poder judiciário e as esferas municipais, estaduais e federais do poder executivo.

Analisada a territorialidade compete agora abordar de modo específico a questão dos territórios rurais.

1.3 TERRITÓRIOS RURAIS

Muitas são as fontes que podem ser utilizadas para se entender o significado de territórios rurais. A seguir alguns conceitos sobre o assunto.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) define territórios rurais como aqueles que identificam dentro de microrregiões geográficas, densidade demográfica inferior a 80 hab/km² e população média por município de até 50 mil habitantes, concentração de agricultores familiares, ordenamento da densidade e atividade de capital social. Destaca-se além destas características alguns outros fatores como relação com os recursos naturais e ecossistemas, produção de conhecimentos e saberes, patrimônio cultural, organização social e inter-relações existentes entre o rural e o urbano (MDA, 2007a).

Ao analisar as informações acima, pode-se avaliar a complexidade da tentativa de definir o que seja território rural. Talvez a abordagem deva ser objeto de maiores discussões, avaliar as atividades econômicas na formação do PIB dos municípios, elaborar um estudo minucioso dos aspectos geográficos e sócio-econômicos. Além disso, pela importância que representa na sustentabilidade ambiental, um levantamento das bacias hidrográficas do território em questão, do seu relevo, tipos de solos, flora e fauna, merece uma atenção especial. Buscar encontrar as características comuns dentro das regiões analisadas, quais são as perspectivas das pessoas, realmente avaliar o capital social de cada região, possibilitando emergir todo o potencial e as vocações do território.

A decisão do Governo Brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, foi resultado de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais, segundo uma abordagem inovadora (GARBIN e SILVA, 2006).

O enfoque territorial implica desenvolvimento endógeno e autogestão. As regiões mais carentes de desenvolvimento são exatamente aquelas que apresentam os mais altos índices de analfabetismo e que sofrem, desde muito tempo, processos de exclusão social, de migração e de desqualificação dos serviços públicos (GARBIN e SILVA, 2006).

O município de Terenos pertence ao Território da Reforma – MS, que abrange uma área de 38.498,00 Km² e é composto por mais 10 municípios: Anastácio, Bela Vista, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracaju, Nioaque, Bodoquena e Sidrolândia. A população total do território é de 230.739 habitantes, dos quais 59.653 vivem na área rural, o que corresponde a 25,85% do total. Possui 8.505 agricultores familiares, 9.019 famílias assentadas, 5 comunidades quilombolas e 6 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,75 (PORTAL DA CIDADANIA).

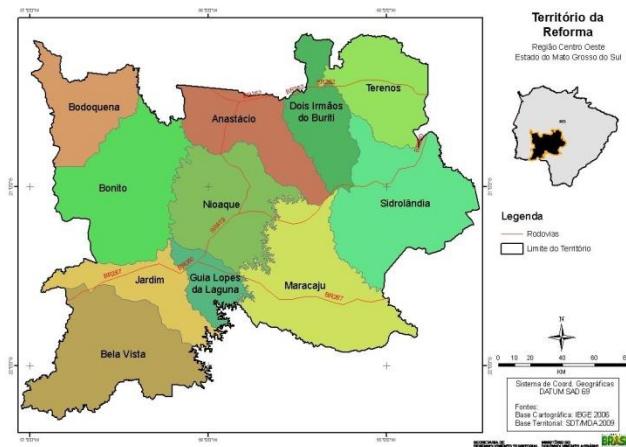


Imagem 1 – Território da Reforma – MS

Fonte: Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SIT/MDA). Disponível em <http://sit.mda.gov.br/mapa.php?opcaomap=TR&modo=0> acesso em 12/04/2012.

Levando-se em consideração os dados apresentados acima, encontramos uma densidade demográfica de 1,54 habitantes/km² na zona rural do Território da Reforma, isso sem descontarmos as áreas referentes às zonas urbanas dos municípios. De concreto pode-se dizer que é um vasto território com muitas particularidades, potencialidades e vocações, faltando ficar claro qual a utilidade de tal delimitação para esse território.

1.4 FORMAS DE DESENVOLVIMENTO

Existem vários enfoques a respeito do desenvolvimento, como também sob que ângulo pretende-se enxergar, com quais interesses.

Escobar (2007) adverte que

por casi cincuenta años, en América Latina, Asia y África se ha predicado un peculiar evangelio con un fervor intenso: el “desarrollo”. Formulado inicialmente en Estados Unidos y Europa durante los años que siguieron al fin de la Segunda Guerra Mundial y ansiosamente aceptado y mejorado por las élites y gobernantes del Tercer Mundo a partir de entonces, el modelo del desarrollo desde sus inicios contenía una propuesta históricamente inusitada desde un punto de vista antropológico: la transformación total de

las culturas y formaciones sociales de tres continentes de acuerdo con los dictados de las del llamado Primer Mundo.

Desconsideravam-se a diversidade das culturas da *periferia*, na imposição de um modelo que se acreditava o único caminho. Na verdade era o pensamento da *intelligentsia* dos países *centrais*, uma forma de dominação.

1.4.1 Desenvolvimento e economia

Cada vez torna-se mais clara que a noção de desenvolvimento deva implicar em melhor qualidade de vida para os membros de uma comunidade. Que a simples análise de um gráfico demonstrando o crescimento anual do PIB de uma região não representa necessariamente que houve melhora no mesmo patamar das condições de vida da população, na melhora dos índices de inclusão social, de acesso a bons serviços nas áreas da educação e saúde, que as pessoas estejam se alimentando melhor, vivendo com mais dignidade.

Desenvolvimento é um tema comum na literatura econômica, podem-se identificar teóricos e pesquisadores em praticamente todas as escolas do pensamento. Desde os clássicos como Adam Smith, Ricardo e Marx, passando por Schumpeter e Rostow, verificam-se que parte de suas obras são dedicadas ao estudo do crescimento econômico e desenvolvimento. Atualmente, o debate sobre o desenvolvimento atrai pesquisadores de outras áreas, preocupados com os impactos ambientais e sociais da agricultura, industrialização e urbanização e com as perspectivas de superação das desigualdades sociais e regionais e com a sustentabilidade do processo de crescimento e desenvolvimento (SOUZA, 2005).

A questão do desenvolvimento é complexa,

assim, ninguém, ou quase ninguém, se detém para se perguntar: o que é o desenvolvimento, por que o desenvolvimento, desenvolvimento de que e em direção a quê? Como já se notou, o termo desenvolvimento começou a ser empregado quando se tornou evidente que o progresso, a expansão, o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, cuja efetivação (realização) se pudesse considerar como inevitável, mas propriedades específicas – dotadas de um valor positivo – das sociedades ocidentais. Estas foram consideradas, então, como sendo sociedades desenvolvidas, entendendo-se com isso que elas eram capazes de produzir um crescimento auto-sustentado; e o problema parecia consistir unicamente nisto: conduzir as demais sociedades à famosa etapa de decolagem. Desse modo, o Ocidente se concebia, e, se propunha, como modelo para o mundo inteiro. O estado normal de uma sociedade, o que era considerado como o estado de maturidade e que se designava por esse termo que aparentemente não exigia elucidação, consistia na capacidade de crescer indefinidamente. Os outros países e sociedades eram naturalmente considerados como menos maduros ou menos

desenvolvidos, e seu principal problema era definido como a existência de obstáculos ao desenvolvimento (CASTORIADIS, 1987, p. 140).

É no mundo rural e pela penetração das relações de produção capitalistas na agricultura e na pecuária, que é preciso começar. Ali se situa um dos fundamentos mais cruciais do modo de produção e de dominação ao qual estamos submetidos e que se encontra também a origem de um dos permanentes mecanismos de agressão aos metabolismos sobre os quais a reprodução física da sociedade humana repousa. Estamos em presença de uma esfera em que o capital financeiro prossegue, mais ferozmente ainda, sua busca simultânea de lucro e de forças renovadas de dominação social. Ele se apóia num processo que remonta aos primórdios do capitalismo, mas que conheceu fases de trégua que, hoje, fazem figura da “idade de ouro” (CHESNAIS, 2003).

No Brasil essa questão foi agravada pela falta de vontade em proporcionar o acesso à propriedade da terra àqueles que mais diretamente trabalhavam e trabalham nela.

O desenvolvimento se realiza no espaço global, mas de modo extremamente descontínuo e não-simultâneo nas diversas nações e regiões do mundo. Algumas das sociedades altamente industrializadas estão se transformando em países pós-industriais; deste modo, enquanto encarnação de modernização e de progresso, a industrialização torna-se parcialmente obsoleta, tomando certamente um significado diferente. Outros países procuraram recuperar o atraso na industrialização somente há poucas décadas. Usualmente o desenvolvimento é medido pelo tamanho do produto social per capita. Este indicador é problemático, contudo é adequado para se obter uma impressão inicial (ALTVATER, 1995, p. 48).

A industrialização da periferia foi parte de uma revolução social ampla que mudou radicalmente as condições de acumulação em escala mundial. Como observou Eric Hobsbawm, o período de 1950 a 1975 assistiu a mudança social mais espetacular, rápida, abrangente, profunda e global já registrada na história mundial. Esse é o primeiro período em que o campesinato se tornou uma minoria, não apenas em países industriais desenvolvidos – em vários deles permaneceu muito forte – mas mesmo em países do Terceiro Mundo (DUPAS, 2001, p. 53).

Para compreendermos o sentido de acumulação, citado por Dupas anteriormente, recorremos a Sawaya (2003, p.1), que afirma:

A lógica do processo de acumulação ampliada do capital na forma como descrito por Marx é capaz de explicar o movimento de acumulação em

escala mundial, suas contradições e impactos sobre a periferia¹. Assim, os processos de acumulação, concentração e centralização de capital, intrínsecos à natureza do funcionamento do capital, muitas vezes vistos como restritos às economias nacionais, são, à medida em que descrevem os movimentos do capital, processos que não respeitam os espaços nacionais; são mecanismos de transmissão das contradições do modo de produção capitalista e das consequentes desigualdades, primeiro, em âmbito local, ampliando-se para uma escala mundial, a partir de seu centro original formado em torno dos países que compõe a Tríade.

Até o início dos anos de 1960, a agricultura vinha sendo vista, por alguns economistas e formuladores de política econômica, como elemento passivo e dependente dos estímulos econômicos provenientes do setor urbano-industrial e do setor público. Defendia-se a discriminação total contra a agricultura, como meio de mobilizar recursos para a indústria. Essa visão inspirava-se na industrialização soviética dos anos de 1920 e 1930, que provocava o viés urbano: enquanto os recursos fluíam para a indústria, ocorria intenso fluxo migratório, com o deslocamento da pobreza do meio rural para as cidades (SOUZA, 2005, p. 200).

Essa situação ocasionou os grandes bolsões de miséria existentes principalmente nas periferias das grandes cidades, e com seus efeitos repercutindo em toda sociedade, pois sem dúvida, são verificados níveis alarmantes de criminalidade que não são circunscritos a essa periferia, e sim em todas as regiões das cidades, sendo problema dos mais graves a resolver e não será apenas editando leis que diminuem a maioridade penal ou aumentando as vagas nas penitenciárias que se conseguirá a paz social, mas sim tentando reparar os erros de outrora com políticas públicas que priorizem a educação pública em todos os níveis, sistema de saúde eficiente e de boa qualidade e redução significativa nos altos índices de corrupção constatados em todos os setores públicos.

A partir do final dos anos de 1960 essa abordagem começou a mudar. Passou-se a defender um equilíbrio, via mercado, entre os setores agrícola e industrial. Nas décadas de 1970 e 1980 sobretudo, a ênfase recaía sobre a influência de estímulos autônomos, provenientes da agricultura, sobre o resto da economia. Os estudos e as políticas econômicas passaram a estimular, em última análise, o papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico (SOUZA, 2005, p. 20).

¹ O autor esclarece que o termo periferia será utilizado para designar o conjunto de países que está à margem dos países que compõe a Tríade (EUA, Europa e Japão). Utiliza-se esse termo porque descreve uma situação estática, enquanto que subdesenvolvimento passa a ideia de movimento no sentido do desenvolvimento.

Essa abordagem afirma que existe correlação positiva entre o crescimento agrícola e o crescimento dos demais setores. Ela ocorre tanto pela grande participação da agricultura no produto total, como por suas interligações inter-setoriais, principalmente com a indústria. Ademais, o crescimento agrícola provocaria crescimento mais do que proporcional no resto da economia, por meio do efeito multiplicador (SOUZA, 2005, p. 201).

Na impossibilidade de mudanças significativas na estrutura agrária e na agricultura tradicional, o caminho que parecia mais promissor era o da industrialização. Esta, em função da concentração da renda interna, foi viabilizada mediante substituição de importações. A agricultura permaneceu extensiva e com baixa produtividade (SOUZA, 2005, p. 212).

Faltou aí aos governantes e legisladores nacionais, a visão da terra não apenas como um dos fatores de produção conforme preconizavam os economistas da escola clássica, nos séculos XVIII e XIX, mas enxergando-a como tendo uma função social, o que só aconteceu somente na teoria, com a edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecido como Estatuto da Terra, ainda em vigor, como também pela Constituinte de 1988.

A questão do desenvolvimento sempre sofreu influência sob o ponto de vista ideológico, principalmente na época da chamada Guerra Fria, que se intensificou após a Segunda Grande Guerra.

O conceito de desenvolvimento, da forma proposta no pós-guerra, por Truman² sofre críticas de cientistas, como a de Escobar (2007, p. 11), que destaca:

Por casi cincuenta años, en América Latina, Asia y África se ha predicado un peculiar evangelio con un fervor intenso: el “desarrollo”. Formulado inicialmente en Estados Unidos y Europa durante los años que siguieron al fin de la Segunda Guerra Mundial y ansiosamente aceptado y mejorado por las élites y gobernantes del Tercer Mundo a partir de entonces, el modelo del desarrollo desde sus inicios contenía una propuesta históricamente inusitada desde un punto de vista antropológico: la transformación total de las culturas y formaciones sociales de tres continentes de acuerdo con los dictados de las del llamado Primer Mundo. Se confiaba en que, casi por fiat tecnológico y económico y gracias a algo llamado planificación, de la noche a la mañana milenarias y complejas culturas se convirtieran en clones de los racionales occidentales de los países considerados económicamente avanzados. El presente libro narra el surgimiento de este sueño, y cómo poco a poco se tornó en pesadilla. Porque en vez de la tan anhelada transformación, parece que el desarrollo solo hubiera logrado multiplicar al infinito los problemas socioeconómicos de Asia, África y América Latina. Basta una mirada superficial a los paisajes biofísicos, económicos y

² Conforme o discurso original de posse de Harry S. Truman, como presidente dos Estados Unidos da América, em 1949, que inaugurou a era mais contemporânea do desenvolvimento no mundo Ocidental.

culturales de la mayor parte del Tercer Mundo para darse cuenta de que el desarrollo está en crisis, y que la violencia, pobreza y deterioro social y ambiental crecientes son el resultado de cincuenta años de recetas de crecimiento económico, “ajustes estructurales”, macroproyectos sin evaluación de impacto, endeudamiento perpetuo, y marginamiento de la mayoría de la población de los procesos de pensamiento y decisión sobre la práctica social.

Era a tentativa dos Estados Unidos como potencia líder do sistema capitalista, enfrentar o crescimento da influencia do socialismo nos países periféricos da América Latina, Ásia e África. Foram criados a partir do Acordo de Bretton Woods em 1944, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A ideia de que a desigualdade não dificulta o crescimento econômico, podendo às vezes até ajudá-lo, é uma crença que permanece dominante entre os economistas brasileiros, mas que só pode ser considerada anômala, e até extravagante, no debate internacional. Já se mostrou que o crescimento alavancado por qualquer setor da economia só pode ser durável se os benefícios do surto inicial forem distribuídos de maneira equitativa para permitir a expansão e o aprofundamento dos mercados. Tanto mais favorável ao crescimento será o perfil da demanda quanto menos desigual for a distribuição de renda (VEIGA, 2000).

É necessário que se entenda as causas da pobreza e da desigualdade existentes no Brasil, o porque da alta concentração de renda e os consequentes bolsões de miseria que retardam que se cumpra a justiça social no Brasil e que malgrado algumas previsões que o colocam como a quinta maior economia do planeta, amarga posições alarmantes em quesitos básicos nas áreas da saúde, educação e segurança.

É comum encontrar-se citações nas quais se confunde o significado de crescimento e desenvolvimento. Santos (2004) chama a atenção para o fato de poder observar situações oficialmente chamadas de desenvolvimento, mas que poderiam ser definidas como situações de crescimento. Sem trair definições consagradas, Griffin *apud* Santos (2004) afirma:

Se o crescimento e o desenvolvimento são somente um resultado da *pure productivity*, quer dizer da produtividade, que não pode ser atribuída a uma mudança da capacidade de utilização, então, há uma confusão entre os dois termos. Efetivamente, nas condições atuais da divisão internacional do trabalho, a industrialização nem sempre é capaz de criar um crescimento com desenvolvimento, mas apenas um pseudodesenvolvimento, devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda. Isso reforça a tendência à implantação de novas atividades nas condições de produtividade pura.

É inútil imaginar que a pobreza poderá ser eliminada sem a modificação da atual estrutura da produção, dos investimentos e do consumo. Pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não pode existir sem a outra. O problema de eliminar a pobreza, isto é, de suprimir as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o que vale dizer, das relações do homem com a natureza e dos homens entre si (SANTOS, 1997).

Sem dúvida, a matriz da maior parte das mazelas sociais no mundo, têm origem no próprio homem, na ganância, na sede de poder, nas relações que ao invés de minimizar, amplificam as diferenças. Políticas públicas que privilegiam a educação e a diminuição das desigualdades sociais, o respeito às diversidades, a administração eficiente e austera dos recursos públicos, possibilitam a eliminação do fosso entre as camadas ricas e pobres ou marginalizadas da população.

1.4.2 Desenvolvimento e inovação

A inovação pode ser considerada tanto como um novo produto que chega ao mercado, como também um novo processo. Podem ser citados inúmeros exemplos, de novos produtos: o telefone celular, o computador pessoal, o forno de microondas. No caso de processos, Henry Ford inovou ao criar a linha de produção de veículos em série com o Ford T em 1908, e a Toyota inovou com a adoção do *just in time* (JIT), processo que sustenta o Sistema Toyota de Produção e que visa fundamentalmente a eliminação do desperdício aliado a extrema preocupação com a qualidade do produto e que posicionou a montadora japonesa entre as maiores do mundo.

O estabelecimento de centros de desenvolvimento de pesquisas abre um campo natural de inovações nas áreas que se queira fomentar o desenvolvimento sendo que muitas regiões tornam-se pólos difusores de tecnologias.

Segundo Sáenz e Capote (2002, p. 1):

A ciência e a tecnologia devem ser deixadas de ser tratadas, erroneamente, como um setor vertical da sociedade, para inserir-se horizontalmente em todos os setores dela. Portanto, o estudo e o domínio desta esfera, particularmente em seus aspectos gerenciais, já não é apenas, como antes, do interesse exclusivo do setor acadêmico. Interessa, também, muito em particular, ao setor produtivo, no qual se encontra o centro de gravidade dos processos inovativos.

É óbvio que os produtores terão que se adaptar a mudanças significativas nas maneiras de produzir, processar e distribuir alimentos, até que eles cheguem à mesa do consumidor, como é óbvio que terão também que entender melhor as relações entre o comércio agroalimentar internacional, o uso dos recursos naturais e a qualidade ambiental. Na verdade, a única coisa certa é que a ruptura com as restrições de plantio pelo *FAIR Act* de 1996, nos Estados Unidos, foi uma iniciativa crucial para o fomento de inovações agroambientais (VEIGA, 1998).

Vale lembrar quando se fala em inovação aplicada ao desenvolvimento local no âmbito da agricultura familiar, a importância que se reveste as pesquisas levadas a cabo por órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), das agências estaduais de pesquisa e extensão, das universidades que podem e devem estar em consonância com os produtores familiares, com suas necessidades.

1.4.3 Desenvolvimento Humano

Pode-se dizer que o desenvolvimento humano é algo inerente ao ser, às conquistas interiores, de um ser que vive em equilíbrio consigo mesmo e com aqueles que estejam à sua volta.

Sem dúvida, como propõe Elizalde (2000), há que se refletir sobre as necessidades humanas fundamentais e visualizar uma concepção de desenvolvimento que rompe radicalmente com as visões dominantes que remetem a algo parecido com o simples crescimento econômico. Propugna a existência de um sistema formado por três subsistemas, o das necessidades, o dos satisfatores e o dos bens. Estando configurados como um sistema, consequentemente os subsistemas afetam-se mutuamente, restando saber qual a importância de cada um deles.

O consumo consciente é diferente do consumismo, que é aquele onde as pessoas compram pelo prazer de comprar, mesmo não sendo necessário. Passa a ser algo patológico, de alguém muito influenciável pelas campanhas nas diversas mídias.

Quanto às necessidades humanas fundamentais, Elizalde (2000) acredita que são universais, ou seja, são ou foram as mesmas para todos os seres humanos ao longo da história e das culturas, é dizer que se é as próprias necessidades, aquelas que dizem respeito à interioridade, à natureza de si, ao interior da pele, algo que se

tem e que por mais que se deseja, não se pode modificar, como os subsistemas biológicos, pois fazem parte da vida. Entende que existem nove necessidades humanas fundamentais: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade, constituindo cada uma delas subsistemas.

Quanto aos satisfatores, Elizalde (2000) afirma que são as formas históricas e culturais mediante as quais se atende as necessidades humanas fundamentais. Constituem as formas mediante as quais em cada cultura, sociedade, circunstância histórica se buscam as melhores formas de atender as necessidades de seus integrantes. Os satisfatores de uma parte são imateriais e por outra parte constituem a interface entre o que é a exterioridade e a interioridade, entre os bens e as necessidades.

Aqui pode-se dizer que existem satisfatores imprescindíveis como o ar, a água, os alimentos, precisa-se deles para viver, para suprir as necessidades de subsistência.

O terceiro subsistema segundo Elizalde (2000), é o dos bens, que são os artefatos materiais da cultura e são fundamentalmente pura exterioridade, são os objetos ou coisas que potenciam a capacidade dos satisfatores para poder dar conta da necessidade. Todos vivem rodeados de bens, que são definidos como sendo os elementos produzidos e que estão fora da própria pele, são materiais, algo concreto e portanto tem um peso entrópico, isto é, que causa um desequilíbrio ao sistema da vida, da biosfera e esta é uma questão que não é trivial, é bastante significativa.

Como parte do subsistema retro-referido há aqueles considerados básicos, como a moradia e as roupas bem como outros mais sofisticados.

Elizalde (2000) acredita que a visão dominante faz acreditar que a necessidade fundamental seja a da subsistência. Mas em sua proposta não existe hierarquia dentro do sistema e que todas as necessidades têm uma importância similar.

Isso provoca uma mudança no conceito de pobreza e de riqueza, pois na visão tradicional, a pobreza está associada exclusivamente à impossibilidade de subsistência, vale dizer de pão e teto.

Ainda segundo a concepção de Elizalde (2000), para todas as necessidades existe um “umbral presistêmico”, um limite. A falta em qualquer uma delas, além de um certo nível, conduz ao desmoronamento do sistema de necessidades e

consequentemente da vida, evidenciando que também se morre por carência de afeto ou por carência de identidade.

Pelo bombardeamento intenso das diversas mídias, da cultura do consumismo, pode-se vislumbrar a importância de uma educação voltada a auxiliar na formação de um pensamento crítico em relação ao consumo exacerbado, do ter que se sobrepuja ao ser.

1.4.4 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Esse enfoque é apresentado anualmente, desde 1990 sob a forma de Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), e propõe uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano.

Ainda, segundo o PNUD, aos poucos, o IDH tornou-se referência mundial, sendo um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) pode ser consultado no “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 municípios do país, os 26 Estados e o Distrito Federal.

Os índices conhecidos têm como base o Censo de 2010 do IBGE, estando previsto pelo PNUD o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil 2013, com dados do Censo 2010. As informações de IDH-M disponíveis para referência e uso são relativas ao Atlas de Desenvolvimento Humano 2003 cuja base são dados do Censo de 2000.

O município de Terenos encontra-se na 44^a posição entre os 79 municípios sul matogrossenses, com um IDH-M de 0,731, ao lado de Iguatemi e Rochedo, numa escala onde o município que ocupa a primeira posição é Chapadão do Sul, com um IDH-M de 0,826, Campo Grande ocupa a segunda posição com um IDH-M de 0,814, a última posição é ocupada por Japorã, com um IDH-M de 0,636, sendo

que dois municípios, Paraíso das Águas e Figueirão não constam desse ranking pois foram criados após a coleta dos dados de 2000³.

1.4.5 Desenvolvimento Rural

Da mesma forma que as cidades foram evoluindo, também o campo foi sendo objeto de mudanças, inclusive na sua conceituação, devido à absorção das tecnologias, dos novos insumos que iam sendo utilizados, das comunicações, dos meios de transportes, o modo de vida dos seus habitantes, o grau de interação do campo com as cidades, a pluriatividade exercida por muitos que vivem no campo e na cidade impactando na formação da renda das famílias.

No início do século XX, menos de 5% (cinco por cento) das pessoas morava e trabalhava em uma cidade. No final da Segunda Guerra Mundial, portanto há cerca de 60 anos, 75% (setenta e cinco por cento) da população norte-americana já estava nas cidades, e no Japão, os que estavam nas cidades já somava 40% (quarenta por cento). Hoje a população rural nos países desenvolvidos limita-se a uma média de 5% do total dos habitantes. Esse verdadeiro êxodo ocorreu num período de cerca de apenas cem anos. Mesmo nos países mais pobres, as cidades estão crescendo em um ritmo acelerado. As pessoas querem ir do campo para a cidade, mesmo sem saber se vão encontrar emprego ou moradia. O único precedente para essa transformação demográfica é o que aconteceu há dez mil anos, quando as pessoas se assentaram na terra e se tornaram agricultores e pastores (DRUCKER, 1998).

Essa corrida do campo para as cidades reflete a busca das pessoas por melhores oportunidades em todos os campos, seja do emprego, do saber, da assistência à saúde

O desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola, isso é corriqueiramente reconhecido na produção acadêmica e nas instituições governamentais e não governamentais de desenvolvimento no mundo todo. É bastante recente o interesse pelas razões que explicam o dinamismo de certas regiões rurais e o declínio de outras. As regiões dinâmicas, como por exemplo o

³ O Ranking do IDH dos Municípios do Brasil 2003 está disponível no endereço:
http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/idh_municipios_brasil_2000.aspx?indiceaccordion=1&li=li_ranking2003

Vale do Itajaí, em Santa Catarina caracterizam-se por uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e, portanto, de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores (ABRAMOVAY, 2000).

Interessante lembrar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na definição de território rural, inclui como uma das premissas a concentração de agricultores familiares que na verdade só será conseguida com uma redução significativa do grau de concentração fundiária.

1.4.6 Desenvolvimento rural e cooperativismo

É oportuna a afirmação da importância do cooperativismo para o desenvolvimento rural, sendo significativa a participação na pauta exportadora brasileira de produtos agrícolas, como também é relevante a participação das cooperativas no tocante ao fornecimento de insumos, promoção da riqueza e bem estar no campo.

Segundo o relatório Balança Comercial Brasileira de Cooperativas⁴, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de janeiro a abril de 2013, as cooperativas brasileiras exportaram U\$ 1,8 bilhão em produtos agropecuários, representando 2,6% de participação na pauta e com grandes possibilidades que esses valores sejam elevados substancialmente.

O clássico lema do cooperativismo “a união faz a força” vem ganhando vigor e sustentabilidade no meio agrícola brasileiro. Quem convive com as cooperativas e com o agronegócio não se surpreendeu e percebe a força dessas organizações na economia brasileira. A ascensão das cooperativas agrícolas entre as 1.000 maiores empresas brasileiras deve-se à verdadeira revolução empresarial que vem ocorrendo silenciosamente no interior do país (NEVES, 2005).

As cooperativas se organizaram, introduziram a gestão empresarial, conduzida por executivos treinados e capacitados, e imprimiram a consciência de cooperação e colaboração interna. Conscientizaram-se da necessidade de ações

⁴ Pode-se consultar o documento no endereço:
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3186>

como a concentração horizontal e integração vertical, por meio de aquisições e fusões, visando casar eficiência e eficácia via economias de escala e de escopo e otimização dos custos de produção e de transação. Esse é o caminho a ser perseguido pela agricultura, aumentando seu poder de negociação no encadeamento para frente e para trás do complexo agroindustrial. O agricultor isolado tende a desaparecer, é sabido que “uma andorinha só, não faz verão”. A saída é a união participativa e cooperativa (NEVES, 2005).

Essa afirmação sobre a participação e a cooperação é ainda mais importante no tocante à agricultura familiar devido ao porte menor dos produtores, potencializando ainda mais os efeitos benéficos da união.

As cooperativas vêm se organizando profissionalmente, investindo na gestão empresarial, tecnológica, estratégica e na gestão da qualidade, se preparando para operar em escala e agregar valor. Foi-se o tempo em que eram apenas cooperativas de produção e comercialização de matéria-prima e *commodities*⁵. Algumas estabeleceram estações agronômicas experimentais e pesquisas de campo em parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisa, implantaram dias de campo e parcerias com empresas de insumos do “antes da porteira”, idealizaram feiras e exposições anuais, criaram agências de financiamentos, melhoraram e ampliaram sua infra-estrutura de beneficiamento, armazenagem, industrialização, frigorificação, tornando-se altamente competitivas e atuando em diversos elos da cadeia agroalimentar (integração vertical) e imprimiram a verdadeira filosofia do cooperativismo: “A união faz a força” (NEVES, 2005).

Percebe-se que a presença das cooperativas é ainda muito incipiente no segmento da agricultura familiar ao contrário da sua presença que é muito forte na agricultura comercial (patronal/empresarial).

⁵ **Commodity** é um termo de língua inglesa (plural **commodities**), que significa mercadoria. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, disponível no endereço: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1955&refr=608>

1.4.7 Desenvolvimento e meio ambiente

Foi a preocupação com o meio ambiente, com a constatação de índices alarmantes de poluição, com o esgotamento de recursos naturais não renováveis, com a verificação do aquecimento global, com o desmatamento sem controle de florestas no mundo todo, com o posicionamento da comunidade científica e de organizações não-governamentais e o impacto da opinião pública mundial a partir principalmente da Rio-92⁶ que o meio ambiente entrou na pauta do dia em praticamente todos os países.

Conforme a Agenda 21 (1992)⁷, no ano 2025, 83 por cento da população mundial prevista, de 8,5 bilhões de habitantes, estarão vivendo nos países atualmente em desenvolvimento. Mesmo levando em consideração a capacidade dos recursos e das tecnologias disponíveis, é incerto que as exigências de alimentos sejam satisfeitas e isso é um grande desafio para a agricultura. Com o objetivo de criar condições que permitam o desenvolvimento rural e agrícola sustentável, verifica-se a necessidade de efetuar importantes ajustes nas políticas para a agricultura, o meio ambiente e a macroeconomia, tanto no nível nacional quanto internacional, nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.

O principal objetivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar. Isso envolverá iniciativas na área da educação, o uso de incentivos econômicos e o desenvolvimento de tecnologias novas e apropriadas, dessa forma assegurando uma oferta estável de alimentos nutricionalmente adequados, o acesso a essas ofertas por parte dos grupos vulneráveis, paralelamente à produção para os mercados; emprego e geração de renda para reduzir a pobreza; e o manejo dos recursos naturais juntamente com a proteção do meio ambiente (AGENDA 21, 1992).

Sabe-se da importância da educação ambiental como elemento transformador da sociedade, levando as pessoas a refletir sobre a necessidade de se criar comunidades sustentáveis, garantindo qualidade de vida e relações mais saudáveis, pois a consciência da cidadania pressupõe respeito ao que é comum.

⁶ A Rio-92, que também ficou conhecida como Eco-92, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 14 de junho de 1992.

⁷ A Agenda 21 foi o principal documento produzido na Rio-92

1.4.8 Desenvolvimento e Sustentabilidade

Pode ser que no seu inconsciente, o homem começou a refletir sobre a questão da sustentabilidade bem antes de ser tema da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em junho de 1972, em Estocolmo. Parece que o título da conferência não souu bem, pois o ser humano faz parte do meio ambiente global.

O documento “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), publicado em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, em referência à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, designada pela Organização das Nações Unidas, para estudar o assunto traz a definição clássica de desenvolvimento sustentável: “é aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações”.

Com o desenvolvimento das ciências, o homem começou a perceber que os recursos disponíveis são finitos, e que com o crescimento demográfico em ritmo acentuado, ficariam cada vez mais escassos.

Premidos por necessidades crescentes de produção de alimentos, aliados a um sistema econômico cujo norte seja o lucro, tanto de uma elite detentora das terras quanto da indústria de insumos, ficava inevitável a expansão das fronteiras agrícolas.

Abordagem necessária para a compreensão da realidade brasileira diz respeito à forma como se conduziu a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, principalmente quanto à ocupação do bioma cerrado, a partir principalmente da década de 70 do século passado. Quanto ao modelo rural, Le Bourlegat (2003, p. 16) enfatiza:

A resultante dessa expansão de modelo de agricultura comercial, mediada por tecnologias “pesadas”, sob a regulação preservacionista do Código Florestal, foi a fragmentação das várias unidades de vegetação e consequentemente do habitat de vários animais. Entende-se aqui como “fragmentação”, o fenômeno de redução da unidade de vegetação anterior, assim como o isolamento das áreas remanescentes em consequência do desmatamento.

A chamada agricultura comercial (patronal) recebeu todo incentivo dos governos federais e estaduais desde sempre, só começando a mudar lentamente, a partir dos primeiros anos da década de 1980, por meio de pressão de grande

parcela de agricultores que reivindicavam uma área para poder trabalhar e viver dignamente.

1.4.9 Desenvolvimento e globalização

Com o progresso nas áreas da informação, comunicação e transportes ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, com o fim da Guerra Fria após as reformas implementadas por Mikhail Gorbachev, denominadas *perestroika* e *glasnost* a partir de 1985, com o objetivo de proporcionar abertura econômica e política e que culminaram com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 31 de dezembro de 1991 e com a abertura econômica da China, principalmente a partir da sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 o processo de globalização foi acelerado, é a chamada mundialização do capitalismo.

Imagen 2: Coca Cola na China. A empresa foi a primeiro multinacional a vender no mercado chinês, a partir de 1979. Segundo a revista Business Week, é a marca mais conhecida no mundo. Disponível em: <http://profemernogueira.blogspot.com.br/2011/12/coca-cola-in-china.html>



Imagen 3: Queda do muro de Berlim em novembro de 1989. Disponível em: <http://vedeoscampos.blogspot.com.br/2009/11/queda-do-muro-de-berlim-portas-abertas.html>



Antes, era o Estado que definia os lugares. O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Com a globalização, passou-se da noção de território “estatizado”, nacional, para a noção de território “transnacional”, mundial, global. O território nacional é o espaço de todos, abrigo de todos. Já o território “transnacional” é o de interesse das empresas, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (SANTOS, 1994).

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço de todos, todo o espaço, porque as

redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço de todos (SANTOS, 1994).

Quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial (SANTOS, 1994).

Santos (2001) destaca o papel perverso da globalização, quando esta impele o homem para um processo de competitividade marcado pelo individualismo arrebatador e possessivo, que acaba por constituir o outro como coisa, com reflexos na vida econômica, na ordem política e social e na ordem do território, com cidades e regiões reclamando soluções particularistas, promovendo comportamentos que justificam todo desrespeito às pessoas.

Com o processo de globalização se acentuando surgem as teorias de um Estado Transnacional substituindo o Estado Nacional, com as necessárias indagações sobre seu caráter ser de um poder hegemônico imperial a serviço do grande capital ou que tenha uma necessária solidariedade cosmopolita.

Vieira (2004), coloca em discussão a questão da governabilidade global, que tem encontrado muitas resistências, principalmente dos países do Sul, onde a interdependência crescente, de dinâmica essencialmente econômica, tem se traduzido em maior dependência e menor governabilidade, que a *global governance* não se confunde com a ideia de governo global de caráter centralizado, tratando-se de um sistema global de governo e tomadas de decisões envolvendo os atores atuantes no cenário internacional.

Rogalsky *apud* Vieira (2004, p. 121), propõe que essa questão da governabilidade global parece esbarrar em três grandes paradoxos:

- a) supõe a existência de uma racionalidade identificável e controlável, num mundo fragmentado, com acentuadas divisões e interesses divergentes; b) como a governabilidade nacional perde terreno dia a dia, como subscrever compromissos sem a autoridade suficiente para cumpri-los?; c) diante da impotência crescente do sistema das Nações Unidas, como imaginar e construir uma instituição suplementar democrática, não submetida à influência dos estados mais poderosos, das forças econômicas e financeiras, ou da comunidade científica?

Na discussão a respeito da globalização é interessante abordar questões como as temáticas da emancipação e da liberdade do cidadão, do ser cada vez mais vigiado, mais controlado, mais monitorado à favor dos interesses do grande capital, do *status quo* político. Nesse aspecto a internet, as redes sociais desempenham um papel preponderante com a exposição excessiva das pessoas, com a criação de uma linguagem universal comum, de criar aquela necessidade de fazer parte do grupo, de estar inserido na sociedade, como que a dizer “olha eu estou aqui”.

1.4.10 Desenvolvimento Local

Ante as características regionais diversas, como também o desenvolvimento desigual com contrastes próprios, e o insucesso de resultados quando aplicadas fórmulas que deram certo em outras regiões vê-se a necessidade de pensar o local.

A idéia de Desenvolvimento Local é muito recente, a partir da década de 1980, e até agora vem sendo configurada teórico-metodologicamente de forma a ressaltar as diferenças existentes entre Desenvolvimento no Local (DnL), mas sem autêntico e efetivo Desenvolvimento Local, e a cultura do assistencialismo que vem conotando o Desenvolvimento para o Local (DpL), em comunidades-localidades de todos os países do mundo, mormente dos que integram as "áreas subdesenvolvidas" (ÁVILA, 2005). Esse mesmo autor ressalta que:

por outro lado, é de se frisar que há, no momento, clima nacional e internacional bastante favorável ao *Desenvolvimento Local* na perspectiva da endogenização comunitário-local de capacidades, competências e habilidades para que cada comunidade-localidade comece a assumir seu próprio processo de desenvolvimento. Já é sabido mundialmente que o *assistencialismo*, ao invés de resolver, agrava cada vez mais a dependência de pessoas e comunidades das "ajudas" externas, alimentando inclusive a "Cultura da Pobreza" [...].

Muls (2008) ressalta que a teoria do desenvolvimento local pode ser apresentada como o resultado da falência dos modelos tradicionais do desenvolvimento fundados seja na compreensão do Estado nacional como principal agente promotor do desenvolvimento, seja nas funções alocativas do mercado como facilitador do ótimo econômico.

A busca pelas explicações com relação ao desenvolvimento desigual ou do atraso econômico de países, regiões ou territórios deve ultrapassar os paradigmas econômicos e buscar suas causas na interseção da economia institucional, da história e de outras ciências sociais e, conforme Boyer *apud* Muls (2008), enquanto disciplina, a economia parece incapaz de reconhecer que não existe um fator

explicativo único, que uma política de desenvolvimento requer uma compreensão mais complexa dos sistemas, que combinam instituições econômicas, sociais, culturais e políticas, cujas interações mudam ao longo do tempo.

Ao refletir-se sobre desenvolvimento local torna-se imprescindível compreender o sentido de capital social, justamente por valorizar as relações pessoais, a força que as comunidades possuem quando seus membros se organizam, agindo de forma cooperativa cada um se esforçando segundo suas aptidões, seu conhecimento, que ao se sentirem valorizados, motivam-se para atingir os objetivos comuns.

Putnam (2000) um dos estudiosos do tema aborda a questão dos dilemas das ações coletivas tentando descobrir por que regiões como o sul da Itália são menos desenvolvidas e pobres com relação ao norte rico? Ele mesmo responde com uma certeza: “Decerto não será porque os habitantes prefiram viver solitária e resignadamente na pobreza”. Faz alusão a uma possível causa com relação a uma antiga opressão estrangeira sobre a região como também questiona se as pessoas não aprenderam nada com suas experiências de vida?

Putnam (2000) exemplifica com uma parábola de David Hume, um filósofo escocês do século XVIII, que reflete um dilema entre dois camponeses para cooperarem um com o outro em época de colheita devido à falta de confiança um no outro, sendo que ao final os dois saem perdendo. Na realidade, a falta de um compromisso mútuo confiável fez com que desertassem da cooperação. No caso, não há garantia de que um ou outro “roa a corda” na hora que for a sua vez de cooperar. Gambetta *apud* Putnam (2000) diz que “para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros.

Para Putnam (2000), no caso da parábola de Hume, fica claro que o principal entrave à cooperação é a falta de punição para quem deserta, pois como ter certeza de que o outro não faltará com a palavra na sua vez de cooperar? Hobbes, teórico social do século XVII propôs a solução clássica das partes, a coerção de um terceiro, no caso, conferirem ao Leviatã poderes para estabelecer a harmonia entre elas. E que a recompensa é a mútua confiança necessária à vida civil.

Nas imagens abaixo, pode-se ilustrar extremos que representam as desigualdades sociais entre regiões prósperas e pobres.

Na cabeça do retirante, deve-se configurar o dilema entre ficar e perecer no único território que talvez conheça, onde sempre viveu, mas que está assolado por uma seca implacável, ou buscar fixar-se em um novo espaço, onde poderá ter alguma perspectiva de sobrevivência. Milhares de migrantes oriundos basicamente das regiões do sertão nordestino rumaram principalmente para as grandes cidades do leste e sudeste brasileiro fixando-se na sua periferia. Muitos também vieram povoar as zonas rurais do centro oeste, inclusive em Mato Grosso do Sul, também na região pesquisada, em Terenos.

Imagen 4 – Parque do Ibirapuera/São Paulo. Disponível em: <http://www.parquedoibirapuera.com/sobre-o-parque/galeria-de-fotos/>



Imagen 5 – Desigualdade social. Foto de Tuca Vieira, disponível no endereço: <http://www.tucavieira.com.br/A-foto-da-favela-de-Paraisópolis>, revela o contraste gritante entre um condomínio de luxo (Penthouse) e a Favela Paraisópolis, na Zona Sul de São Paulo



A questão dos contrastes gritantes que se observa nos grandes conglomerados urbanos, nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades, tem profunda relação com o descaso dos governos desde o Brasil Colonial com as populações rurais, sempre tratadas como mão de obra de baixa qualidade e produtividade, sem refletir sobre suas reais potencialidades a serem desvendadas desde que oportunizadas as condições necessárias para as mudanças na construção de uma sociedade mais justa.

Imagen 6 – Criança em lixão. Disponível em: <http://www.mobilizacaosocial.com.br/profiles/blogs/fim-da-pobreza-extrema-no>



Imagen 7 – Agricultores familiares. Disponível em: <http://www.territoria.com.br/site/?p=39>



A triste constatação, comumente vista nos lixões das cidades, de crianças tentando sobreviver ou buscando ajudar a reforçar a renda familiar com um trabalho degradante é o retrato da inexistência ou insuficiência de políticas públicas eficazes no combate à miséria de grande contingente da população brasileira, que segundo estimativas do Censo de 2010 do IBGE somam mais de 16 milhões de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza, resultando numa média nacional em torno de 8,5%, sendo que no Centro Oeste a média é de cerca de 4% da população.

Ressalta-se a capacidade da agricultura familiar em reter no campo uma grande parcela da população ainda com baixa escolaridade, mas com potencial produtivo e com possibilidade de viver com qualidade de vida em contraposição à grande possibilidade de viverem na marginalidade das cidades, com todas as consequências dessa condição de vida.

Imagen 8 – Produtora do Assentamento Guariroba preparando as embalagens de milho verde para serem levadas ao mercado de Terenos, destaca-se a motivação demonstrada pela oportunidade de trabalho. Fonte: autor, novembro de 2012.



Imagen 9 – Produtor do Assentamento Paraíso ao lado de resfriador de leite montado no seu lote e que beneficia os produtores vizinhos. Fonte: autor, novembro de 2012.



Quando se observa as perspectivas que se abrem na medida em que atividades como a agricultura familiar podem ensejar na vida das pessoas, das comunidades em que vivem, verifica-se a importância dos incentivos concedidos ao setor.

1.4.11 O desenvolvimento local e a teoria dos jogos

Considerando a diversidade do modo de pensar dos agentes existentes em uma comunidade a teoria dos jogos pode ser aplicada ao processo de desenvolvimento local. Martins (2003, p. 22) afirma que:

El proceso de Desarrollo Local exige que existan relaciones intensas entre los diversos agentes o “actores” que participan del proceso. Esos actores incluyen no solamente a los representantes de asociaciones, empresas y otros órganos representativos del poder público y privado, sino también de la población en general, y las instituciones gubernamentales. Se combinan así, los intereses de un gran conjunto de personas, que no siempre convergen hacia las mismas prioridades, demostrando incluso intereses conflictivos.

Segundo Vitorino; Sacomano Neto e Spers (2008), a Teoria dos Jogos contribui para o entendimento do binômio cooperação e competição. Essa teoria envolve acima de tudo, o estudo de decisões interativas, no qual os tomadores de decisões são afetados tanto pelas suas próprias escolhas quanto pelas decisões dos outros. Segundo a teoria dos jogos, as escolhas das pessoas são motivadas por preferências bem definidas e estáveis. Visa compreender a lógica dos processos de decisão e ajudar a responder sobre o que é preciso para haver colaboração entre os jogadores, sobre que políticas e atitudes devem ser adotadas para garantir ou incentivar a colaboração entre os jogadores. Verifica-se ainda a possibilidade de haver um cenário de co-operação, onde os jogadores às vezes se comportam como competidores individuais (egoístas) ou como colaboradores (altruístas).

Embora existam registros de discussões a respeito da teoria dos jogos desde 1713 com James Waldegrave, da publicação de Antoine Augustin Cournot em 1838 onde apresentava uma versão restrita do *equilíbrio de Nash*, e dos trabalhos do matemático francês Borel sobre o assunto, foi somente em 1928 quando John von Neumann publicou uma série de trabalhos é que a teoria dos jogos passou a existir como um campo unificado. Em 1944, Neumann juntamente com Oskar Morgenstern publicaram *Theory of Games and Economic Behavior*. Nessa época focava-se a teoria dos jogos cooperativos, que analisa estratégias ótimas para grupos de indivíduos, presumindo-se que eles possam conjugar seus esforços no que diz respeito a suas estratégias adotadas⁸.

O exemplo mais clássico de um jogo é o *dilema do prisioneiro*, criado por Albert Tucker em 1950, geralmente explicado por meio de uma história, na qual dois homens que foram presos por um mesmo delito, que sendo ouvidos separadamente confessam ou não a participação no crime, o que implica em penas mais curtas ou longas, sendo que a dinâmica subjacente pode ser usada para descrever qualquer tipo de fenômeno. Também nessa época John Nash

⁸ Teoria dos Jogos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_dos_jogos. Acesso em 15/06/2013.

desenvolveu sua teoria que ficou conhecida como *Equilíbrio de Nash* onde é representada uma situação na qual, em um jogo envolvendo dois ou mais jogadores, nenhum jogador tende a ganhar ao mudar sua estratégia unilateralmente⁹.

A proposta do desenvolvimento local se apresenta como uma alternativa teoricamente viável, que ao ser promovido endogenamente ou por intervenção externa deve ser evitada a proliferação de “caronas” que esperam a ação dos outros, podendo comprometer a decolagem do processo de desenvolvimento (MARTINS, 2003). Deve-se, portanto, ser realizado um esforço de conscientização para se obter a maior participação possível de todos os agentes, enfim, a aplicação da Teoria dos Jogos possibilita uma reflexão em torno da ética.

Tanto no esforço para se compreender o que vem a ser território, bem como aspectos da territorialidade, passando pela análise das formas de desenvolvimento, com todas as suas nuances, o ponto central de tudo é o homem e suas relações sociais complexas e com o ambiente em que vive, e cada vez mais as diversidades de modo de pensar e ser devem ser respeitadas e levadas em consideração tanto na formulação como na implementação das políticas.

⁹ Equilíbrio de Nash. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Equil%C3%ADbrio_de_Nash. Acesso em 15/06/2013.

2 AGRICULTURA FAMILIAR

Para embasar a discussão sobre agricultura familiar é necessário que se faça um retrospecto a respeito da agricultura, do direito agrário, de como foi formada a estrutura fundiária brasileira, das lutas por uma reforma agrária, das políticas públicas existentes nas áreas de crédito, de educação e pesquisa direcionadas para o segmento, das potencialidades para geração de emprego e renda, no seu papel fundamental para a segurança alimentar no Brasil e no mundo e os contrastes existentes com o sistema produtivo com o rótulo de agronegócio.

2.1 UMA PEQUENA HISTÓRIA DA AGRICULTURA

As reflexões em torno da forma de exploração da agricultura não devem ser reduzidas somente a questões técnicas de produtividade, como também não pode ser vista unilateralmente sob o ponto de vista ideológico em que o foco seja a propriedade de um dos fatores de produção.

A prática do cultivo da terra – ou agricultura – teve início há mais ou menos dez mil anos, quando alguns povos do norte da África e do oeste asiático abandonaram progressivamente a caça e a coleta de alimentos e começaram a produzir seus próprios grãos. Na Europa, as primeiras roças surgiram há cerca de 8.500 anos na região da atual Grécia e, muito lentamente, o cultivo da terra espalhou-se pelo vale do Danúbio, até chegar à Inglaterra, há aproximadamente 6.000 anos (EHLERS, 1999, p. 19).



**Imagen 10 – O Crescente Fértil, acesso em 02/03/2013, disponível em:
<http://bloqcomhistoria.blogspot.com.br/2007/11/histria-do-homem-est-marcada-por.html>**

Crescente fértil é o nome dado a uma região que compreende atualmente: Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, Egito, Israel e Palestina, além da parte sul da Turquia e da área mais ocidental do território do Irã. Abrange as áreas da Mesopotâmia delimitadas ao sul pelo deserto da Síria e ao norte o Planalto da Anatólia. A região é frequentemente denominada o “berço da civilização”, por ser ali o local de nascimento e desenvolvimento de vários povos, que atestadamente, antes de quaisquer outros em outras regiões do planeta, iniciaram o processo de desenvolvimento civilizatório como até hoje se reconhece, como por exemplo, por meio do estabelecimento em um determinado local em detrimento do nomadismo, o desenvolvimento de cidades, da agricultura, da roda, da escrita, de diversas ferramentas, além do desenvolvimento do comércio (COLTRI).

Historicamente a Mesopotâmia foi habitada por diversos povos e civilizações desde os mais primitivos estágios de evolução do homem moderno. Seu nome deriva precisamente do fato dessa região, em forma de lua crescente, ser extremamente propícia à agricultura, literalmente “rasgando” áreas desérticas completamente inóspitas, impróprias para povoamento constante e estável. Tal condição vantajosa à ocupação humana advém do fato dessa região acompanhar o curso dos rios Tigre e Eufrates, (que nascem entre as montanhas Taurus, localizadas na atual Turquia) permitindo o pleno acesso a água potável, que também serve para a irrigação das lavouras locais, bem como para criação de gado (COLTRI).

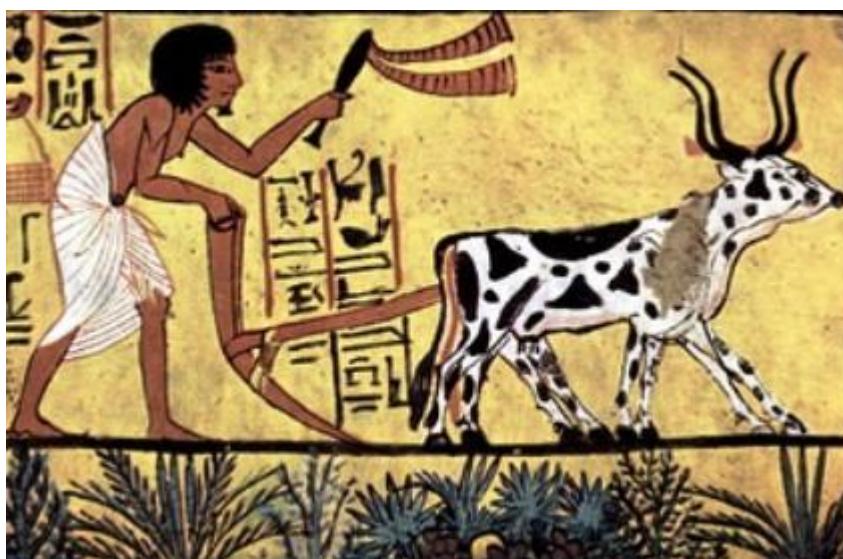


Imagen 11 – Agricultura no Egito Antigo, acesso em 02/03/2013, disponível em:
<http://ahistoriadaagricultura.blogspot.com.br/>

Apesar da primazia da região, e de sua antiguidade com relação à ocupação humana, o termo “crescente fértil” é de criação bastante recente, tendo sido utilizado pela primeira vez pelo arqueólogo James Henry Breasted, na sua obra *Ancient Records of Egypt*, de 1906. Tendo sido considerada bastante feliz tal expressão, passou a ser de uso comum entre os mais diversos estudiosos. Obviamente, torna-se indispensável mencionar o rico legado arqueológico contido no Crescente Fértil. Vestígios de culturas pré-modernas (homens pré-históricos, caçadores/coletores) bem como das primeiras culturas modernas estão por toda parte (COLTRI).

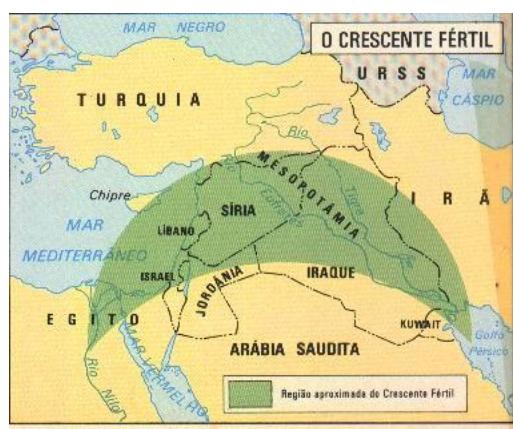


Imagen 12 – O Crescente Fértil, acesso em 02/03/2013, disponível em:
<http://mariliacoltri.blogspot.com.br/2012/05/historia-o-crescente-fertil.html>

O desafio em produzir alimentos pode ser avaliado considerando o crescimento da população mundial desde a antiguidade. Segundo estimativas históricas divulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰, no início da era cristã a população mundial era de cerca de 300 milhões de pessoas. No ano 1000 evolui para 310 milhões, em 1250 era de 400 milhões, em 1500 éramos 500 milhões e em 1750 a população mundial era estimada em 790 milhões de pessoas, sendo que esse período foi considerado de crescimento demográfico lento, no período de crescimento rápido, éramos 980 milhões em 1800, 1,26 bilhões em 1850, 50 anos depois, em 1900 éramos 1,65 bilhões e finalizando esse ciclo rápido contava-se 2,52 bilhões em 1950. A partir daí iniciava-se o considerado ciclo de crescimento demográfico explosivo, sendo que em 1960 já éramos 3,03 bilhões, em 1970 era de 3,7 bilhões, 4,45 bilhões em 1980, 5,28 bilhões em 1990, 6,08 em 2000, em 2011 chegávamos a 7 bilhões de habitantes e agora em julho de 2013 somos 7,1 bilhões.

¹⁰ Fonte: World Population, seção do Census Bureau, do Governo dos Estados Unidos, disponível no endereço: www.census.gov/population/international/data/worldpop/table_history.php Acesso em 13/07/2013.

Apesar da experiência milenar, o domínio sobre as técnicas de produção era, em geral, muito precário e a produção de alimentos sempre foi um dos maiores desafios da humanidade. Durante toda a Antiguidade, a Idade Média e a Renascença, a fome dizimou milhares de pessoas em todo o mundo. Foi apenas com o surgimento da *agricultura moderna*, nos séculos XVIII e XIX que se iniciou a produção em escalas maiores, diminuindo a escassez de alimentos (EHLERS, 1999, p. 19).

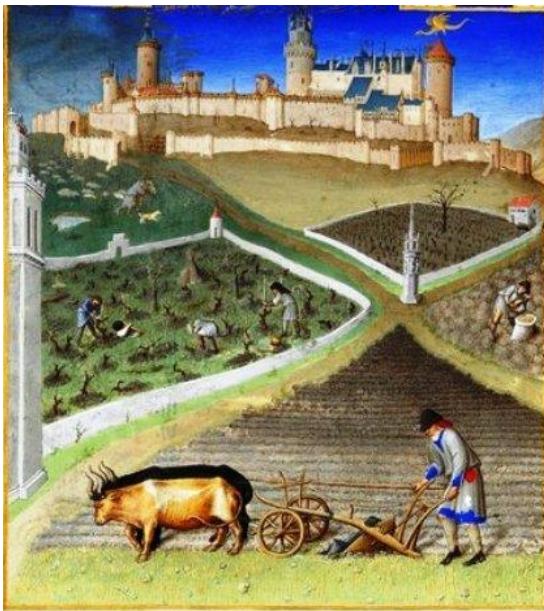


Imagen 13 – Agricultura na Europa, na Idade Média, sistema feudalista. Acesso em 02/03/2013, disponível em: <http://ahistoriadaagricultura.blogspot.com.br/>

No período conhecido como *Primeira Revolução Agrícola* houve, no século XVIII, em várias regiões da Europa Ocidental, uma intensificação da adoção de sistemas de rotação de culturas principalmente com plantas leguminosas, além de uma crescente aproximação entre as atividades agrícola e pecuária, ao passo que a partir de meados do século XIX, uma série de descobertas científicas e de avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, possibilitaram o progressivo distanciamento da produção animal e da produção vegetal, marcando o início de uma nova era, ainda mais produtiva, era a chamada *Segunda Revolução Agrícola*, também denominada agricultura convencional ou clássica, intensificando-se após a *Segunda Guerra Mundial*, culminando na década de 1970 com a chamada *Revolução Verde*, baseada no emprego intensivo de insumos industriais (EHLERS, 1999).

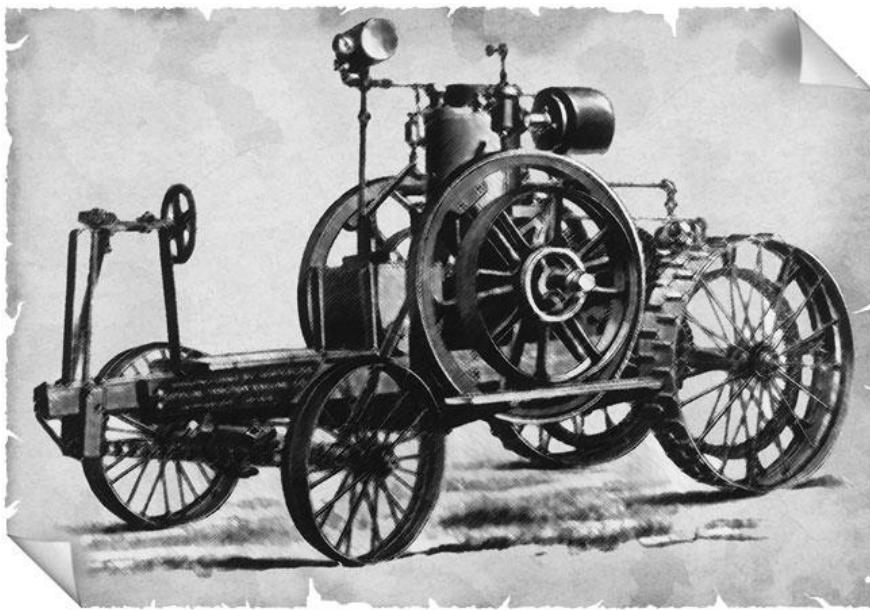


Imagen 14 - Trator de 1 cilindro, feito por John Froelich, de Iowa-USA em 1892. Fonte: <http://tratoreantigos.blogspot.com.br/2013/02/historia-da-companhia-froelich-de.html>

A mecanização da agricultura foi um dos fatores considerados decisivos para o aumento da produtividade agrícola.



Imagen 15 - Trator Fordson F, foi fabricado entre 1917 e 1928 - http://www.tractordata.co.uk/fordson_to_1950/pages/fordson/

A evolução tecnológica dos equipamentos agrícolas acompanhou o progresso da indústria automobilística. Não só os tratores, mas uma ampla gama de implementos, como as plantadeiras, cultivadores e colheitadeiras facilitavam a vida do produtor e na mesma velocidade, empurravam grandes contingentes de pessoas do campo para as cidades.



Imagen 16 - Trator Fordson F em ação. <http://tratoresantigos.blogspot.com.br/2010/04/historia-dos-tratores-antigos-e.html>

A Revolução Verde fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais ou tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, com variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Este pacote tecnológico viabilizou, na Europa e nos Estados Unidos, as condições necessárias à adoção, em larga escala, dos sistemas monoculturais (EHLERS, 1999).

Nos anos 1970, a Revolução Verde, com a euforia das grandes safras no Primeiro Mundo, espalhou-se por vários países, dentre os quais o Brasil, onde foi implantado um amplo parque industrial de insumos agrícolas, apoiado pelo governo por intermédio da ampliação de crédito agrícola. Entretanto, logo surgiram as preocupações relativas aos problemas socioeconômicos quanto ambientais provocados por esse padrão, como a destruição de florestas, a erosão, a contaminação de recursos naturais e de alimentos (EHLERS, 1999).

Em meio à euforia do *milagre econômico*, a adoção do padrão tecnológico da Revolução Verde, significava a abertura de um extenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos. Também fazia parte desse conjunto de medidas a manutenção da estrutura agrária, baseada nos latifúndios e

na produção patronal. As grandes fazendas eram consideradas mais adequadas ao processo de modernização do que as propriedades familiares (EHLERS, 1999).



Imagen 17 - Plantação de milho. Fonte: <http://www.revistaplantar.com.br/usda-preve-reducao-da-safra-de-milho-no-brasil-e-argentina/>

Ao lado de uma estrutura agrária concentradora, a própria política agrícola dos governos federal e estadual, restringia o acesso ao crédito necessário para que pequenos produtores tivessem acesso às máquinas e equipamentos que iam surgindo no mercado.

A modernização em apreço excluiu grande parte dos produtores familiares, que não eram contemplados pelos benefícios governamentais. As monoculturas de grãos, altamente mecanizadas exigem uma escala de produção mínima, que os menores não conseguiam atingir, além de não conseguirem arcar com os altos custos dos insumos modernos necessários à produção competitiva do mercado, inviabilizando sua atividade, vendendo suas propriedades e migrando para os centros urbanos em busca de emprego e renda (EHLERS, 1999).



Imagen 18 - Colheita da soja e plantio do milho no município de Sorriso estado do Mato Grosso Brasil, Grupo Pinesso. Fonte: <http://www.mochileiro.tur.br/sorriso.htm>

Vendo uma cena como essa da imagem acima, é difícil imaginar que o meio ambiente não sofria com os impactos causados por um desmatamento de 100% de

uma vasta área. Certamente o custo futuro para o desenvolvimento de uma agricultura nesses moldes é muito alto.

2.2 DIREITO AGRÁRIO E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Historicamente pode ser verificada a opressão daqueles que de alguma forma ou motivo chegaram ao poder em manter um status de dominação sobre os demais membros de uma comunidade ou nação, reflexo também da falta de consciência do que seja cidadania e a posse da terra sempre foi um elemento de destaque nesse processo.

A formação histórica do direito agrário remonta aos primórdios da civilização humana, pois o homem ao deixar de ser nômade, fixando-se em um determinado local e passando a exercer o cultivo da terra, conforme relatos históricos, já se preocupava com a elaboração de normas de direito consuetudinárias ou escritas, na tentativa de regular e solucionar os interesses e conflitos advindos do fator econômico nos agrupamentos humanos primitivos (MIGUEL NETO, 1997).

Posteriormente, no período de 264 a 133 a.C., a pequena cidade de Roma, já considerada uma potência mundial com o seu Estado agrícola, foi em busca de mais poder. Sai vitoriosa das guerras púnicas, no Oriente e Ocidente, tornou-se capital financeira, política e mercantil do mundo. Com metais e escravos, com uma estrutura social baseada na escravidão, concentrando riquezas nas mãos de poucos, fez o velho Estado agrícola desaparecer, dando lugar às convulsões sociais, com a tentativa de reforma agrária e revolta dos escravos que se apoiavam na agricultura (MIGUEL NETO, 1997).

Já nessa época havia uma legislação voltada a decidir ou anular os conflitos em torno da estrutura agrária desses povos, em face da constante luta dos plebeus contra os patrícios pela posse da terra. Pode ser citada a legislação reformista e social dos irmãos Tibério e Caio Graco, que buscava fortalecer a plebe romana e que teve seu fim em 63 a. C., sendo os integrantes do movimento reformista aniquiliados por forças leais à oligarquia dominante de Roma, contrária a qualquer transformação social. Não se atendo às rebeliões dos escravos, manteve o regime latifundiário e escravista, contribuindo posteriormente com a queda do Império Romano. Vê-se também uma legislação voltada ao disciplinamento do uso e posse da terra, na Grécia Antiga, que contou com o apoio de Platão, figurando ao lado de

Licurgo, Drácon, Sólon e Péricles, como responsáveis pela sua elaboração (MIGUEL NETO, 1997).

Interessante verificar o esforço de alguns em promover o progresso calcado em relações harmônicas e fraternas sendo aniquilado por grupos de pessoas que se preocupam em administrar interesses próprios ao invés de atender ao coletivo.

A formação histórica do direito agrário no Brasil, iniciou-se com o regime feudal português, através da carta régia, na qual D. João III nomeou Martim Afonso de Souza governador-geral, outorgando-lhe poderes, dentre os quais, o de dar terras àqueles que as quisessem e pudessem explorá-las, observando-se o regime sesmarial. Estando D. João III insatisfeito com os resultados dos governos-gerais, promoveu a partir de 1532 a divisão da colônia em capitâncias hereditárias, que vigorou até 1549. Continuando insatisfeito, com o desejado aproveitamento e exploração das terras e com a comprovada inviabilidade das capitâncias, houve o estabelecimento de um governo central único, outorgando a este o mesmo regime sesmarial anteriormente adotado, sendo que a escolha dos sesmeiros constituía privilégios a certas pessoas, fazendo com que povoadores descontentes ocupassem partes das terras da Coroa e sesmarias já concedidas e não ocupadas, nelas fixando suas moradias e cultura, permanentemente. Esse tipo de ocupação, embora não tivesse amparo nos preceitos legais provocou vasto alcance socioeconômico, levando o príncipe regente a extinguir o regime de sesmarias por meio de resolução, em 17 de julho de 1822. Somente com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, ocorreu o disciplinamento do uso e posse da terra com a conceituação técnica de terras devolutas. Esse período sem nenhum diploma legal para disciplinar as questões fundiárias, ficou conhecido como extralegal ou das posses (MIGUEL NETO, 1997).

A Lei nº 601/1850 ficou conhecida como a Lei de Terras e caracterizou-se por coibir o acesso a terra de imigrantes que já começavam a chegar em grande número para substituir a mão de obra escrava, bem como aos ex-escravos, como que já prevendo o fim do regime de escravidão ainda reinante no Brasil, pois o acesso à terra se daria através de pagamento, fato que impedia essas parcelas da população de conquistarem uma nova condição social.

Na contra mão que seguia o Brasil, em 1862, os Estados Unidos editaram o *Homestead Act*, que garantia em bases legais a colonização do oeste americano, cedendo 160 acres de terras (o que corresponde a 64,7 ha), para aqueles que se

comprometessem a explorar as terras por pelo menos cinco anos, o que provocou a corrida de milhares de imigrantes europeus, acelerando o que é considerada a maior corrente migratória da história da humanidade.

A partir da Lei nº 601/1850, podem ser citados alguns projetos de leis na área do Direito Agrário, que foi sendo desvinculado do Direito Civil, tornando-se um ramo especial no sistema jurídico. Na sequência vê-se a evolução dessa legislação: 1) Primeiro Projeto de Código Rural (1914) de Joaquim Luís Osório; 2) Segundo Projeto de Código Rural (1914) de Borges de Medeiros; 3) Projeto sobre o Estatuto da Terra (1963) de Milton Campos, sendo que a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, surgiu da necessidade de uma legislação agrária especial, capaz de sanar os problemas políticos, sociais e econômicos da estrutura rural, evidenciando a função social da propriedade territorial rural, consagrada na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 5º, XXIII e 186 (MIGUEL NETO, 1997).

Na realidade nenhum desses mecanismos editados legalmente alterou de forma significativa a estrutura concentradora da posse de terra no nosso país, uma das causas da desigualdade social existente.

Os principais objetivos do Estatuto da Terra são a reforma agrária e a política agrícola, que a partir da sua edição ensejou o surgimento de novas leis e decretos, dentre as quais o Decreto-Lei nº 110, de 9 de julho de 1970 que criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dispositivos da Constituição Federal de 1988 que tratam da política agrícola e fundiária e da reforma agrária (artigos 184 a 191), Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que estendeu o conceito de propriedade familiar em pequena e média propriedade rural (MIGUEL NETO, 1997).

Conforme o art. 1º do Estatuto da Terra, em seu § 1º, considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

A reforma agrária deve representar, nas condições do Brasil de hoje, e efetivamente no seu desdobramento histórico, um grande passo no processo de evolução do país. Representa a superação dos remanescentes ainda presentes e atuantes de circunstâncias que resultam do passado e origem colonial, uma estrutura sócio-econômica constituída e organizada para atender aos interesses da oligarquia a serviço do capitalismo internacional nascente. Esse “negócio” estava

sob a gerência de colonizadores portugueses apoiados por contingentes populacionais incorporados ao sistema pela força na qualidade exclusiva de simples fornecedores de mão de obra; força bruta de trabalho sem outro papel na sociedade que se formaria: o escravo índio, inicialmente, e em menor número; o africano em seguida e muito tempo depois, o imigrante europeu. É sobre essa base, e com tal constituição econômico-social, que se formou a coletividade brasileira. Verifica-se que remanescentes, que formam ainda grande parcela da massa da população trabalhadora subsistem em condições precárias de vida, particularmente aqueles que vivem no campo, que é onde se verificam os mais baixos níveis e mais graves condições em que se exercem suas atividades (PRADO JUNIOR, 2000).

A Reforma Agrária deve estar na pauta dos assuntos urgentes a serem discutidos e implementados e que vão ensejar um posicionamento condizente com a força da sua economia no ranking das nações com melhores índices de qualidade de vida.

Assim se pode avaliar o alcance da reforma agrária brasileira, que dada a importância tanto quantitativa (o peso demográfico) como qualitativa (a expressão econômica) do setor agrário, que se reflete direta ou indiretamente, e por diferentes vias, em especial pelo deslocamento demográfico, nos centros urbanos e no conjunto do país (PRADO JUNIOR, 2000).

Durante a história brasileira, pode-se verificar as lutas e resistência à ação opressora do explorador colonialista, dentre as quais pode-se citar, a partir das lutas indígenas como a Confederação dos Tamoios (1555-1567), a Guerra dos Potiguares (1586-1599), a Resistência dos Guaicurus (1725-1744) e Guaranis (1753-1756), da resistência do Quilombo dos Palmares (1602-1694), do Arraial de Canudos (1893-1897), do Contestado (1912-1916), e mais recentemente, a partir de 1945 com o surgimento do sindicalismo no meio rural, das Ligas Camponesas, e apoio da Igreja Católica com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com auge no início da década de 1960. Praticamente todos esses movimentos traziam em comum a luta pelo acesso à terra, em confronto com as forças políticas conservadoras. A efervescência do debate desembocou na Revolução de 1964, que restringiu ações inovadoras no tocante a alterar o perfil elitizante da estrutura fundiária nacional, restringindo ainda as liberdades políticas e de expressão, sendo que esse regime de exceção durou até o período final da chamada abertura democrática em 1988.

Com a pressão sempre presente devido à miséria de grande parcela dos herdeiros dessas injustiças, o governo militar patrocinou a edição do Estatuto da Terra (Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964), tentando apaziguar o campo e reconhecendo a necessidade da Reforma Agrária e do desenvolvimento da agricultura de cunho familiar, mas sempre foi de difícil aplicação prática, e mesmo com o reconhecimento da Constituição de 1988 acerca da finalidade social da terra, a estrutura fundiária praticamente se mantém inalterada na sua concentração.

Com a degradação do meio ambiente das áreas tradicionais e com a ampliação da fronteira agrícola em níveis alarmantes, pondo em risco o equilíbrio ambiental com previsíveis prognósticos sombrios, parece ser a agricultura familiar um sistema produtivo que alia uma forma de vida e de produzir mais cuidadosa com o meio ambiente, bem como a diminuição da pressão dos movimentos migratórios do campo para as grandes cidades e uma distribuição da renda nacional mais justa.

Os resultados do Censo Agropecuário 2006 mostram que a estrutura agrária brasileira, caracterizada pela concentração de terras em grandes propriedades rurais não se alterou nos últimos vinte anos. A manutenção da desigualdade na distribuição de terras expressa-se na comparação das informações nos três últimos censos agropecuários. Na comparação entre 1985, 1995 e 2006, as propriedades com menos de 10 hectares ocupavam apenas 2,7% (7,8 milhões de hectares) da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentravam mais de 43% (146,6 milhões de hectares) da área total em ambos os três censos agropecuários. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 ha, enquanto aqueles com mais de 1.000 ha representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados (IBGE, 2009).

Também é a mesma, a estrutura das propriedades intermediárias (10 a menos de 100 ha e de 100 a menos de 1.000 ha). Enquanto os estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha concentravam, respectivamente, 37,2%, 39,4% e 38% da área total dos estabelecimentos agropecuários, nos censos agropecuários de 1985, 1995 e 2006, a participação destas propriedades quanto ao número total de estabelecimentos variou de 18,5% em 1985, para 17,7% em 1995 e, finalmente, 19% em 2006. No que se refere às propriedades de 100 a menos de 1.000 hectares, esta variação passou de cerca de 35%, em 1985 e 1995, para 34% em 2006; quanto à área ocupada, em relação ao total da área dos estabelecimentos, a variação foi de

cerca de 9%, nos dois censos, para 8,2%, em 2006. Quando se analisa a evolução do Índice de Gini, calculado a partir da área total do estabelecimento, segundo os municípios, observa-se que houve redução deste indicador em 2.360 municípios, porém, a estrutura agrária ainda reflete, em grande parte, os processos e formas que presidiram a ocupação diferenciada do território nacional (IBGE, 2009).

O índice de Gini é o indicador-síntese do censo e, portanto, é considerado o indicador mais importante do Censo Agropecuário do IBGE, e mede a concentração de propriedades rurais. Quanto mais próximo de 1, o índice de Gini indica uma distribuição mais desigual. Quanto mais perto de zero, menor é o nível de concentração. O índice em 2006 foi de 0,854 e pouco abaixo do índice encontrado no censo realizado nos anos de 1995 e 1996, que foi de 0,856 e que por menor que seja, mostra uma menor concentração, embora não possa ser analisado isoladamente. Para avaliar as condições de vida e a concentração de terra, é preciso levar em conta a produtividade, renda, emprego e escolaridade do produtor. O índice de Gini não qualifica a concentração. Apenas indica se ela aumentou ou não. Às vezes o arrendamento de propriedades [que não é captado] pode resultar em maior distribuição de renda [para os donos da terra]. Porém ele representa o aumento da concentração. Se ela é boa ou ruim, depende do ponto de vista (IBGE).

A estrutura fundiária no Brasil é assim, a herança de um processo eivado por incoerências desde os primórdios de sua colonização, que necessita de reflexões e políticas públicas adequadas para ser equacionada.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

É recente a preocupação dos governos federal e estaduais em proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar, de perceber o potencial produtivo aliado ao desenvolvimento do campo de forma sustentável.

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no

mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante¹¹. Trata-se da dupla referência aos modelos “original” e “final” que movem os agricultores familiares (LAMARCHE *apud* WANDERLEY, 2003).

A adaptação a que se refere Lamarche, é dificultada pelo déficit histórico de escolaridade existente entre as famílias residentes nas zonas rurais, pela dificuldade de obtenção de crédito rural, enfim por falta de políticas públicas adequadas que possibilitem essa ascensão.

Na transição para um padrão sustentável é fundamental a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar. No Brasil e em outros países subdesenvolvidos, as propriedades patronais foram consideradas mais adequadas para a modernização, sendo a agricultura familiar relegada a segundo plano, principalmente no que se refere ao acesso ao crédito agrícola, mas, na transição para sistemas sustentáveis. É provável que a produção familiar seja muito mais vantajosa do que a patronal, por sua escala, geralmente menor, pela flexibilidade, mas sobretudo, por sua maior aptidão à diversificação de culturas e à conservação dos recursos naturais (EHLERS, 1999).

É inegável a importância da educação ambiental tanto para a população urbana quanto para a população rural da necessidade de preservação ambiental, de implantação de processos produtivos que levem essa variável em consideração. Não é que basta que sejam executados projetos de agricultura familiar em uma região e essa automaticamente estará a salvo de degradações do meio ambiente. A conscientização de preservação é fundamental e deve ser estimulada sempre.

Agricultura familiar é uma expressão que emergiu na primeira metade da década de 1990, tornando-se objeto de uma política governamental denominada “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”, instituído em 1996 e enraizando-se definitivamente dez anos depois, com a lei federal que define o conjunto dos estabelecimentos rurais entendidos como familiares (NAVARRO, 2011).

Estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo

¹¹ que inclui, que engloba; abrangente, *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2010, <http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal=englobante>, consulta em 03/07/2013.

como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável (IBGE, 2006).

Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e que simultaneamente: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

São também beneficiários da lei acima referida, desde que atendam a todos os requisitos anteriormente citados, os silvicultores, que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; os aquicultores, que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha ou ocupem até 500 m³ (quinhetos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; os extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiascadores; os pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente; os povos indígenas; e os integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

A Instrução Especial nº 20, do INCRA, de 28 de maio de 1980, que estabelece a dimensão dos módulos fiscais nos municípios brasileiros, fixou em 30 ha o módulo fiscal no município de Terenos-MS. O menor módulo fiscal do estado de Mato Grosso do Sul é o do município de Campo Grande, com 15 ha e o maior módulo é de 100 ha, nos municípios de Corumbá e Ladário.

Portugal (2004) afirma que:

A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra.

Observando-se os critérios da lei quanto ao tamanho do estabelecimento, a propriedade de uma área no município de Terenos, de até 120 hectares, encontra-se dentro dos parâmetros da agricultura familiar.

A agricultura familiar no Brasil foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas três características mais significativas: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. Na esteira das monoculturas, situam-se os ciclos econômicos sucessivos. A fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo. Essa conformação inicial da vida social teve uma influência poderosa com a implantação dos primeiros núcleos de colonização a partir do século XVI, no nordeste do Brasil. A ocupação mais tardia do centro do país, a abolição dos escravos no final do século XIX e a imigração estrangeira sobrepuaram-se a outros modelos (BRUMER, 1993).

Faltou ao Brasil, um país com um território continental ter tratado a posse da terra com um outro olhar. Possibilitar a ascensão social através do trabalho digno e não como vítima de um processo que perpetuava a desigualdade.

A colonização brasileira implicava saber quem iria arcar com os investimentos iniciais da empreitada. A Coroa doava a terra, e era generosa nessa doação, mas era o trabalho que caracterizava a exploração colonial. O problema não era de fácil solução, tratava-se para o donatário, de um investimento inicialmente oneroso, o que obrigava a admissão de sócios, pois necessitava de fretar navios; de recrutar elementos os mais diversos; de deslocar materiais; de enfrentar um período de carência, mas de satisfazer além de tudo, as exigências. A Coroa não doava capitania a todos, nem o capitão-mor doava sesmarias a todos que se interessavam. Havia uma exigência: a doação era feita “a quem a pudesse cultivar” e para isso era imprescindível os escravos. Pela própria natureza e finalidade, a produção colonial estava incompatibilizada com o tipo de trabalho do proprietário da terra sobre esta, para sua subsistência apenas. Quando requeria uma data de terras, o sesmeiro apresentava-se como candidato à exploração do trabalho alheio, do trabalho escravo (SODRÉ, 1979).

No que diz respeito ao trabalho colonial, verifica-se que a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, sendo que a exigência de um investimento inicial exclui da colonização os elementos produtores mais avançados da época em

Portugal, os artesãos e camponeses independentes. A necessidade de produzir para o mercado externo destruiu a comunidade primitiva indígena, impedindo que evoluísse para uma forma social superior, sendo o indígena expulso da área de produção ou em determinadas zonas ou fases submetido à escravidão. Essa mesma necessidade de produção gera o modo escravista de produção à base do africano. Essa estrutura de produção definiria as suas linhas baseada na grande propriedade e no modo escravista extemporâneo no desenvolvimento histórico de Portugal, onde já vigorava uma etapa mais avançada de produção, a feudal. Configurava uma produção em redoma, pois era fechada por dentro em razão da inexistência de mercado interno e fechada por fora, pois era submetida ao monopólio comercial imposto pela Metrópole (SODRÉ, 1979).

Pode-se afirmar que a agricultura camponesa nasceu no Brasil sob o signo da precariedade: a) precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção, especialmente da terra; b) caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; c) pobreza da população engajada nestas atividades; e d) dependência ante a grande propriedade (BRUMER, 1993).

As mudanças na legislação que favoreçam a agricultura familiar devem ser estimuladas, pois é inegável o potencial produtivo aliado à promoção do bem estar para ampla camada da população que vive no campo e com certeza trará reflexos na economia das cidades.

2.4 PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural dos agricultores familiares, com o objetivo de propiciar-lhes aumento da capacidade produtiva, além da geração de empregos e oportunizar melhoria de renda.

Os financiamentos podem ser para projetos individuais ou coletivos, possuindo as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, para custeio da safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção.

O agricultor deve estar com o CPF regularizado e livre de dívidas, sendo que as condições de acesso ao Crédito Pronaf, as formas de pagamento e as taxas de juros correspondentes a cada linha de crédito são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho (MDA).

O agricultor familiar deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) o sindicato rural ou a Unidade Técnica Estadual (UTE), que no caso em MS é a Agraer, que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para os beneficiários da reforma agrária e do crédito fundiário, o agricultor deve procurar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou a Unidade Técnica Estadual (UTE). A renda bruta anual dos agricultores familiares deve ser de até R\$ 160 mil. Com a DAP, o agricultor deve procurar a empresa de assistência rural do município, para elaborar o Projeto Técnico de Financiamento. Aprovado o Projeto Técnico, o agricultor familiar está apto a acessar o recurso e começar a implementar o projeto.

Para as famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural, bem como famílias pescadoras, extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que desenvolvam atividades produtivas no meio rural, com renda bruta anual familiar de até R\$ 10 mil, foi instituído o Pronaf Grupo “B”, que é uma linha de microcrédito rural.

O PRONAF é operacionalizado pelos agentes financeiros que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e são agrupados em básicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e vinculados (BNDES, Bancoob, Bansicredi e associados à Febraban).

Segundo o MDA, as linhas de crédito do Pronaf atualmente são:

1) **Pronaf Custeio**, que se destina ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;

2) **Pronaf Mais Alimentos – Investimento**, que é destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;

3) **Pronaf Agroindústria**, que é uma linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;

4) **Pronaf Agroecologia**, é uma linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

5) **Pronaf Eco**. Trata-se de uma linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida;

6) **Pronaf Floresta**, que é um financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;

7) **Pronaf Semiárido**, é uma linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida;

8) **Pronaf Mulher**, é uma linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora;

9) **Pronaf Jovem**, que trata-se de um financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras;

10) **Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares**, destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros;

11) **Pronaf Cota-Parte**, é um financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento e

12) **Microcrédito Rural**, destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Para se ter uma idéia da evolução do PRONAF, basta verificar a evolução do montante dos recursos disponibilizados:

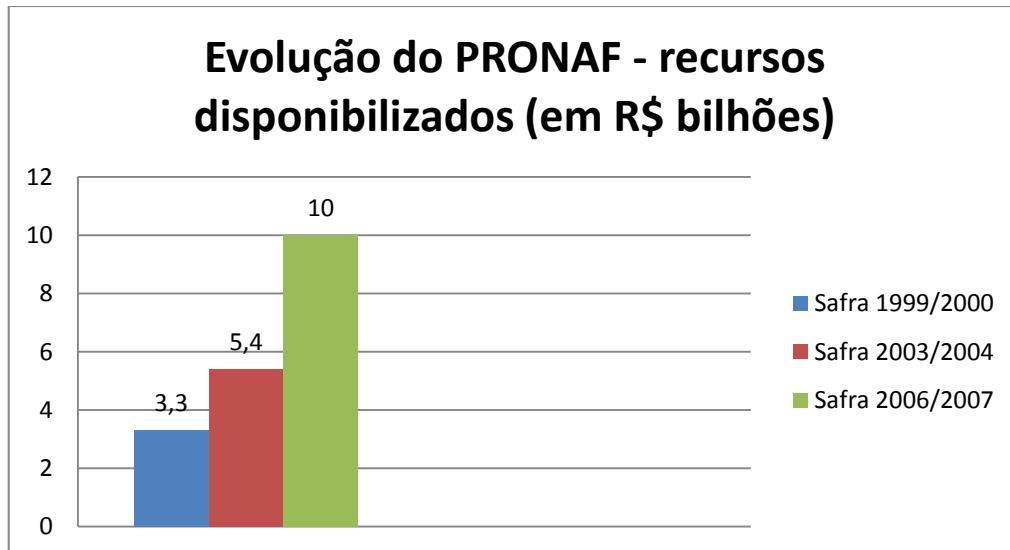


Gráfico 1: Evolução dos recursos disponibilizados pelo PRONAF. Fonte: MDA

No gráfico seguinte se vê a evolução do montante dos recursos efetivamente contratados pelos agricultores:

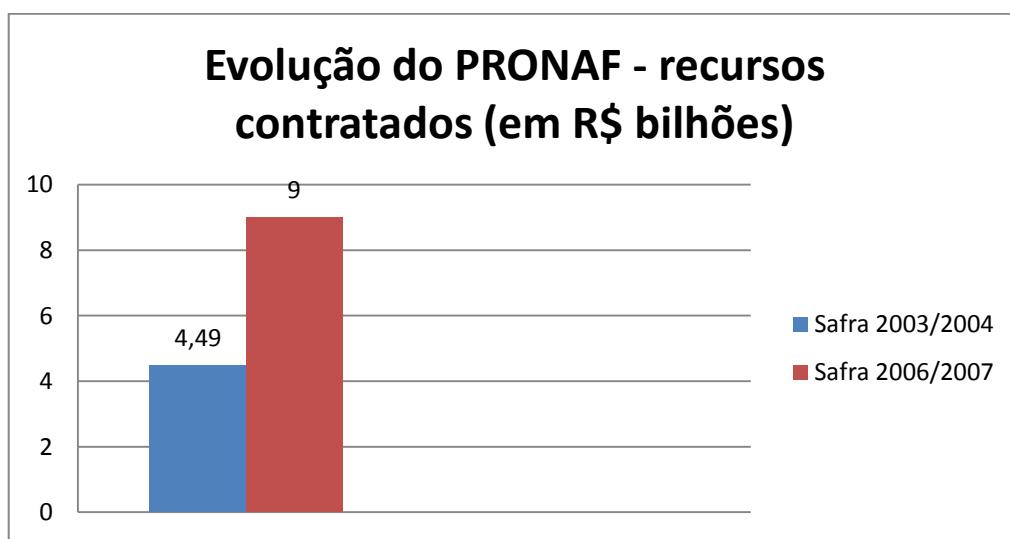


Gráfico 2: Evolução dos recursos contratados pelo PRONAF. Fonte: MDA

2.5 CRÉDITO FUNDIÁRIO

Pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, foi criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural.

Um conjunto de normas previstas no Decreto nº 4.892/2003, regulamentou a Lei Complementar nº 93/98, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a Resolução nº 3.231, de 31 de agosto de 2004, o Regulamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, em 10 de março de 2004.

São beneficiários do fundo, os trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária; agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do Art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja, comprovadamente, insuficiente para gerar renda capaz de lhe propiciar o próprio sustento e o de sua família. Além da terra, o programa financia a construção da casa, o preparo do solo e a compra de implementos, sendo que o financiamento pode ser individual ou coletivo.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) substituiu o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, é uma iniciativa do Governo Federal e conta com a participação dos beneficiários e suas comunidades, do movimento social organizado e dos governos estaduais e municipais. Buscando aperfeiçoar o desenho de projetos anteriores, o PNCF avança na descentralização, atribuindo mais poderes aos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e abre espaço para uma participação mais ampla dos movimentos sociais organizados em sua execução. O objetivo do Programa é contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso a terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais. O acesso a terra se dará por meio do financiamento para aquisição de imóveis rurais e dos investimentos necessários à sua estruturação. Este financiamento é reembolsável pelos beneficiários. Os recursos destinados para este fim poderão ser inteiramente providos pelo Governo Federal, por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária ou contar com contrapartidas

dos próprios beneficiários, de estados e municípios ou de outras fontes (Paraná/SEAB, 2007).

Essas mudanças foram iniciadas no Governo Fernando Henrique Cardoso e ampliadas nos Governos Lula e Dilma. Sendo que alguns setores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) são contrários à expansão desse mecanismo, pois são favoráveis à desapropriação como sendo a melhor política para a reforma agrária.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) objetiva a ampliação e consolidação da agricultura familiar, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação. A ação é complementar à reforma agrária e visa reduzir a pobreza rural e propiciar a permanência dos agricultores familiares no campo, por meio de financiamento para aquisição de terras (individual ou coletivo), por trabalhadores sem terra ou com pouca terra, e dos investimentos básicos ou comunitários, bem como de ações complementares de capacitação e assistência técnica, beneficiando quem já está produzindo, mas não tem sua própria terra (Fundação Itesp).

A gestora do PNCF e a Unidade Técnica Estadual (UTE) no Estado de Mato Grosso do Sul é a Agraer. O trabalho da UTE é desenvolvido em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (Fetagri/MS), Coopaer MS, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, prefeituras, consórcios, técnicos do setor agropecuário e com o Banco do Brasil, encarregado de analisar as propostas e liberar os recursos. A UTE faz parte da Comissão Provisória do PNCF, formada também por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Por meio de convênio firmado com Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, a AGRAER está promovendo a regularização dos projetos do Banco da Terra, implantado em 2000. A regularização do Banco da Terra compreende a renegociação das dívidas e a substituição de beneficiários. Além disso, está analisando e aprovando projetos de financiamento de Pronaf A, Estruturação Complementar e Pronaf A/C dos beneficiários do Banco da Terra. Além disso, auxilia o agricultor a individualizar contratos dos programas de Crédito Fundiário e Banco da Terra e, assim, ter acesso às políticas públicas de governo para o enfrentamento de catástrofes climáticas e desenvolvimento da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. O Programa de Crédito Fundiário é gerido pela Secretaria de Reordenamento

Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). Desde sua implantação, em 2003, já beneficiou mais de 93.853 famílias. Em Mato Grosso do Sul já beneficiou 2.137 famílias de agricultores familiares, num investimento de cerca de R\$ 15 milhões (MDA, 2012).

Tanto o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) como a reforma agrária executada por projetos de assentamento promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são mecanismos que podem contribuir para a redução dos índices de concentração fundiária.

2.6 AGRICULTURA FAMILIAR E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Com as suas dimensões continentais o Brasil tem condições de ampliar significativamente a sua capacidade de produzir alimentos de forma sustentável e ao mesmo tempo reduzir drasticamente os índices de desemprego.

Sachs (2001) afirma que o Brasil, graças à sua reserva de terras cultiváveis, variedade de climas e extraordinária biodiversidade, é um país de fronteira agrícola, e dependendo da forma como explorar esse potencial, pode ser benéfico ou não. Partindo para monoculturas intensivas, pode criar no máximo 2 (dois) milhões de novos empregos, consolidando posições no ranking de concentração de renda e desigualdades sociais. Ao apostar na força da agricultura familiar, pode gerar muitos milhões de empregos diretos e indiretos, acionando a espiral virtuosa de crescimento a partir de dentro.

O dinamismo da economia de uma região onde a agricultura familiar foi incentivada contrasta com outras regiões onde predominam as grandes propriedades rurais com atividades monoprodutivas (tanto agrícola como pecuária).

Os países que hoje fazem parte do primeiro mundo optaram por não frear o progresso tecnológico e, por isso mesmo, adotaram no início do século XX uma série de políticas que permitiram a regulação do êxodo rural e, sobretudo, certo monitoramento do processo de transformação de atividades exclusivamente agrícolas na chamada “pluriatividade”, isto é, a simbiose familiar de ocupações agrícolas e não-agrícolas (VEIGA, 2000).

Malgrado as imensas dificuldades, da precariedade de suas infra-estruturas nas várias regiões brasileiras, e o marasmo de seus serviços, os agricultores familiares continuam no páreo, as possibilidades de afirmação e consolidação dos

agricultores familiares parecem amplas. Séculos de preferência por “padrões coloniais” não extinguiram a possibilidade de uma transição para um padrão redutor de pobreza, mesmo que os estragos tenham sido imensos. Em muitos produtos, a agricultura familiar tem se mostrado mais competitiva que a patronal, apesar de todo o desprezo de que foi vítima nos últimos 150 anos. Para se dar conta disso, basta comparar o dinamismo do Vale do Itajaí à tristeza do extremo sul gaúcho (VEIGA, 2000).

Com base na experiência histórica dos países mais desenvolvidos e dos raros países semiperiféricos que chegaram a se desenvolver, deve-se pensar que a passagem da economia capitalista para sua fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente pode prescindir de um conjunto de políticas públicas que venha a permitir a liberação do potencial da agricultura familiar. As vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar começam a ser percebidas pela sociedade brasileira, principalmente porque o Brasil é um país onde a agricultura patronal, sempre mais favorecida, está empregando cada vez menos trabalhadores, favorecendo cada vez mais a concentração de renda e a exclusão social. Enquanto isso, a forma de agricultura historicamente mais desprezada, tende a exibir um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos socioculturais. E, seus sistemas poliprodutivos de cultura e criação, aliados à maior maleabilidade de seu processo decisório, também trazem imensas vantagens comparativas sob o prisma ambiental (VEIGA, 2000).

Em 31/12/2006, segundo o Censo Agropecuário 2006, havia 16.567.544 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários (incluindo produtores, seus familiares e empregados temporários ou permanentes), que correspondiam a 18,9% da população ocupada no país, (87.628.961 pessoas, segundo a PNAD 2006). Daquele total, 30,5% eram de mulheres. Com a urbanização do país, o pessoal ocupado nesses estabelecimentos vem se reduzindo. Entre os dois últimos censos agropecuários, a redução foi mais acentuada entre 1985 e 1995 (-23,3%) do que entre 1995 e 2006 (-7,2%) (IBGE, 2009).

Embora a soma de suas áreas represente apenas 30,31% do total, os pequenos estabelecimentos responderam por 84,36% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Mesmo que cada um deles gere poucos postos de trabalho, os pequenos estabelecimentos (área inferior a 200 ha) utilizam 12,6 vezes

mais trabalhadores por hectare que os médios (área entre 200 e inferior a 2.000 ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (área superior a 2.000 ha). Produtores e seus parentes representavam 77% (ou 12.801.179) do total de ocupados nos estabelecimentos agropecuários. Por serem mais numerosos, os estabelecimentos que têm a pecuária como atividade principal utilizam mais gente, ainda que não sejam os mais extensivos em mão de obra (IBGE, 2009).

Excluindo-se as pessoas que não foram contratadas diretamente pelo produtor (como no caso das empreiteiras), o Censo Agropecuário de 2006 encontrou 11.846.503 pessoas que trabalharam de modo temporário, até 180 dias no ano, sendo 3.844.459 com laço de parentesco com o produtor. A atividade com mais trabalhadores temporários era a pecuária e criação de outros animais (5,055 milhões). produção de lavouras temporárias (4 milhões) e produção de lavouras permanentes (1,9 milhão) vinham a seguir e, ainda, horticultura e floricultura (435, 9 mil), produção florestal – florestas nativas (191 mil), produção florestal – florestas plantadas (157,8 mil), aquicultura (52,8 mil), pesca (11,8 mil) e produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal (10,8 mil) (IBGE, 2009).

Declararam que têm atividade econômica fora do estabelecimento agropecuário 1.479.362 produtores (28,5% do total), sendo 46% em atividade agropecuária e 50% em atividade não agropecuária. O mesmo acontece com os moradores no estabelecimento com laços de parentesco com o produtor: 20% destes tiveram alguma atividade fora do estabelecimento, dos quais a maioria (61,6%) em atividades não agropecuárias (IBGE, 2009).

O Censo Agropecuário 2006 revela o baixo nível de escolaridade dos produtores agropecuários. A grande maioria deles são analfabetos ou sabem ler e escrever, mas não têm nenhum estudo (39%) ou têm ensino fundamental incompleto (43%), totalizando mais de 80% dos produtores rurais. Entre as mulheres, que respondem por cerca de 13% dos estabelecimentos agropecuários, o analfabetismo chega a 45,7%, enquanto entre os homens, essa taxa é de 38,1%. As taxas para os outros níveis de ensino são: 8%, para ensino fundamental completo, 7% para técnico agrícola ou nível médio completos, e apenas 3% com nível superior. As regiões Norte (38%) e Nordeste (58%) concentram os maiores percentuais de produtores analfabetos ou sem nenhum ano de estudo, enquanto Centro-Oeste (13%) e Sudeste (11%) têm os maiores percentuais de produtores com técnico agrícola ou ensino médio completo (IBGE, 2009).

Analisando-se somente o pessoal com alguma relação de parentesco com o produtor, e de acordo com as declarações prestadas ao Censo Agropecuário de 2006, foram encontrados 4.564.384 de ocupados (ou 35,7%) nos estabelecimentos agropecuários que não sabiam ler e escrever. Do total de ocupados em estabelecimentos agropecuários, 6,5% (ou 1.076.890) tinham menos de 14 anos de idade (IBGE, 2009).

2.7 AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Uma agricultura familiar forte tem a possibilidade de garantir um padrão melhor de segurança alimentar do que aqueles sistemas onde a agricultura empresarial é sempre a beneficiada com políticas públicas de fomento à produção, até pela sua capacidade de superar crises econômicas, períodos de superprodução e demanda reduzida justamente pela maior possibilidade poliprodutiva.

A partir da Revolução Verde ocorrida nas décadas 60 e 70 do século passado, com novas tecnologias sendo adotadas, foram minimizadas as ameaças de fome em grande escala no mundo, entretanto necessita-se manter níveis crescentes de produção sem esquecer do equilíbrio ambiental e da qualidade dos alimentos produzidos. Segundo Conway (2003, p.322):

Na Conferência Mundial da Alimentação de 1974, a segurança alimentar foi definida como “disponibilidade permanente de suprimentos alimentícios adequados de alimentos básicos... para sustentar uma firme expansão do consumo de alimentos... e compensar as flutuações da produção e dos preços”. A FAO, numa reavaliação de 1983, salientou “o acesso físico e econômico a... alimentos básicos” e, em 1986, o Banco Mundial adotou a seguinte definição: “segurança alimentar é o acesso permanente de todas as pessoas a alimentos suficientes para uma vida saudável e ativa”.

Percebe-se em pouco mais de dez anos, uma mudança política no entendimento do que vem a ser segurança alimentar, porém, pode-se destacar o quão estratégica é para todos os povos, a conquista de produzir cada vez mais alimentos a preços cada vez mais acessíveis a todas as pessoas. Para Hoffmann (1994, p. 1):

Nas economias mercantis, em geral, e particularmente na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa ter poder aquisitivo, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos. Uma parcela substancial da população brasileira tem rendimentos tão baixos que a coloca, obviamente, em uma situação de insegurança alimentar.

Ainda Hoffmann (1994, p. 8):

O problema da fome no Brasil não se deve à pouca disponibilidade global de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população. É verdade que um processo relativamente rápido de aumento de poder aquisitivo dessa população pobre levaria a um aumento da demanda por alimentos que possivelmente se manifestaria como uma crise de abastecimento, pois a oferta não poderia se ajustar em um prazo muito curto. Nesse caso, o aumento do preço dos alimentos iria anular, em parte, o aumento da renda daquela população.

Reconhecendo a importância e a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e a produção de alimentos, a Assembléia Geral das Nações Unidas declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar, fato importante para sensibilizar os governos e a opinião pública da necessidade de carrear recursos para investimento e custeio das atividades.

2.8 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE INSUMOS

Quase unanimidade junto aos agricultores familiares é a dificuldade em comercializar a sua produção e passa a ser um grande desafio participar do mercado, necessitando estratégias bem elaboradas, devendo levar em consideração as vocações tanto ambientais quanto dos próprios agricultores.

Como, o que e quanto e como produzir e quais os canais mais adequados para escoar a produção são preocupações imprescindíveis para garantir a sustentabilidade do projeto.

Dentro do aspecto da comercialização é importante ressaltar a necessidade de viabilizar diferentes formas de cooperação, seja para a compra de insumos, seja para compra de máquinas e equipamentos (PARANHOS, 2000), como também nas soluções a serem encontradas para o escoamento da produção.

Como forma de incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação pela população de baixa renda, o Governo Federal instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. O Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio-assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

Dessa forma, o programa também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agro-ecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O orçamento do programa é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A execução do Programa pode ser feita por meio de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional.

O Programa vem sendo executado pelo Distrito Federal, estados e municípios conveniados com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Para execução do Programa, a CONAB firma Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA.

A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Destaca-se entre as mudanças a previsão de execução do PAA mediante Termo de Adesão, sendo dispensada a celebração de convênio, visando proporcionar maior continuidade e facilidade na execução do Programa. Prevê ainda a existência de um sistema informatizado em que serão cadastrados todos os dados de execução pelos gestores locais, e a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que receberá o dinheiro por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos do PAA (MDS, 2010).

A ausência de instituições sustentáveis com capacidade de oferecer insumos primários a preços competitivos ou de facilitar o acesso aos mercados continua sendo um obstáculo significativo para a criação de emprego e renda, especialmente nas zonas rurais (OIT, 2001).

Pelas constatações citadas acima, tanto para a comercialização da produção da agricultura familiar quanto para a aquisição dos insumos necessários ao processo produtivo uma das soluções que provavelmente seja a melhor é a organização dos produtores em forma cooperativa.

2.9 AGRICULTURA FAMILIAR X AGRONEGÓCIO

Ainda que muito insípida e tímida, é nítida a mudança nas políticas federais voltadas para o campo, talvez confusas ainda pela divisão existente, resultante do embate entre a agricultura empresarial e a familiar.

A lógica de uma agricultura empresarial é tirar o lucro máximo de seu investimento o mais rapidamente possível. Para o agricultor familiar, a agricultura não é só uma fonte de lucro, mas é também um modo de vida. Deriva daí a certeza de que o agricultor familiar cuidará de manter seu patrimônio natural e legá-lo para as gerações futuras (princípio essencial da sustentabilidade), enquanto o empresário retirará o máximo de lucro tão rápido quanto possível e depois investirá em outro negócio onde o lucro for mais atraente (PARANHOS, 2004, p. 98).

Como em qualquer outra atividade produtiva, também na agricultura existem projetos vitoriosos e se conseguem criar empresas de grande porte oportunizando milhares de vagas de emprego decente e digno, frutos de visão administrativa e empreendedora bem sucedida, o que não é saudável para a economia de uma nação do porte do Brasil, é privilegiar certas categorias em detrimento de uma grande parcela de deserdados oriundos de uma construção social injusta.

Em todos os países desenvolvidos, a agropecuária é uma atividade de caráter principalmente familiar, enquanto no Brasil é predominantemente patronal, resultante de uma herança histórica cuja marca essencial foi o desprezo e a intolerância das elites pelas formas familiares de propriedade e uso da terra. Desde meados do século passado, quando o Brasil optou por uma estratégia inversa à norte-americana, as elites rurais brasileiras tentam persuadir a sociedade de que essa é uma questão sem importância, pois o caminho do campo só pode ser um: o da grande fazenda com assalariados. Sobre essa opção entre a agricultura patronal e a familiar, nos Estados Unidos, os resultados podem ser avaliados pela comparação entre típicas localidades agrícolas. Onde predominou a agricultura patronal há poucas escolas, igrejas, clubes, associações, jornais, empresas e

bancos. Nessas localidades, as condições de moradia são precárias, quase não existem equipamentos de lazer e a delinqüência infanto-juvenil é alta, ao contrário do que ocorre nos locais em que predominou a agricultura familiar (VEIGA, 2000).

Ainda vicejam em muitos rincões desse país milhares de pessoas trabalhando em condições miseráveis e sem qualquer perspectiva de inclusão social, de viverem de forma digna e sem dúvida, a agricultura familiar tem muito a contribuir para erradicação de condições indignas, muitas vezes chegando a serem equiparadas a trabalho escravo. Vez e outra, se vê relatos difundidos na mídia, sob forma de notícia ou em documentários retratando situações que somente envergonham o povo brasileiro em não enfrentar o desafio de eliminar esse tipo de relação trabalhista fruto da ambição desmedida e do egoísmo.

3. CONHECENDO TERENOS

O município de Terenos localiza-se na microrregião de Campo Grande e faz parte da mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul.

3.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO

A altitude média da sede do município é de 437 m e fica a 22,2 km de distância de Campo Grande, capital do Estado. De acordo com a Contagem Populacional de 2007, do IBGE, a população total do município era de 17.146 habitantes e sua área é de 2.841,24 km², representando 0.7956% do Estado.

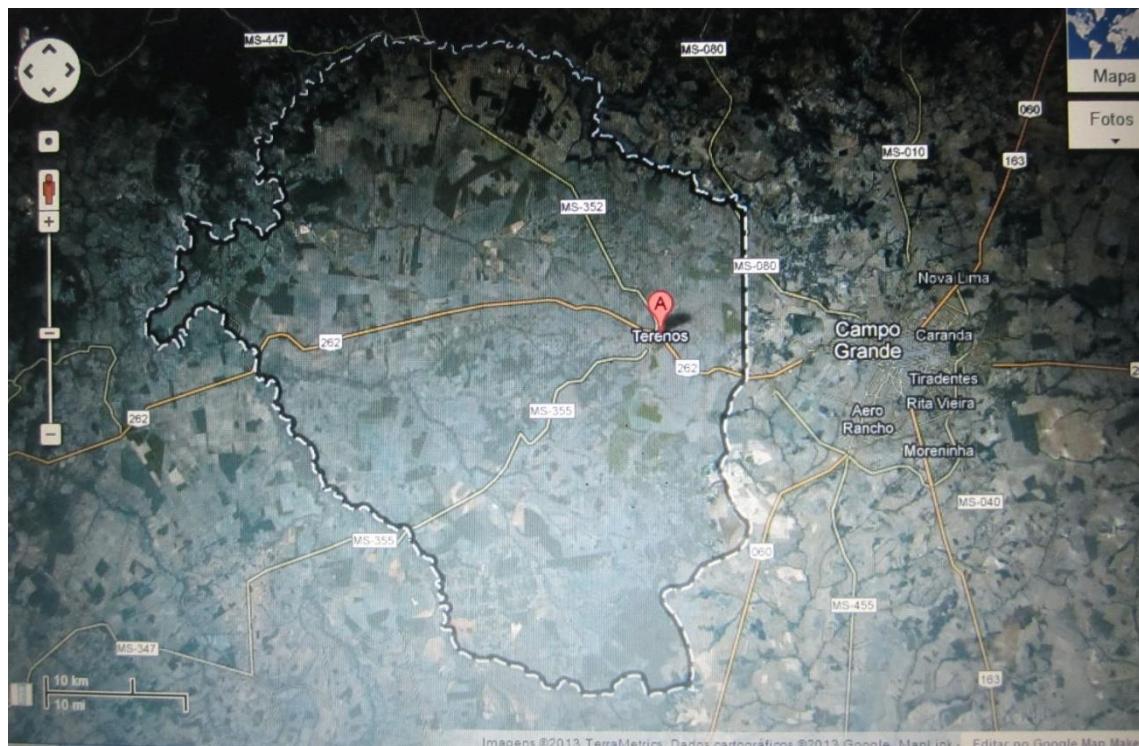


Imagen 19 – Localização de Terenos-MS, fonte: Google Maps

Terenos foi elevado a Distrito de Paz pela Lei nº 1.021, de 21/09/1929 que, instalado a 01/01/1930, teve como primeiro Juiz de Paz, Joaquim de Figueiredo, e como Escrivão de Paz, Bernardo Priester. Foi desmembrado de Campo Grande e tornou-se município pela Lei Estadual nº 674, de 11/12/1953. O aniversário da cidade é comemorado no dia 8 de Maio.



Imagen 20 – Localização de Terenos-MS, no MS, integra a Mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul, Microrregião de Campo Grande. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Terenos>

A ocupação da área que hoje constitui a cidade de Terenos, deu-se com a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que em data de 06 de setembro de 1914, inaugurou a estação ferroviária e telegráfica, do mesmo nome. Terenos é topônimo provindo da tribo indígena Terenos ou Terenas – o mesmo que Gaturamo-rei – ave de família dos Tanagrídeos, também chamado "Bonito" (IBGE).

A expansão ferroviária, além de garantir a estabilidade do regime vigente no país e preservar a integridade do território brasileiro, fazia parte de um processo histórico de avanço do capitalismo para o oeste. Assim, a construção da ferrovia aparece associada à abertura de novos núcleos coloniais e à chegada de novos contingentes migratórios interferindo na exploração e comercialização da terra (QUEIROZ *apud* VASCONCELOS, 2003).

O Governo Estadual, em contrato lavrado a 15 de julho de 1920, concedeu à Sociedade Sul-Brasileira H. Hacker & Cia, empresa alemã, uma área de terras devolutas que existiam ao norte da faixa marginal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir do km 918 e entre os limites que a lei descreve, para estabelecimento de núcleos coloniais. O Decreto nº 532 de 28 de outubro de 1920 oficializou a concessão (MIRANDA, 2005).

A fim de cumprir o contrato a empresa H. Hacker & Cia mandou demarcar lotes para colonização, na zona próxima à Estação Ferroviária de Terenos, para cujo local chegou a encaminhar ainda em 1920, duas famílias européias, das quais apenas uma se fixou na localidade, a do austríaco Gustavo Pelz, acompanhado de seus pais, esposa e três filhos menores, procedentes do estado do Paraná, sendo que Gustavo Pelz é hoje tronco de numerosa família que muito contribuiu para o desenvolvimento e emancipação do Município. Por falta de cumprimento às

cláusulas contratuais, o Decreto nº 659, de 27 de fevereiro de 1924, declarou sem efeito o contrato lavrado em 15 de julho de 1920, prescrevendo assim a concessão à Sociedade Territorial Sul Brasileira - H. Hacker & Cia, sendo em ato continuo, criada em convênio com a municipalidade de Campo Grande, a Colônia Agrícola de Terenos. Concluído o loteamento das terras foi reservado para o Patrimônio de Terenos, o lote agrícola nº 01, onde se achava instalada a Estação Ferroviária da NOB (MIRANDA, 2005).

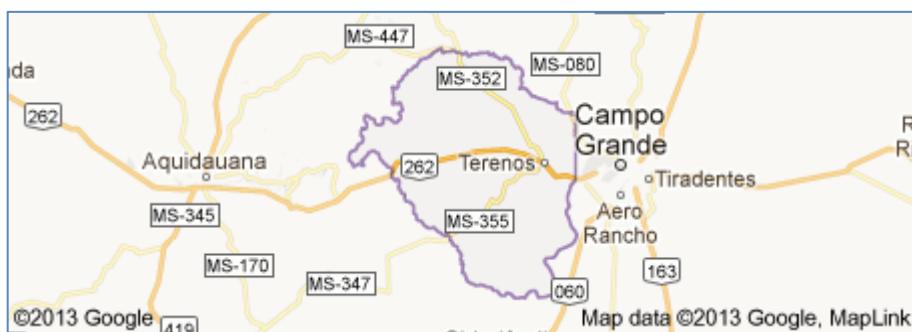


Imagen 21 – Localização de Terenos-MS, fonte: Google Maps

A criação da Colônia Agrícola, bem como posteriormente a colonização promovida pela empresa JAMIC Imigração e Colonização Ltda na Fazenda Vista Alegre e posterior criação da Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA), formaram as bases necessárias para a consolidação do município de Terenos, uma história que tem tudo a ver com agricultura familiar.

3.2 EDUCAÇÃO

O município de Terenos possui cinco escolas localizadas na área rural e que oferecem desde a Educação Infantil ao 9º ano, com sua localização e nomes conforme relação abaixo.

Escola Municipal Sandim de Rezende – Colônia Nova

Escola Municipal Assentamento Campo Verde – PA Campo Verde

Escola Municipal Salustiano da Motta – PA. Patagônia

Escola Municipal Isabel de Campos Widal Rodrigues – PA Nova Querência

Escola Municipal Jamic- Pólo e Extensões – Colônia Jamic (Atende o P.A. Ouro Branco e região)

Escola Municipal do PA Sete de Setembro

Escola Municipal do PA Santa Mônica

Imagen 22 – Ginásio de esportes localizado na Agrovila do PA Patagônia. Fonte: autor



Imagen 23 – Construção de escola na Estação Murtinho, para atender alunos do PA Sete de Setembro e região. Fonte: autor



Percebe-se que a administração municipal de Terenos está envidando esforços no sentido de dotar de infraestrutura nas áreas da educação e saúde as regiões com maior concentração de agricultores familiares. Pode ser extremamente positiva a criação de uma escola agrotécnica no município, pois proporcionaria condições de formação profissional aos jovens, bem como funcionaria como uma promotora de difusão de tecnologias para a agricultura da região.

3.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO

Ao se analisar os dados referentes ao município de Terenos-MS nos dois últimos Censos Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), (Tabelas 1 e 2), nos anos 1995/96 e 2006, pode-se notar que houve uma grande mudança no que concerne ao número de estabelecimentos, isso em decorrência da implantação dos projetos de assentamento realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), bem como dos assentamentos implantados por intermédio do extinto Banco da Terra e posteriormente pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), sendo todos estabelecimentos configurados dentro dos parâmetros da agricultura familiar. O Censo Agropecuário de 2006 foi o último levantamento completo sobre o setor. O IBGE informa que o próximo censo está previsto para 2016.

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), em 31.12.1995							
Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais	Sem declaração	Total de estabelecimentos
58	364	77	138	102	26	-	765

Tabela 1: Censo Agropecuário de 1995/1996 – fonte IBGE.

Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha), 2006							
Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2500	2500 e mais	Sem declaração	Total de estabelecimentos
1092	827	95	126	112	13	1	2266

Tabela 2: Censo Agropecuário de 2006 – fonte IBGE.

A análise das tabelas acima permite ver que o maior salto foi nas áreas com menos de 10 ha e nos estabelecimentos que estão na faixa de 10 a menos de 100 ha. Vale a pena destacar que essa segunda faixa tem uma amplitude grande, e que na prática esse aumento se dá na faixa de 10 a menos de 30 ha. Deve-se considerar que, quanto menor é a área do estabelecimento, maior será a exigência no uso de tecnologias apropriadas, de maiores investimentos por unidade de área e no emprego de mão de obra mais qualificada e capacitada por parte do agricultor e seus familiares, visando conseguir obter geração de renda que propicie qualidade de vida em padrões aceitáveis e que possibilite a permanência do homem no campo.

A terra é condição *sine qua non* para a produção agropecuária e a forma como ela é distribuída e apropriada determina as relações que compõem a questão agrária. A condição de ser ou não proprietário da terra influencia nos resultados obtidos por quem produz através dela (GIRARDI, 2008).

Sem dúvida, a estrutura agrária altamente concentrada foi fruto de políticas equivocadas ao longo da história brasileira, hoje, vemos um avanço do grande capital no rural brasileiro, com aquisição de grandes áreas e compra de ativos responsáveis pela produção de diferentes *commodities* agrícolas, avanço que se não for contido com políticas de valorização da agricultura familiar, refletirá num breve futuro na elevação substancial dos preços dos alimentos que chegam nas mesas da população.

3.4 A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

Pode-se dizer que o marco inicial da agricultura familiar em Terenos deu-se em 1920, com a instalação da Colônia Agrícola de Terenos. Outro marco importante aconteceu em 1959, com a chegada dos imigrantes japoneses na Fazenda Vista Alegre, e mais recentemente com a instalação dos assentamentos rurais pelo INCRA e dos assentamentos oriundos dos programas de crédito fundiário.

3.4.1 Colônia Agrícola de Terenos

Frente a experiências vividas no sul do país, havia no início do século XX interesse por parte das autoridades do estado em criar colônias agrícolas compostas por imigrantes, em terras devolutas. A instalação da Colônia Agrícola de Terenos deu-se simultaneamente à prescrição da concessão conferida pelo então Governo de Mato Grosso à Sociedade Territorial Sul Brasileira - H. Hacker & Cia pelo Decreto nº 659, de 27 de fevereiro de 1924, sendo criada em convênio com a municipalidade de Campo Grande, a Colônia Agrícola de Terenos, e determinava que o município expedisse gratuitamente títulos de domínio aos colonos (MIRANDA, 2005).

O ato reportado deu início à primeira colônia, conhecida posteriormente como Colônia Velha, que devido à qualidade das terras e ao interesse dos colonos, progrediu muito. Em 1926 apresentava uma população de 454 pessoas, sendo 97 famílias e 17 agregados. A maioria dos colonos era de origem européia, assim distribuídas: “ 44 famílias alemãs, 21 brasileiras, 7 búlgaras, 5 polonesas, 5 húngaras, 3 espanholas, 3 portuguesas, 2 austríacas, 2 russas, 2 paraguaias, 1 síria, 1 lituana e 1 japonesa”, constituindo um legítimo núcleo multicultural (MIRANDA, 2005).

Por volta de 1928, o governo estadual entusiasmado com o êxito da primeira, iniciou a demarcação de outra área, a Colônia Nova, mas não obteve o mesmo sucesso da anterior, criticada por ser de terra ruim, pedregosa, topografia accidentada, com falta d'água e por ser distante da escola e do núcleo administrativo (MIRANDA, 2005).

Hoje, percorrendo a região onde foi instalada a Colônia Agrícola de Terenos, na Bacia Hidrográfica do Córrego Piraputanga, verifica-se a constituição de uma associação de produtores das Colônias Velha e Nova, com objetivo de proporcionar

melhores condições de acesso a máquinas, equipamentos e insumos em geral aos seus associados, bem como propiciar melhoria nas relações pessoais.

Imagen 24 – Sede da Associação dos Produtores das Colônias Velha e Nova, no município de Terenos. Fonte: autor  <p>20/10/2012 13:04</p>	Imagen 25 – Salão de Festas da Associação dos Produtores das Colônias Velha e Nova, no município de Terenos. Fonte: autor  <p>20/10/2012 12:58</p>
Imagen 26 – Igreja anexa à Sede da Associação dos Produtores das Colônias Velha e Nova, no município de Terenos. Fonte: autor  <p>20/10/2012 13:02</p>	Imagen 27 – Acesso à Sede da Associação dos Produtores das Colônias Velha e Nova, no município de Terenos. Fonte: autor  <p>20/10/2012 13:03</p>

3.4.2 Fazenda Vista Alegre

A partir de 1959, uma nova cultura começou a ser efetivada em Terenos, com a aquisição e colonização de uma área pela JAMIC Imigração e Colonização Ltda, com o objetivo de assentar colonos japoneses na região.

O processo de emigração japonesa para o Brasil, nas décadas de 1950 e 60, estava a cargo da *Japan International Cooperation Agency (JAICA)*, com sede em Tóquio. No Brasil, duas empresas estavam ligadas ao serviço de emigração do Japão, a JAMIC Imigração e Colonização Ltda (*Japan Management Immigration Company*) e a JEMIS Assistência Financeira S. A. (*Japan Emigration Service*), empresas juridicamente brasileiras, mas, dirigidas por japoneses e com o apoio financeiro do governo japonês. Sendo que a característica fundamental da Jamic era a sua função social, promovendo a emigração e introduzindo em outros países parte

desta população sem *atividade* no Japão, encarregando-se também de seu assentamento com segurança. A empresa adquiria em determinado país uma área de terra, ou diversas áreas, fazia a divisão em lotes, conforme as leis locais, e depois os vendia aos imigrantes (VASCONCELOS, 2003).

A área onde hoje está localizada a Colônia Várzea Alegre pertenceu ao governo do Estado de Mato Grosso até 1907, e estava inserida numa política de colonização desenvolvida pelo governo do Estado. Com essa política foram colocadas à venda, à concessão gratuita e ao arrendamento todas as terras públicas devolutas, excluídas áreas de interesse dos governos para a defesa das fronteiras, construções militares, estrada de ferro, povoações, fundações de colônias oficiais e aldeamentos de índios. As terras da fazenda Várzea Alegre estavam incluídas nas áreas reservadas para o estabelecimento de colônias (VASCONCELOS, 2003).

A JAMIC Colonização e Imigração Ltda desenvolveu em território brasileiro, diversos projetos de colonização, dentre os quais o de Várzea Alegre no município de Terenos, ao adquirir, por compra a Severino Pereira da Silva, a Fazenda Várzea Alegre, com 38.472 ha, numa época que havia uma conjuntura favorável, pois havia convergência de interesses mútuos tanto para o Estado japonês como para o brasileiro (VASCONCELOS, 2003).

As razões que justificaram o interesse da JAMIC pela área foi em primeiro lugar, pela sua localização, próxima a um centro urbano em pleno desenvolvimento (Campo Grande), que já passava a ser o centro das decisões na região Sul de Mato Grosso, em segundo, o preço pago pela área, que foi irrisório tendo-se em vista o que a empresa arrecadou com a venda após o loteamento; considerou-se também o fato de tratar-se de uma aquisição feita de particulares, com o procedimento burocrático menos complexo e por último, a circunstância da estrada de ferro passar dentro dos limites da fazenda (VASCONCELOS, 2003).

Durante todo o período que vai de 1907, quando a área de terras devolutas foi vendida pelo Governo do Estado a particulares, até 1958, ao ser adquirida pela JAMIC, não houve nenhuma atividade produtiva, mesmo no tempo em que essa área ficou sob o domínio da empresa alemã, Herm Stoltz & Cia, cujo objetivo era estabelecer núcleos coloniais para absorver imigrantes alemães, lembrando que essa empresa foi obrigada a vender suas terras durante a segunda guerra mundial por decreto federal, em virtude da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (VASCONCELOS, 2003).

Em 1959, dos 38.472 ha adquiridos pela empresa, apenas 6.688 ha foram loteados e postos à venda, com áreas de aproximadamente 10 alqueires paulistas (25 ha), ficando reservados 948 ha para a futura vila de Pedro Celestino, com projeto de urbanização, prevendo-se a construção do escritório para a empresa, de um alojamento para colonos, um prédio para funcionamento de escola e ambulatório e um prédio para um centro social o restante dividido em pequenas chácaras (VASCONCELOS, 2003).

No ano de 1962, com as dificuldades encontradas pelos colonos, que não conseguiam resultados satisfatórios, sendo que muitos retornaram ao Japão, resolveram unir-se e alimentados pela idéia de que juntos se pode muito mais, foi criada a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA).

Hoje o local da antiga sede da Colônia Jamic, onde foi implantada há cerca de cinqüenta anos atrás a primeira cooperativa do município de Terenos é servido de acesso asfaltado. No local (Comunidade Jamic) está instalada a Associação Esportiva e Cultural Nipo Brasileira de Várzea Alegre e a Camva, que reúne hoje cerca de 25 famílias atuantes na produção de ovos e também na fruticultura. Das instalações industriais da cooperativa, considerada a maior produtora de ovos do estado, saem 1,5 mil caixas de ovos produzidos diariamente, que abastecem o mercado sul-mato-grossense, e também Cuiabá e Rondonópolis.

Na Comunidade Jamic está localizada a primeira escola em tempo integral do Estado, e que se tornou referência em educação, possuindo cerca de 600 alunos da educação infantil ao ensino médio onde participam de projeto que visa promover a inclusão digital da comunidade. A comunidade conta também com um campo de futebol dotado de iluminação e vestiário.

3.4.3 Assentamentos do município

Os assentamentos¹² criados no município são oriundos de projetos do INCRA, e dos promovidos pelo extinto Banco da Terra, transformado no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

¹² Segundo o Dicionário Aurélio – Século XXI, assentamento é o ato ou efeito de fixar-se, isto é, de estabelecer residência em determinado lugar.



Imagen 28 – Placa alusiva ao financiamento de projeto do extinto Banco da Terra. Fonte: autor

3.4.3.1 Assentamentos da Reforma Agrária

Entre 1987 e 2010 foram instalados no município de Terenos 7 assentamentos da Reforma Agrária, promovidos pelo INCRA:

1. **Assentamento Campo Verde**, tem uma área de 1.918,54 ha e fica localizado a 34 km da sede municipal, coordenadas 55 03 30 e 20 45 58, foi criado pela Portaria 574, de 13/07/1987, 61 famílias¹³.
2. **Assentamento Patagônia**, tem uma área de 3.502,8 ha e fica localizado a 28 km da sede municipal, coordenadas 55 01 32 e 20 43 33, foi criado pela Portaria 16, de 13/03/1997, 128 famílias.
3. **Assentamento Nova Querência**, tem uma área de 3.864,61 ha e fica localizado a 34 km da sede municipal, coordenadas 54 58 10 e 20 47 52, foi criado pela Portaria 57, de 26/11/1997, 157 famílias.
4. **Assentamento Paraíso**, tem uma área de 3.308,4 ha e fica localizado a 32 km da sede municipal, coordenadas 55 05 39 e 20 43 39, foi criado pela Portaria 72, de 29/12/1997, 98 famílias.
5. O **Assentamento Santa Mônica**, tem uma área de 7.960,24 ha e fica localizado a 23 km da sede municipal e a cerca de 20 km da Rodovia BR-060 (essa rodovia liga os municípios de Campo Grande e Sidrolândia). A parte utilizável foi

¹³ Informações obtidas junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, INCRA

dividida em 714 lotes, cabendo a cada família uma área em torno de 6 a 7 hectares. A área foi adquirida pelo INCRA em 31/10/2005 e o assentamento foi criado pela Portaria 37, de 07/12/2005. Para o assentamento, foram concedidos recursos para construção de moradias (geralmente de 72 m²) e manutenção durante o período inicial e aquisição de insumos para a produção agrícola. Foram construídas no assentamento redes de água e energia elétrica, além de escola e posto de saúde, como propiciados aos assentados cursos de extensão rural e participação em projetos de incremento e diversificação da produção.

6. O **Assentamento Sete de Setembro**, foi originado a partir da aquisição da Fazenda Fujita em 11/11/2009 e criado pela Portaria nº 74 de 04/12/2009. Está a 38 km de distância da sede do município. Sua área total é de 2.874,6622 ha. Possui uma Área de Reserva Legal (RL) de 605,8669 ha (21.07%); uma Área de Preservação Permanente (APP) de 26,1761 ha (0,91); o Centro Social tem uma área de 7,1169 ha (0,25%) e sua Área Comunitária possui 6,4923 ha (0,23%); possui 159 famílias assentadas, sendo a área média das parcelas variando de 12,9194 ha a 13,1970 ha, totalizando uma área média por família coletiva (RL, APP, estradas, núcleo social) 18,0841 ha. A entidade representativa dos assentados é o MST – Movimento dos Sem Terras, com sede em Campo Grande-MS.

7. **Assentamento Ouro Branco**, criado pela Portaria 29 de 18/06/2010, abriga um grupo de 86 famílias. Sua área total é de 1.703,45 ha.

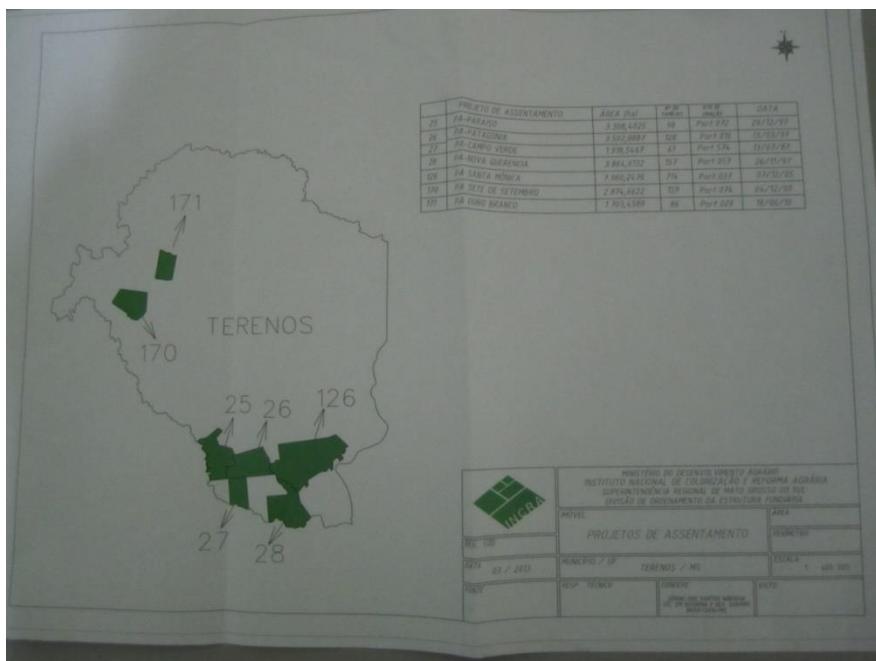


Imagen 29 – Localização dos 7 projetos de assentamento do INCRA no município de Terenos. Fonte: INCRA.

3.4.3.2 Assentamentos do Crédito Fundiário

A partir de 2000 foram instalados 10 assentamentos a partir de projetos do Banco da Terra, que a partir de 2003 foi substituído pelo PNCF.

1. **Assentamento Contato**, com 19 famílias, criado em 2000, cada lote tem área de 4,6 ha, fora a área comum que soma mais 20 hectares;

2. **Assentamento Pontalzinho** (Associação Pontalzinho de Trabalhadores Rurais de Mato Grosso do Sul-ASPON), criado em 14/08/2001 com 10 famílias. A área total é de 72 ha, tendo cada lote aproximadamente 5 ha. A área coletiva apresenta uma área de 10 hectares. O restante é de reserva legal;

3. **Assentamento Cerro Porã**, com duas associações, Nova Era (Associação de Pequenos Produtores Rurais Nova Era de Campo Grande/MS e Terra Boa (Associação de Pequenos Produtores Rurais Terra Boa de Terenos-MS.

4. **Assentamento Assafur**, com 30 famílias;

5. **Assentamento Nova Canaã**, com 30 famílias;

6. **Assentamento Guaicurus**, com 30 famílias.;

7. **Assentamento Guariroba**, com 30 famílias.

8. **Assentamento Nova Aliança**, com 110 famílias.

9. **Assentamento Sertaneja**, com 30 famílias, bacia hidrográfica do Rio Varadouro.

10. **Assentamento Gonçalves Rolin**, que é um loteamento da Fazenda São Pedro do Sul, com 104 famílias.

4. RETRATO DA SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DE TERENOS

Sustentável é uma palavra que se origina do latim *sustentabile*, é um adjetivo daquilo que tem capacidade de se poder manter mais ou menos constante ou estável por um longo período e sustentabilidade expressa a qualidade de sustentável.

Segundo Mendes (2009) a evolução das teorias sócio-econômicas e das teorias desenvolvimentistas estão ligadas ao processo de transformação da sociedade e das diferentes visões sobre sustentabilidade. Com a percepção dos abusos cometidos em nome do desenvolvimento econômico, amplia-se a noção de desenvolvimento, indo além da acumulação de recursos materiais, conduz-se ao conceito de desenvolvimento sustentável, com sua multiplicidade de interpretações. Sabe-se que diversos aspectos como a saúde, habitação, lazer, economia, pobreza, educação, entre outros, interferem diretamente na dignidade da vida humana.

Levando em consideração as possibilidades de múltiplas interpretações com relação à sustentabilidade, Sachs (1993) propõe cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural e posteriormente a política, que se interagem. A análise dessa multidimensionalidade propicia buscar soluções aos problemas vivenciados.

Deve-se registrar que há uma tendência de se incluir nas discussões acerca da sustentabilidade a dimensão tecnológica. Ressalta-se que a proposta das tecnologias sustentáveis não é um mero jogo de palavras, que as tecnologias sustentáveis (*sustainable technologies*) vão ao encontro do tradicional *triple bottom line*, que se refere às dimensões econômicas, sociais e ambientais, e que quando se fala em sustentabilidade tecnológica, refere-se ao nível de tecnologia adequado para o desenvolvimento de determinada atividade econômica com equilíbrio (GIANEZINI, 2011).

O trabalho busca refletir sobre a agricultura familiar e as diversas dimensões da sustentabilidade da agricultura familiar de Terenos.

4.1 SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Facilitar o acesso a terra, pode ser um fator importante para se alcançar sustentabilidade social, pois estimula uma parcela importante da população a ficar

no campo, a viver de forma digna da produção de alimentos, com repercussão na economia dos municípios, principalmente daqueles não-industrializados, pois não podem contar com outros segmentos criadores de vagas no mercado de trabalho para sua população economicamente ativa.



Imagen 30 – Lote de agricultor familiar no PA Santa Mônica. Fonte: autor

A sustentabilidade social prevê a necessidade de construção de um processo de desenvolvimento que promova a diminuição de desigualdades sociais entre as classes mais ricas e as mais pobres, onde haja uma razoável homogeneidade social, uma distribuição de renda mais justa, índices próximos do pleno emprego, qualidade de vida decente e mais igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais (SACHS *apud* STROH, 2000).

Essas condições são compreendidas também quando se fala em coesão social, inclusão social e bem estar social.

Segundo Lameiras *et al* (2012, p.3) “o conceito de pleno emprego está ligado à utilização máxima dos fatores de produção, capital e trabalho, em uma situação de equilíbrio entre a oferta e a demanda por estes insumos”.

Na pesquisa realizada no município de Terenos, observou-se uma área média maior entre os estabelecimentos de produtores não-assentados em projetos¹⁴, em seguida os estabelecimentos da Reforma Agrária (RA), sendo a menor área média entre os pesquisados, os lotes dos projetos do Crédito Fundiário (CF). A tendência observada quanto aos projetos de assentamento do INCRA é que a área média dos lotes diminuiu ao longo do tempo.

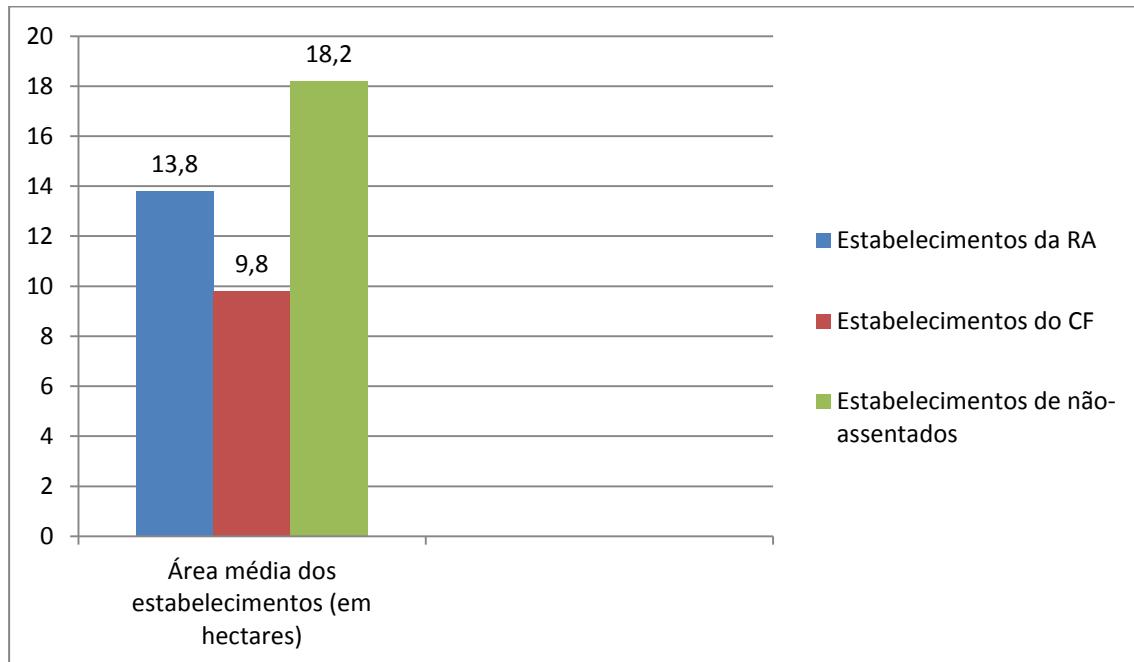


Gráfico 3 – Área média dos estabelecimentos (em ha). Fonte: autor

Quanto à forma de aquisição da propriedade, considerando os três grupos de produtores pesquisados, todos os assentados da reforma agrária receberam seus lotes do programa de Reforma Agrária do INCRA. Os produtores que chamamos do crédito fundiário adquiriram seus lotes através de financiamentos viabilizados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que substituiu o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra. Finalmente o terceiro grupo, dos não-assentados em projetos, dos 10 produtores pesquisados, 7 compraram seus estabelecimentos enquanto 3 foram adquiridos por herança.

Quanto ao tempo de instalação nos estabelecimentos, o menor tempo médio em anos, encontra-se entre os produtores instalados a partir do crédito fundiário.

¹⁴ Para efeito da pesquisa, considerou-se produtores não-assentados, aqueles cujos estabelecimentos foram adquiridos por compra ou por herança, ou outra forma de aquisição que não seja através de projetos tanto da reforma agrária quanto de crédito fundiário, também podem ser considerados agricultores familiares tradicionais.

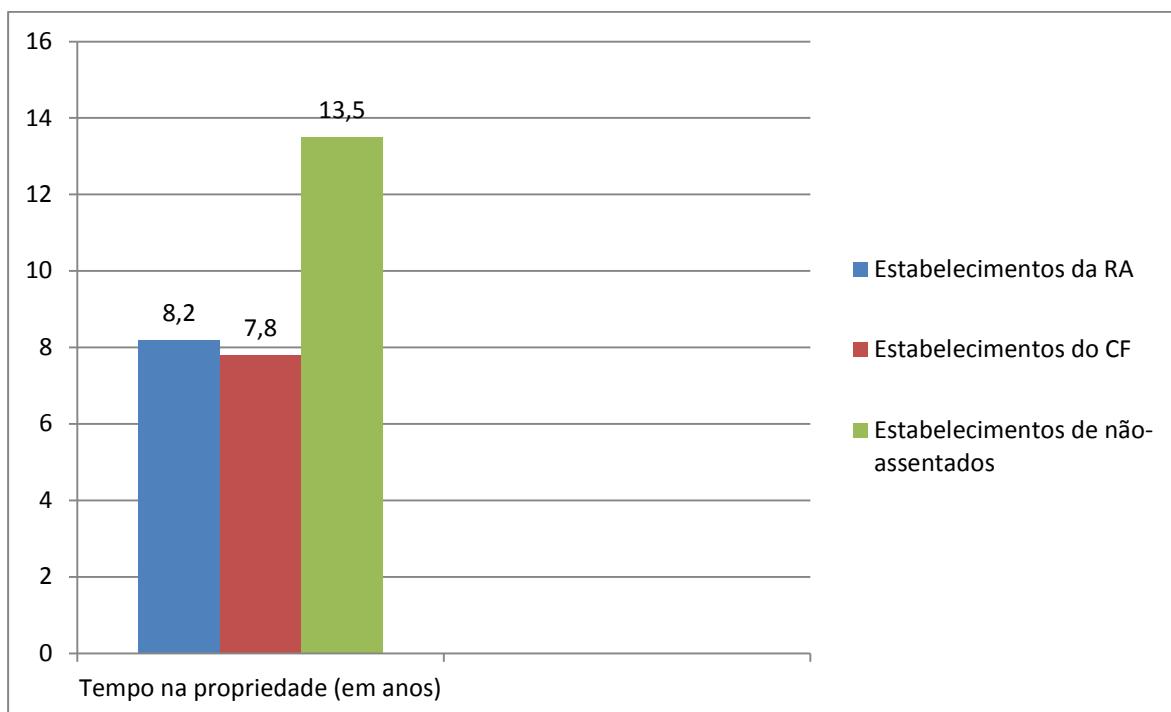


Gráfico 4 – Tempo de instalação no estabelecimento. Fonte: autor

O destaque com relação ao questionamento sobre a residência nos estabelecimentos fica com os assentados da reforma agrária, em que 100% dos produtores informaram que moram nos estabelecimentos, conforme se vê no gráfico abaixo.

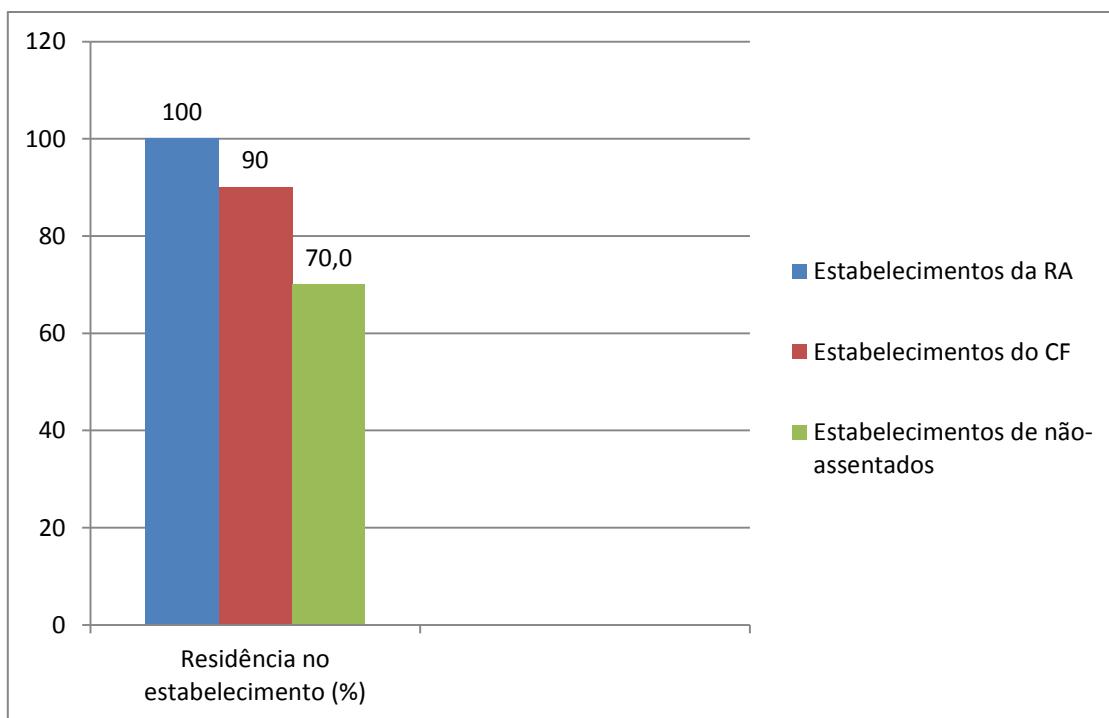


Gráfico 5 – Residência nos estabelecimentos. Fonte: autor

90% dos agricultores familiares não-assentados possuem casa na cidade.

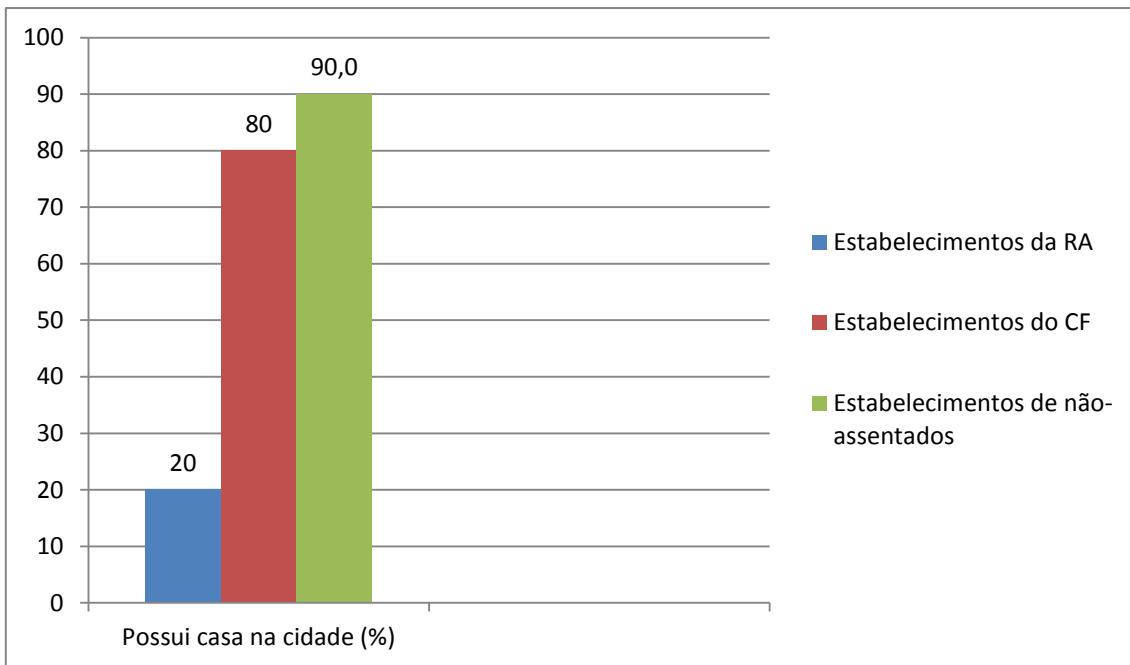


Gráfico 6 – Possuem residência na cidade. Fonte: autor

O acesso a rede de energia é de 100% em todos os estabelecimentos pesquisados do grupo dos não-assentados e do grupo dos assentados do crédito fundiário. Dos agricultores familiares da reforma agrária, apenas os assentados do Assentamento Sete de Setembro ainda não tinham a energia rebaixada nos seus lotes. Devido a isso, também são os únicos que não possuem rádio e televisão.

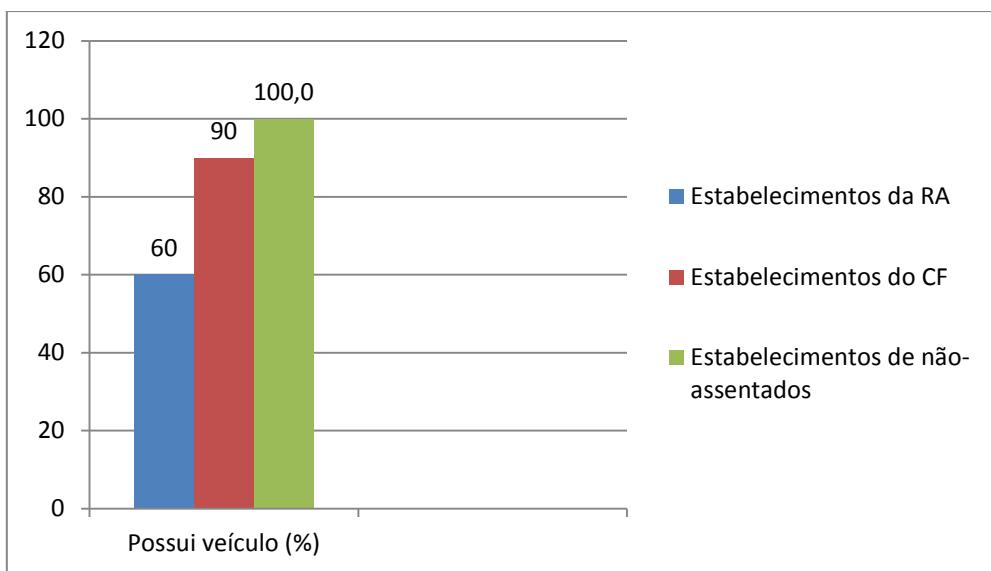


Gráfico 7 – Possuem veículo. Fonte: autor

O acesso ao transporte coletivo pode ser avaliado a partir dos dados informados no gráfico abaixo;

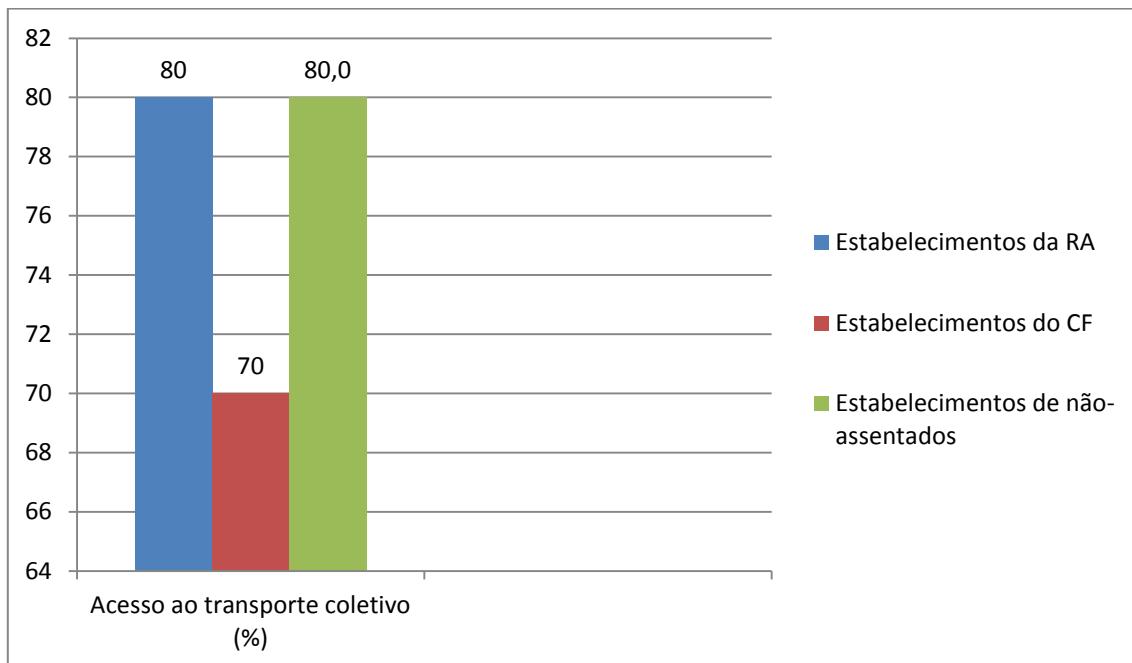


Gráfico 8 – Acesso ao transporte coletivo. Fonte: autor

O acesso das crianças ao transporte escolar é de 100% nos pesquisados dos 3 grupos.

O que mais as pessoas sentem falta no campo, são o acesso à educação de nível 2º grau e superior, presentes nas cidades, principalmente para os filhos em idade escolar e também a distância com relação a um atendimento de urgência na área da saúde. Também acreditam que as oportunidades de emprego para os filhos são maiores na cidade do que no campo, indicando um forte indício de insustentabilidade.

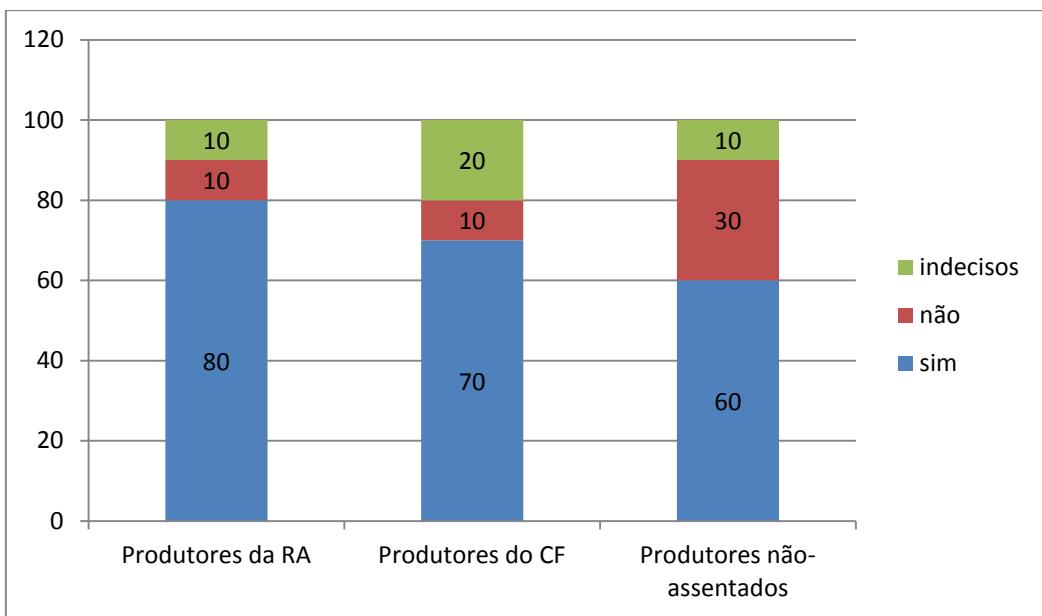


Gráfico 9: No campo tem tudo que precisam para viver bem? Fonte: autor

Com relação à questão proposta se gostariam de morar na cidade, foi praticamente unânime nos três grupos pesquisados a vontade de morar no campo, é uma opção por um estilo de vida, algo em que acreditam. É interessante frisar que a grande maioria deseja ter uma casa na cidade, para que os filhos em idade de cursar faculdade possam ficar.

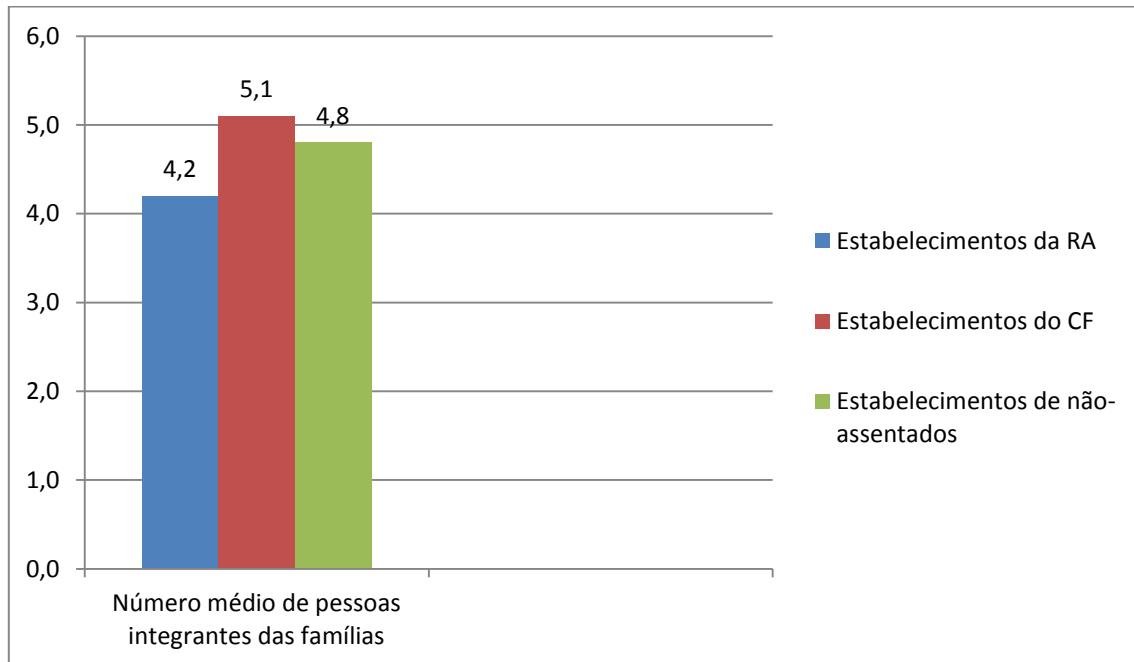


Gráfico 10 – Número médio de pessoas integrantes das famílias. Fonte: autor

Também no campo as famílias foram diminuindo ao longo do tempo, fato que ficou comprovado no Censo de 2010.

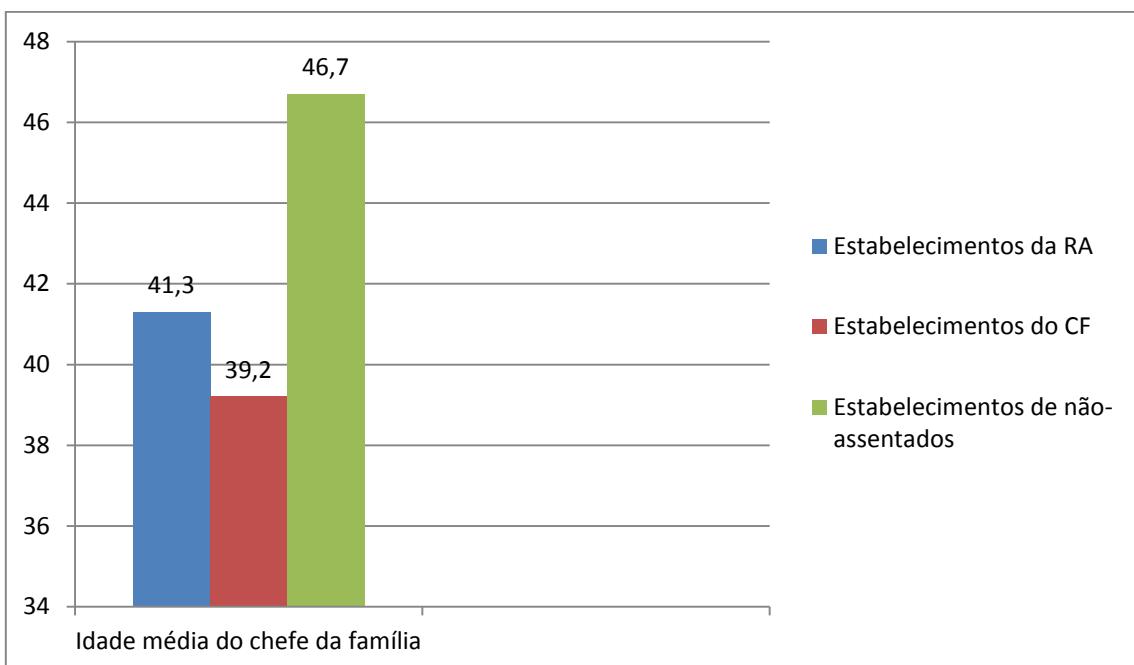


Gráfico 11 – Idade média do chefe da família. Fonte: autor

Outra evidência constatada no Censo de 2010 é que a população brasileira está envelhecendo. Constatamos na pesquisa que os pais querem que os filhos sigam para a cidade, com a finalidade de melhorarem o padrão de vida, com isso constata-se que a população do campo está envelhecendo muito mais rápido que a população das cidades.

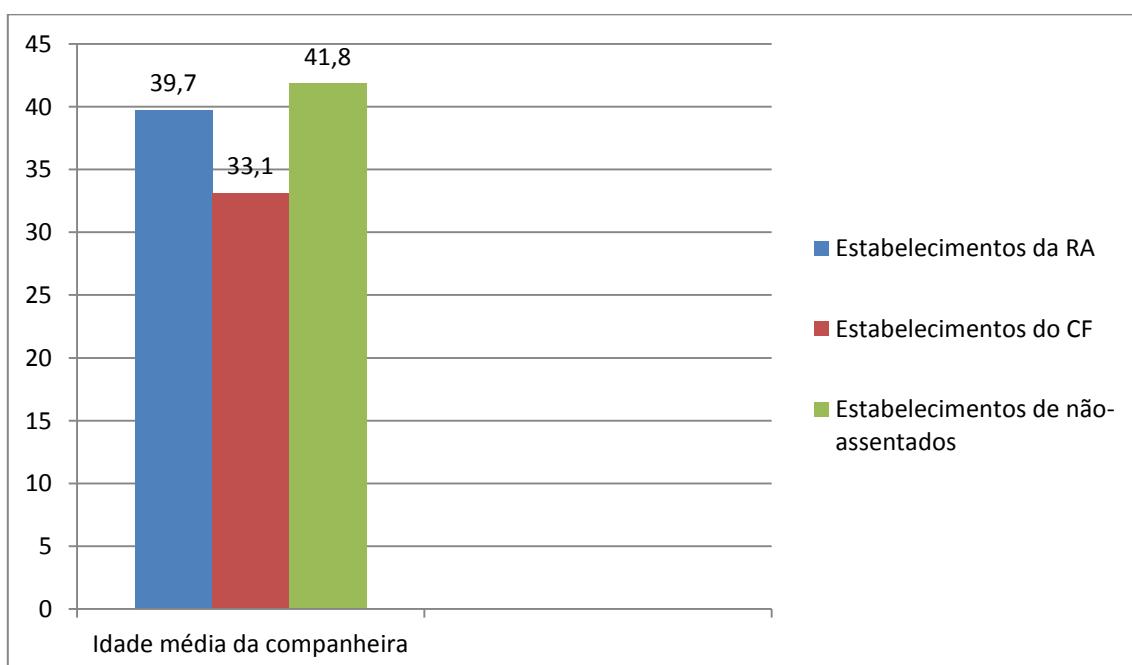


Gráfico 12 – Idade média da companheira. Fonte: autor

O grau de escolaridade no campo é muito baixo, fato que se agrava principalmente entre a população de assentamentos da reforma agrária, daqueles que realmente tiveram poucas oportunidades de freqüentar escola regularmente.

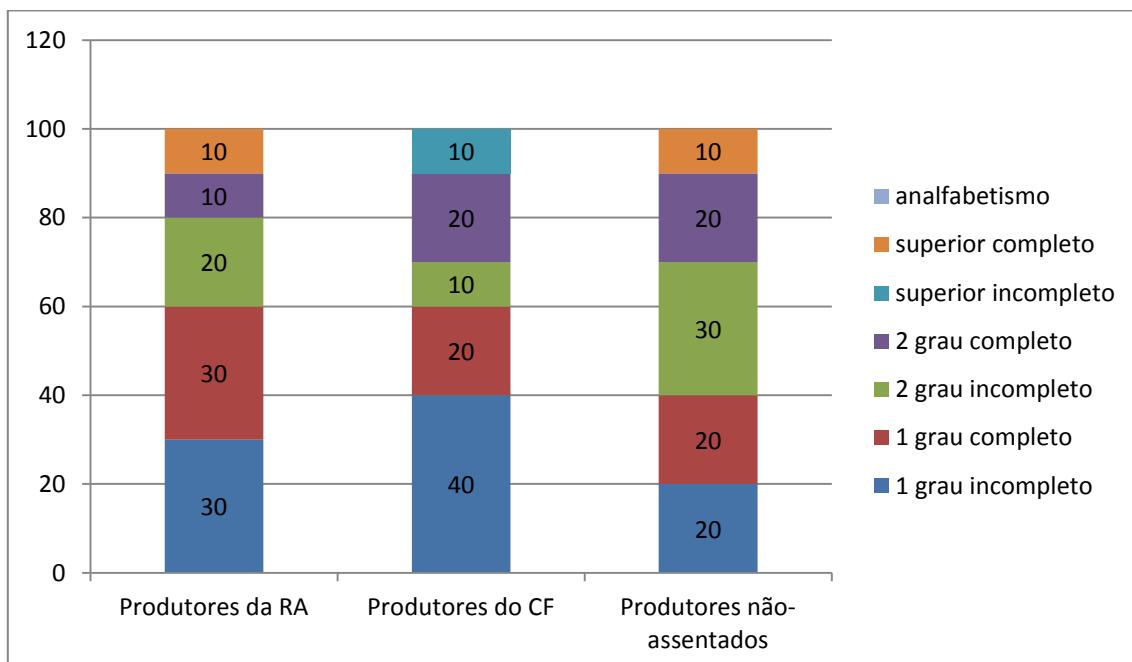


Gráfico 13 – Grau de escolaridade do chefe da família. Fonte: autor

Percebe-se que entre as mulheres o grau de escolaridade é mais alto que o dos homens, talvez pelo fato de logo cedo os homens sentirem mais a pressão de auxiliarem na composição da renda da família. Na pesquisa não foram encontrados analfabetos entre os entrevistados.

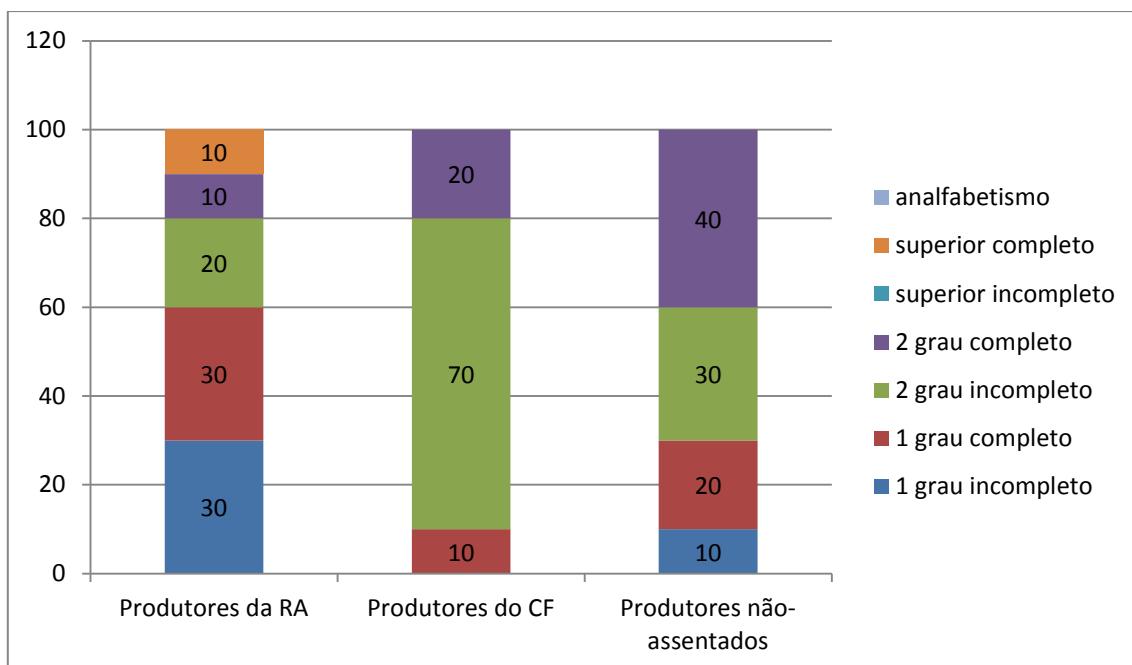


Gráfico 14 – Grau de escolaridade da companheira. Fonte: autor

Nenhum dos pesquisados está estudando no momento, sendo que a maioria dos seus filhos estão freqüentando escolas, do primeiro grau a universidade, observando-se dessa forma, uma forte tendência de migração da juventude rural para as cidades o que pode comprometer a sustentabilidade social da agricultura familiar.

4.2 SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA (AMBIENTAL)

A ecologia é o ramo da biologia que estuda as relações entre os seres vivos (animais ou vegetais) e o ambiente em que vivem, bem como as influências que exercem entre si, de forma recíproca. O meio ambiente por outro lado, é tudo o que cerca os seres vivos e as coisas de uma forma geral. Quando se fala em sustentabilidade ecológica ou ambiental há uma preocupação em conhecer a capacidade de suporte dos ecossistemas; o cuidado com a redução do uso de recursos não renováveis e o fomento de pesquisas de utilização inovadora de fontes renováveis como também de tecnologias menos poluidoras e mais eficientes; cuidados com a redução e tratamento adequado da emissão de resíduos, observando-se normas de proteção do meio ambiente.

O equilíbrio do meio ambiente cada vez mais ocupa um lugar de destaque entre as preocupações em todos os cantos do mundo, no Brasil recentemente foi aprovado um novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) de grande repercussão para o mundo rural. Rodrigues (2002, p. 17) sustenta que

O problema da sustentabilidade na atividade agrícola está diretamente relacionado com os impactos ambientais, econômicos e sociais provocados pela utilização das tecnologias agrícolas. A discussão sobre o desenvolvimento rural sustentável passa, fundamentalmente, pela análise das escolhas técnicas feitas pelos produtores rurais e seus efeitos sobre a eficiência da produção e as externalidades ambientais geradas no processo.

Daí a importância da conscientização do produtor rural quanto aos impactos causados pela atividade. Rodrigues (2002, p. 35) exemplifica melhor sobre os impactos:

A produção agrícola causa vários impactos ao meio ambiente. Entre eles, pode-se citar a degradação dos solos, com a utilização de métodos inadequados de plantio e manejo; os problemas gerados para a saúde humana com o uso de agrotóxicos; e os danos causados aos recursos hídricos, com o assoreamento dos rios, o agravamento do processo de erosão ou a destruição das matas ciliares. A erosão do solo causa impactos sobre a rentabilidade dos produtores rurais, e o assoreamento dos rios e as

externalidades negativas, a outros agentes econômicos que compartilham o mesmo recurso ambiental.

O questionário contém algumas perguntas relacionadas a essa dimensão da sustentabilidade, e, buscou-se verificar sobre a existência de cursos d'água nos estabelecimentos.

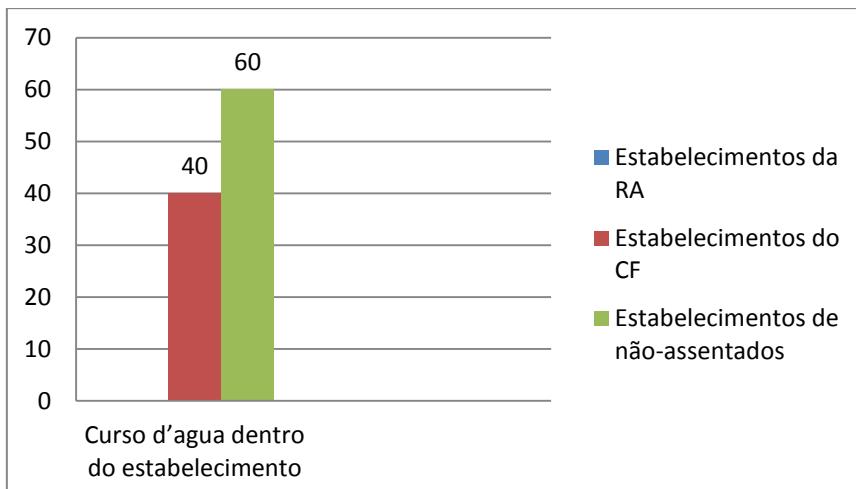


Gráfico 15 – Estabelecimentos que possuem curso d'água dentro do estabelecimento. Fonte: autor

Nenhum dos produtores pesquisados da Reforma Agrária possuem curso d'água dentro do estabelecimento ao passo que 40% dos pesquisados do grupo do Crédito Fundiário e 60% dos agricultores não-assentados possuem curso d'água passando pelo estabelecimento. Desses produtores foi unânime a opinião que classificam como bom o estado da mata ciliar que protegem os mananciais.

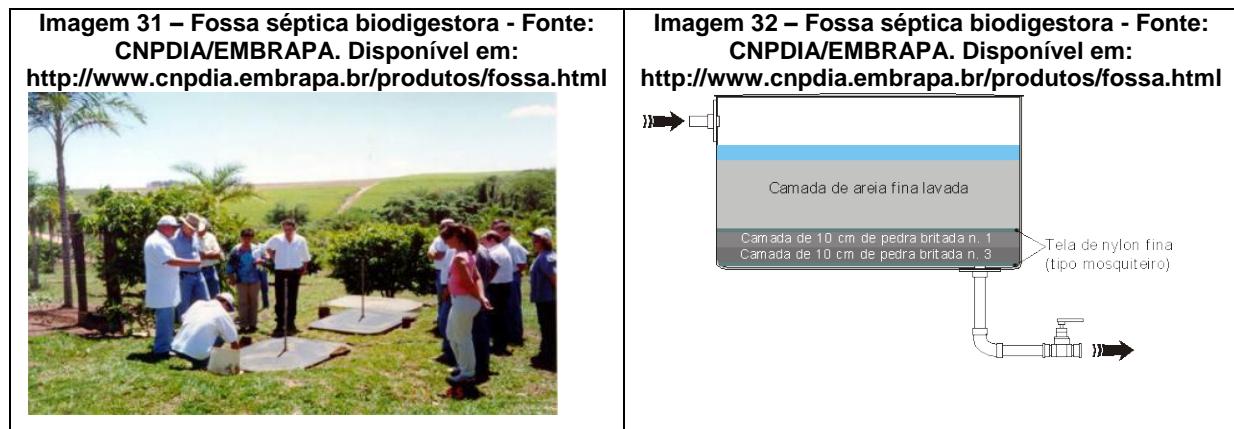
Observou-se no Assentamento Guariroba, localizado próximo ao Distrito Industrial de Campo Grande preocupação por parte de agricultores com relação a ter sido construído nas suas vizinhanças um depósito tipo trincheira, cavado no solo e que abriga resíduos de indústria de curtimento de couro. A preocupação é com relação à possibilidade de contaminação dos lençóis freáticos em caso de algum vazamento dos resíduos químicos.

Outra preocupação foi informada por produtor não-assentado com estabelecimento localizado na Bacia do Córrego Piraputanga, que sofria com os dejetos industriais do antigo Frigorífico Lopes, mas que já foi solucionado há algum tempo por projeto de tratamento de efluentes.

Quanto ao destino do esgoto das casas, a situação é mais complicada, pois todos os pesquisados admitiram a utilização de fossas comuns, o que significa

possibilidade de contaminação do lençol freático. Situação que seria revertida se houvesse políticas públicas que possibilitassem a instalação de fossas sépticas.

A Embrapa Instrumentação (CNPDIA/EMBRAPA) disponibiliza um material informativo, para construção de caixas sépticas de baixo custo e com alta eficiência.



Conforme o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgãos do governo paulista, para desativar uma fossa negra é necessário e recomendado o uso de cal como também fechar o buraco com terra, o prazo para que a fossa negra desativada deixe de poluir o solo com vermes, bactérias e protozoários é de 30 a 60 dias.

4.3 SUSTENTABILIDADE CULTURAL

Cultura é o conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade, sendo que nas ciências humanas, opõe-se por vezes à idéia de natureza, ou de constituição biológica, e está associada a uma capacidade de simbolização considerada própria da vida coletiva e que é a base das interações sociais.

Conforme Sachs *apud* Stroh (2000), a sustentabilidade cultural deve refletir um equilíbrio entre o respeito à tradição e a inovação, numa dimensão maior, a capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, em oposição às cópias servis de modelos alienígenas pode gerar a autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

Como exemplo, pode-se citar a manutenção das tradições cultivadas pelos gaúchos, que ao migrarem para outras regiões distantes do Rio Grande do Sul,

criam os Centros de Tradições Gaúchas, tornando-se local de encontro aberto às comunidades que os acolheram.

3.1 Procedência da família:

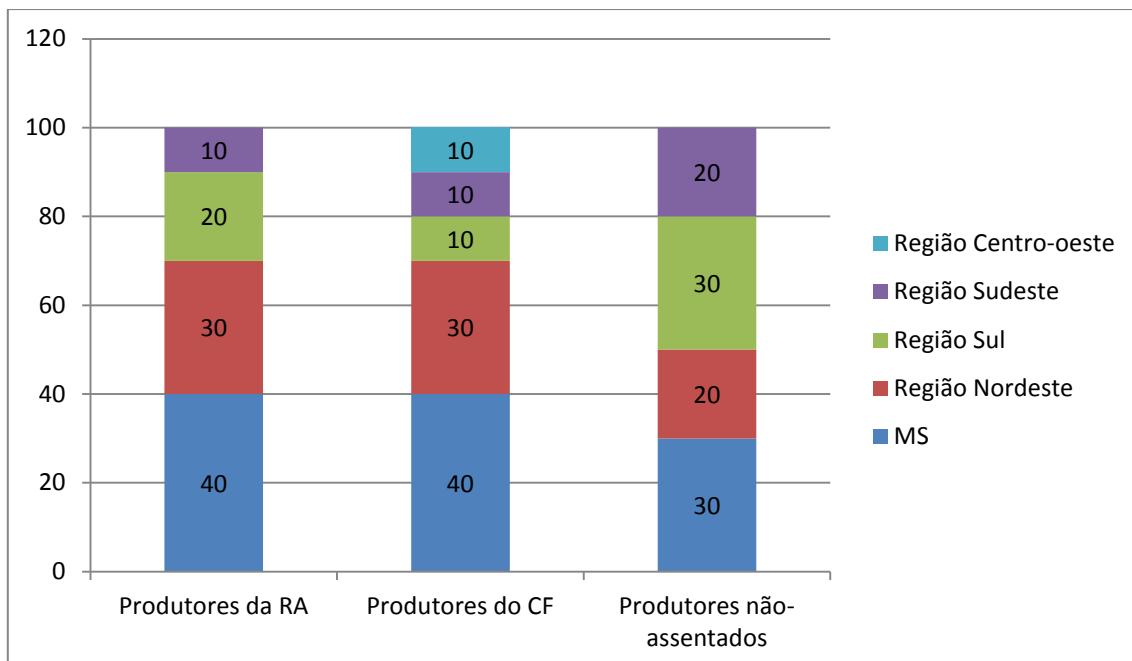


Gráfico 16 – Procedência do chefe da família (%) – Local de nascimento. Fonte: autor

Destaca-se que entre os produtores, dos três grupos pesquisados (da Reforma Agrária (RA), do Crédito Fundiário (CF) e dos não-assentados), existe a predominância de migrantes de outras regiões do país.

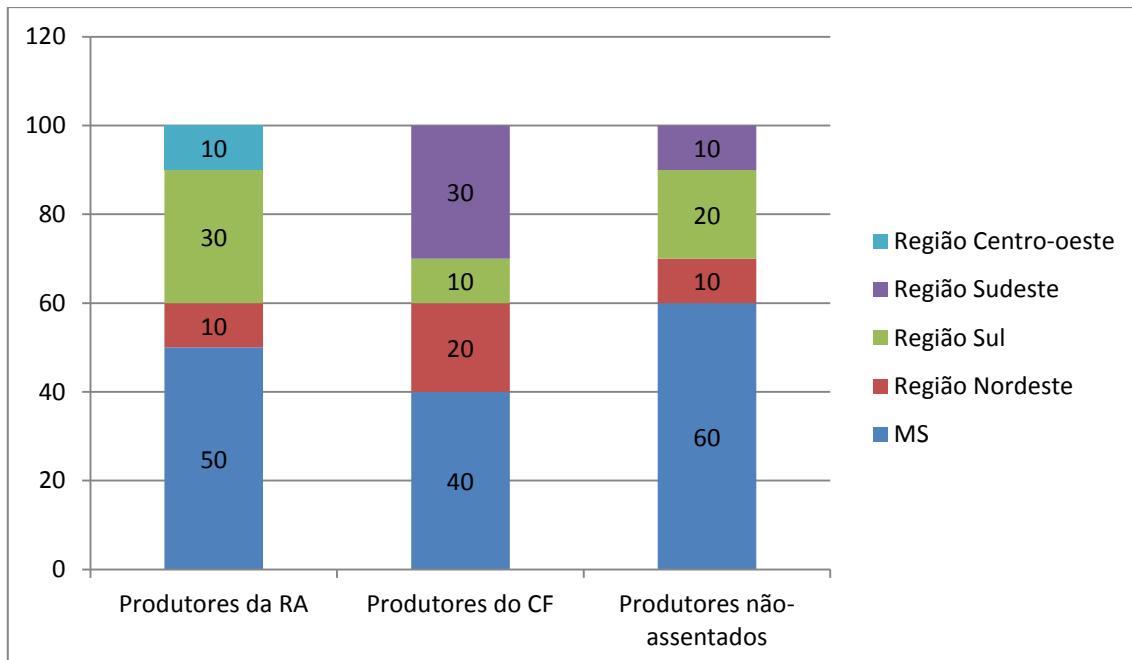


Gráfico 17 – Procedência da companheira (%) – Local de nascimento. Fonte: autor

Percebe-se que existe um percentual maior entre as companheiras que são de origem de Mato Grosso do Sul, interessante pelo aspecto de miscigenação e integração cultural que é proporcionado.

Constatou-se no decorrer da pesquisa que os agricultores provenientes da região sul, são mais conscientes acerca de vantagens relativas a formas de organização cooperativa, fato que pode ser originado pela cultura cooperativa ser mais forte nessa região, constatado quando se verifica que quase metade dos cooperados brasileiros são oriundos do Estado de São Paulo e Região Sul.

Estado	nº de Cooperados	%
SP	3.335.957	33,32922
RS	1.999.766	19,97947
SC	1.267.868	12,66715
PR	679.966	6,793475
Total parcial	7.283.557	72,76931
Demais Estados	2.725.548	27,23069
Total	10.009.105	100

Tabela 3 – Número de cooperados por estado

Fonte: Sescoop, 2012

4.4 SUSTENTABILIDADE POLÍTICA

Sachs *apud* Stroh (2000), entende que a sustentabilidade política no plano nacional existe se houver uma coesão social, quando a democracia é compreendida nos termos da apropriação dos direitos humanos universais, bem como da capacidade do Estado em implementar um projeto nacional.

Pode-se dizer, calcado nessas premissas, como também em Raffestin sobre a multidimensionalidade dos poderes, que em determinado território ou região, ou mesmo em projetos de assentamento como esses analisados, que para haver sustentabilidade política deve existir coesão social, conseguida quando se observa inclusão social daquelas camadas menos favorecidas, quando se percebe que existem índices que garantam uma qualidade de vida em níveis aceitáveis.

Compreende-se a expectativa gerada em um grupo de pessoas acampadas em barracas de lona, submetidas a condições de vida quase que beirando índices de extrema pobreza¹⁵ buscando conseguir a oportunidade de construir um lar e iniciar uma atividade que transforme o esforço, o trabalho, em renda digna que

¹⁵ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) define como pessoas em extrema pobreza aquelas pertencentes a famílias cuja renda seja inferior a um quarto do salário mínimo.

possa proporcionar a si e à sua família condições mínimas de sobrevivência e percebe que a classe política dirigente está desconectada da realidade que vivenciam e ainda mais quando percebem a impunidade reinante frente a crimes de corrupção.

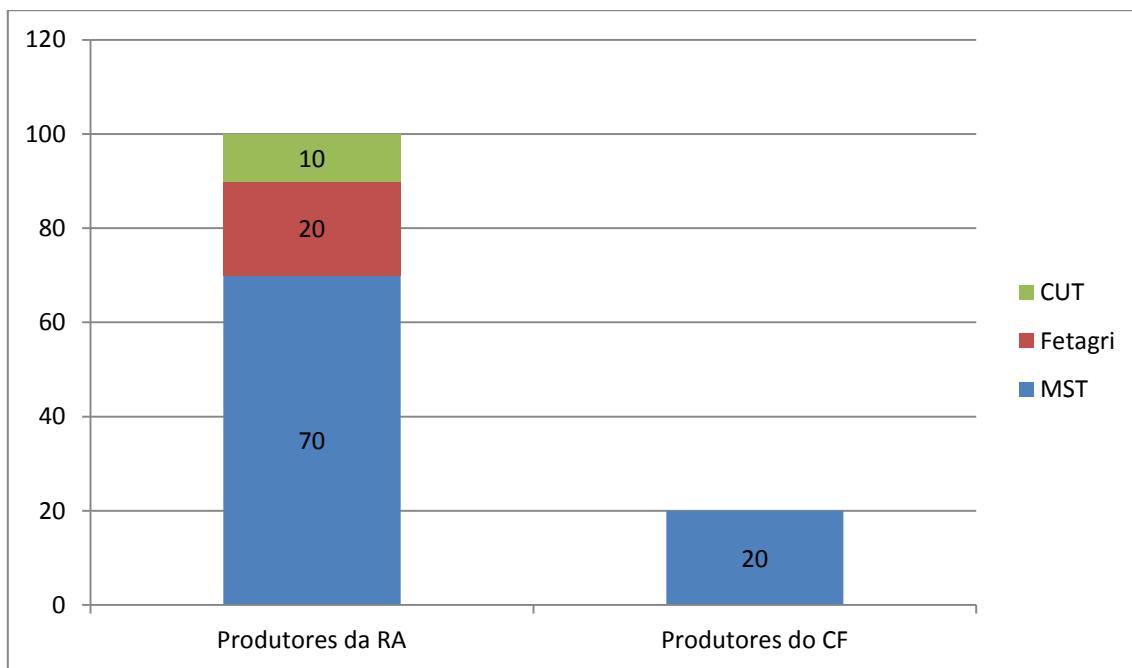


Gráfico 18 – Participação em movimentos sociais de luta pela terra. Fonte: autor

Quanto à participação em movimento social de luta pela terra¹⁶, no grupo dos assentados do crédito fundiário, 20% dos pesquisados disseram pertencer ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Enquanto que no grupo dos assentados da Reforma agrária, a maioria disse pertencer ao MST. Os outros movimentos organizados citados foram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI).

¹⁶ Esse tipo de movimento social tem como objetivo lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações sociais no país. São compostos por posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros e por pequenos agricultores. Fonte: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>

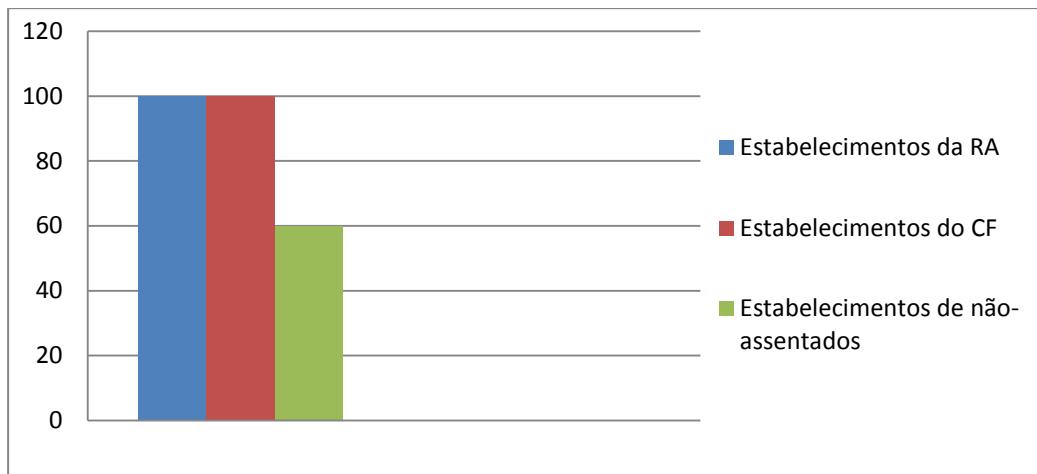


Gráfico 19 – Participação em associação. Fonte: autor

Quase a totalidade dos pesquisados informaram participar de uma associação, mas verificou-se, que ao contrário do que possa ser avaliado à primeira vista, a participação efetiva pode ser considerada muito baixa, podendo ser considerada quase um gargalo para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Imagen 33 – Reunião de Associação dos Produtores do Assentamento Paraíso. Fonte: autor, dia 26/11/2012



Imagen 34 – Reunião de Associação dos Produtores do Assentamento Paraíso. Fonte: autor, dia 26/11/2012



Como convidado, o pesquisador participou da Assembléia da Associação dos Produtores do Assentamento Paraíso, dia 26/11/2013 em que expôs a sua confiança na Agricultura Familiar, na importância da confiança entre os associados com o objetivo de buscarem soluções para o coletivo e de como o cooperativismo pode ser uma alavanca para o sucesso comum. Também evidenciou a importância da persistência e da busca do conhecimento.

No caso dos agricultores do grupo do crédito fundiário a constituição da associação era um dos requisitos para a viabilização do projeto. Essa exigência foi extinta recentemente.

A questão relativa à participação dos agricultores em organização cooperativa indica a quase ausência de conhecimento e dos benefícios gerados por essa forma de cooperação para viabilizar o sucesso de um empreendimento considerado de porte pequeno.

Nenhum dos pesquisados do grupo dos agricultores da reforma agrária, 80% dos agricultores do crédito fundiário e 70% dos agricultores não-assentados disseram não participar de uma organização constituída sob a forma de cooperativa.

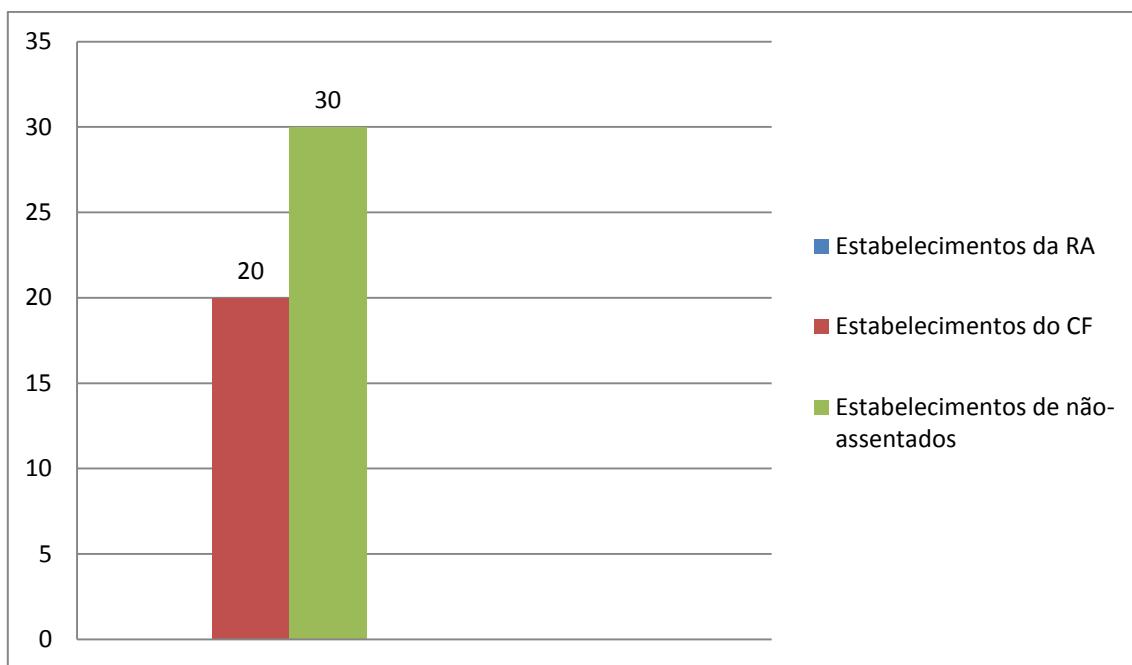


Gráfico 20 – Participação em cooperativa (em %). Fonte: autor

4.5 SUSTENTABILIDADE TECNOLÓGICA

É reconhecidamente importante a discussão sobre a inserção e o papel da agricultura familiar como produtora de alimentos, quando se verifica a tendência crescente da urbanização face ao campo cada vez mais vazio, além da imposição de modelos de produção de alimentos para gerar divisas com exportação, como no caso brasileiro, sendo evidente a ocupação desenfreada de novas fronteiras agrícolas para implantação de culturas da soja, do milho, da cana de açúcar, da bovinocultura de corte, de florestas em forma de monoculturas como a do eucalipto, para produção de celulose e papel, de carvão vegetal para suprir as necessidades da indústria siderúrgica. Medeiros; Wilkinson e Lima (2002, p. 23) destacam:

O novo paradigma técnico-econômico, estabelecido a partir da década de 1980, caracteriza-se fortemente por um processo de inovação tecnológica cuja dinâmica reduz cada vez mais os ciclos de vida e pressiona pelo permanente desenvolvimento e lançamento de novos produtos. Tal dinâmica tem condicionado o processo econômico, reduzindo as oportunidades de inserção de grupos sociais cujos condicionantes de natureza sócio-econômica e cultural não correspondem às condições mais adequadas aos novos modos de produção e recriados no âmbito desse novo paradigma. Nesse sentido, a complexidade tecnológica daí decorrente não raro tem transformado a tecnologia em vetor de exclusão social. Assim sendo, entre os grandes desafios da atual política científica e tecnológica brasileira, inclui-se a necessidade de uma abordagem da dimensão tecnológica e de novos conhecimentos capazes de alavancar desenvolvimento local inovador apoiado na sustentabilidade e na inclusão social.

A contribuição da ciência e da tecnologia no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira foi fundamental para sua modernização, porém, contribuiu para um elevado nível de exclusão social, com a substituição da mão de obra pela mecanização intensiva das tarefas e num segundo momento vem atingindo os próprios produtores rurais que não acompanham o nível das inovações do setor e a padronização, por outro lado, Guanziroli *et al* (2001, p. 22) destaca:

No Brasil, as informações sobre a agricultura familiar, mostram que, apesar da falta de apoio, é responsável por quase 40% da produção agropecuária, obtém rendimentos mais elevados por hectare e responde por 76,8% do emprego agrícola. Além disso, parte significativa de produtores pouco capitalizados que receberam algum tipo de apoio conseguiu inovar seus sistemas produtivos e dar curso a trajetórias bem sucedidas de capitalização.



Gráfico 21 – Utilização de trator no estabelecimento (em %). Fonte: autor

Durante a pesquisa foi constatado que mesmo com os índices altos apresentados de utilização de máquinas como os tratores, a utilização não é usual, pois o número de equipamentos disponíveis é baixo comparado com o número de produtores assistidos.

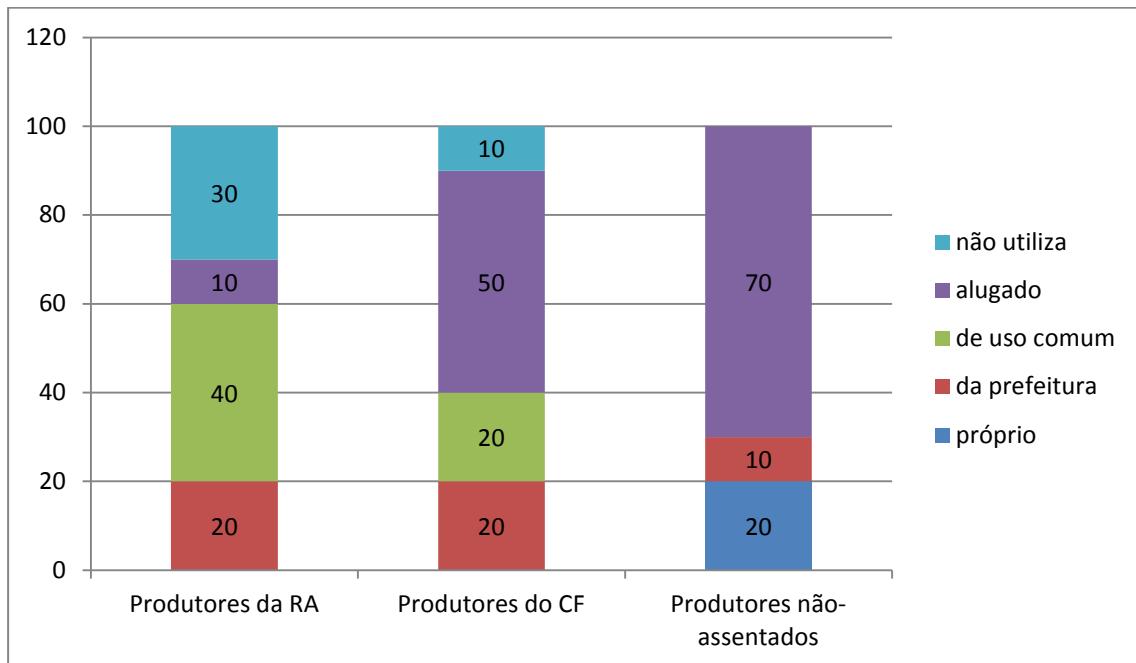


Gráfico 22 – Quanto ao trator utilizado no estabelecimento (em %). Fonte: autor

Durante a pesquisa foi constatado que mesmo com os índices altos apresentados de utilização de máquinas como os tratores, a utilização não é usual, pois o número de equipamentos disponíveis é baixo comparado com o número de produtores assistidos.

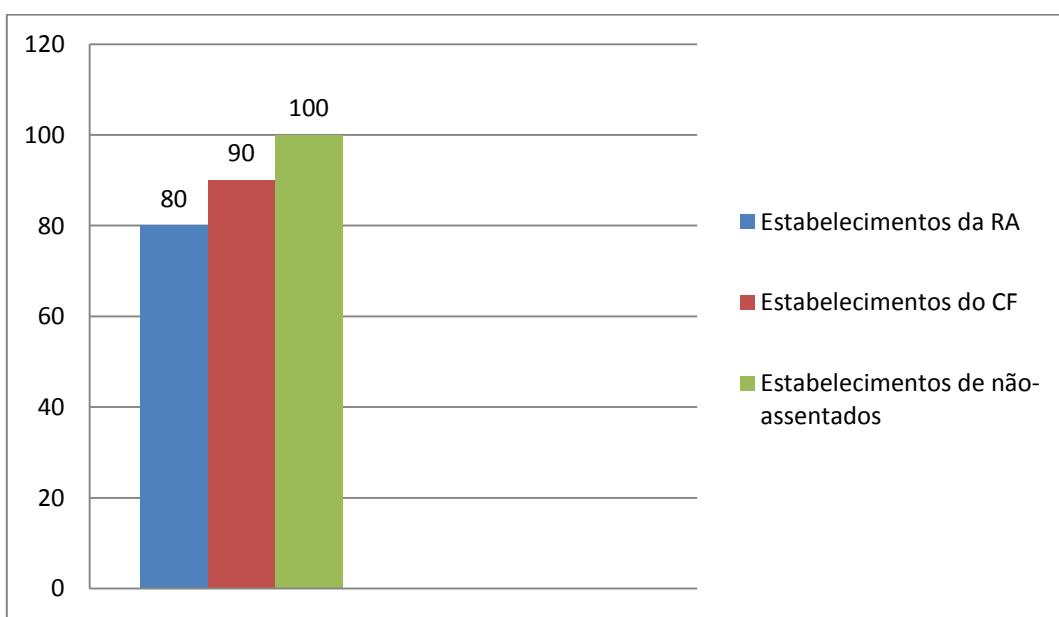


Gráfico 23 – avaliações do solo do estabelecimento (em %). Fonte: autor

Quanto às tecnologias utilizadas pelos agricultores pesquisados para controle de erosão de solo, a totalidade informou ser importante adotar, para conservar o solo e mantê-lo produtivo, porém, foram unâimes quanto a dificuldade na implantação e na manutenção das curvas de nível, pois é necessário maquinário e equipamentos caros e mão de obra especializada.

As curvas de nível são necessárias para a contenção e consequente absorção de águas pluviais, evitando assim a erosão de áreas destinadas à implantação de culturas e das estradas vicinais.

Observou-se durante a pesquisa que em grande parte dos estabelecimentos pesquisados existe degradação do solo motivada por desmatamento realizado sem critérios técnicos, na maior parte das vezes anteriores ao estabelecimento do assentado, nesse caso arcando com o passivo ambiental de antigos proprietários e que falta um trabalho de conscientização e de planejamento por parte das instituições públicas no sentido de respaldar ações concretas por parte dos agricultores familiares.

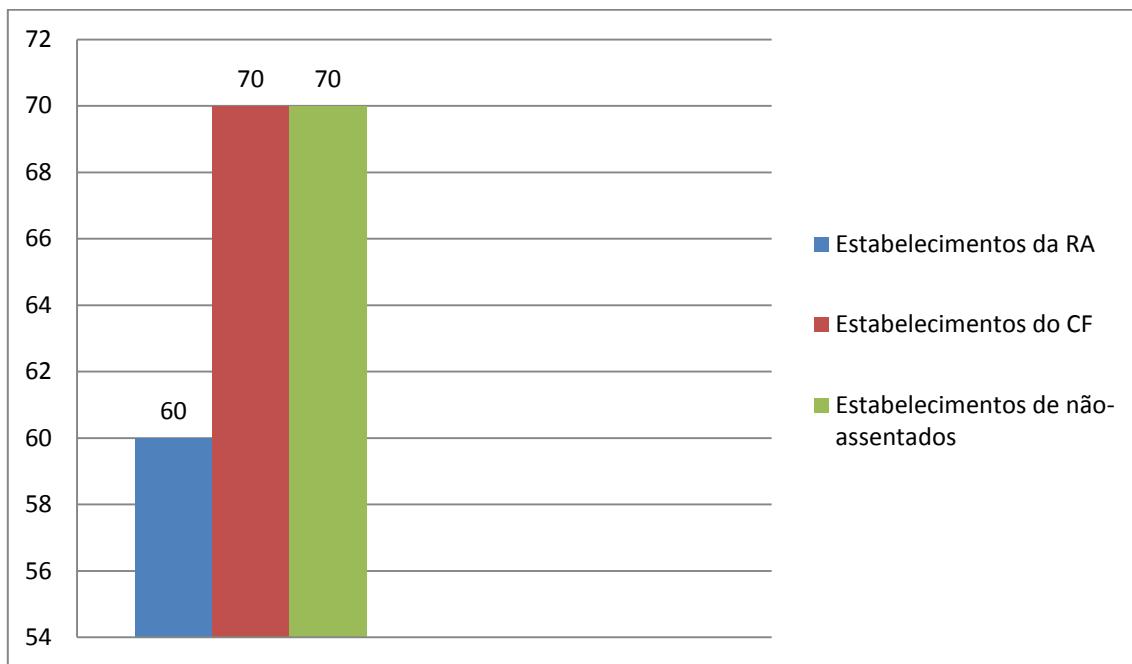


Gráfico 24 – controle de erosão de solo – possuem curvas de nível no estabelecimento (em %). Fonte: autor

Questionados se as atividades desenvolvidas no estabelecimento são acompanhadas por técnicos de agências públicas de promoção da extensão rural, a grande maioria dos agricultores manifestou-se como insatisfeitos com a assistência recebida.

Acredita-se que essa área seja uma das áreas vitais a serem priorizadas pelos governos para a superação dos obstáculos que emperram o pleno desenvolvimento do setor da agricultura familiar.

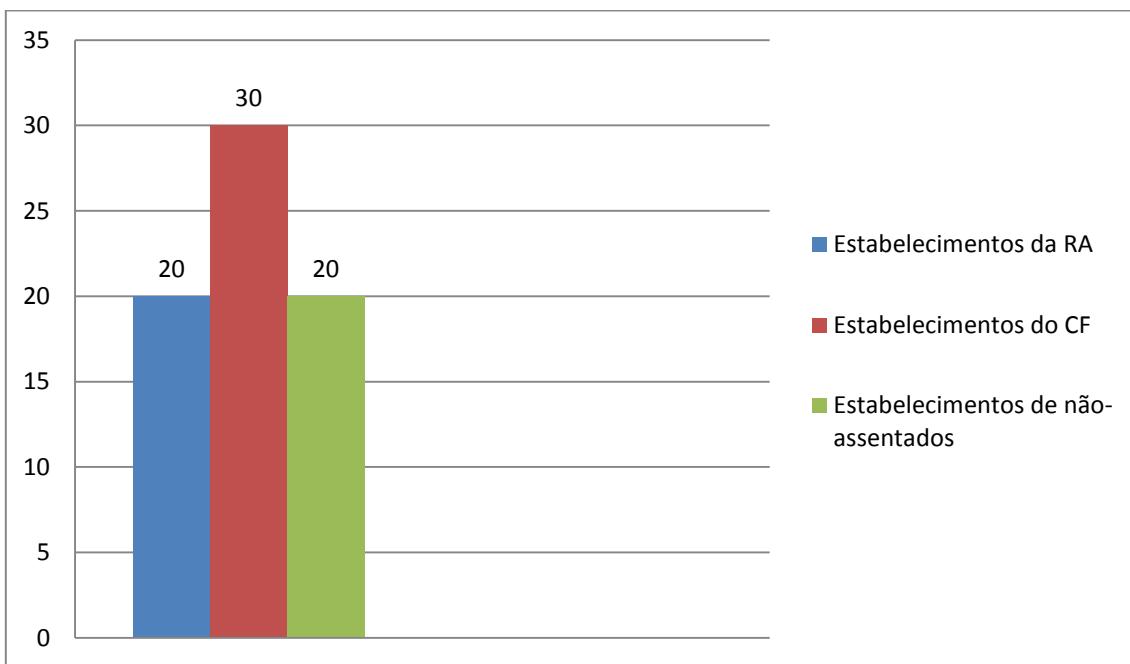


Gráfico 25 – satisfação com assistência técnica (em %). Fonte: autor

Araújo, Braga e Santos (1994, p.26) destacam:

O desenvolvimento do meio rural está intimamente ligado à solução de um complexo de problemas relacionados, não apenas com a técnica de produção, mas também com as condições de vida da família e da comunidade rural. Sob o aspecto extensionista, os recursos humanos constituem o componente principal da agricultura e o fator mais importante, no processo de desenvolvimento do setor. [...] A Extensão Rural visualiza o homem, o solo, plantas e animais como partes de um mesmo todo, que constitui o seu campo de ação. Seu objetivo central é, portanto, contribuir para a mudança das condições sócio-econômicas e culturais vigentes na agricultura brasileira, mediante um estilo próprio de trabalho em que os propósitos fundamentais são, ao lado do aumento da produção e da produtividade, os de assegurar melhor nível de renda aos agricultores e promover o seu bem estar, pela aplicação adequada da renda obtida, de modo a conseguir maior segurança social e estabilidade para a família rural.

O homem é considerado pela Extensão Rural como o verdadeiro agente de mudança, e não objeto passivo de assistência. O agricultor é quem deve sentir e compreender a necessidade de sair do imobilismo, melhorar suas práticas de trabalho e buscar melhores condições de vida. Ao promover a introdução de novas tecnologias que surgem da pesquisa e da melhoria constante dos meios e métodos de trabalho a Extensão Rural constitui valioso e eficaz investimento para desenvolver a agricultura, vinculando aspectos vitais do homem e da comunidade a

que pertence à dinâmica do desenvolvimento do meio rural (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994).

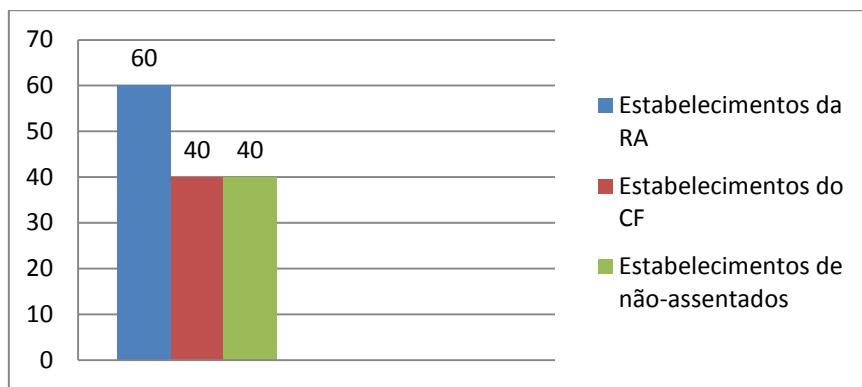


Gráfico 26 – cursos de qualificação ou capacitação técnica (em %). Fonte: autor

Quase a metade dos agricultores familiares pesquisados declararam ter feito cursos de capacitação e praticamente todos se interessam em participar de novos cursos a serem oferecidos, principalmente na área da bovinocultura de leite, horticultura, fruticultura e administração do empreendimento.

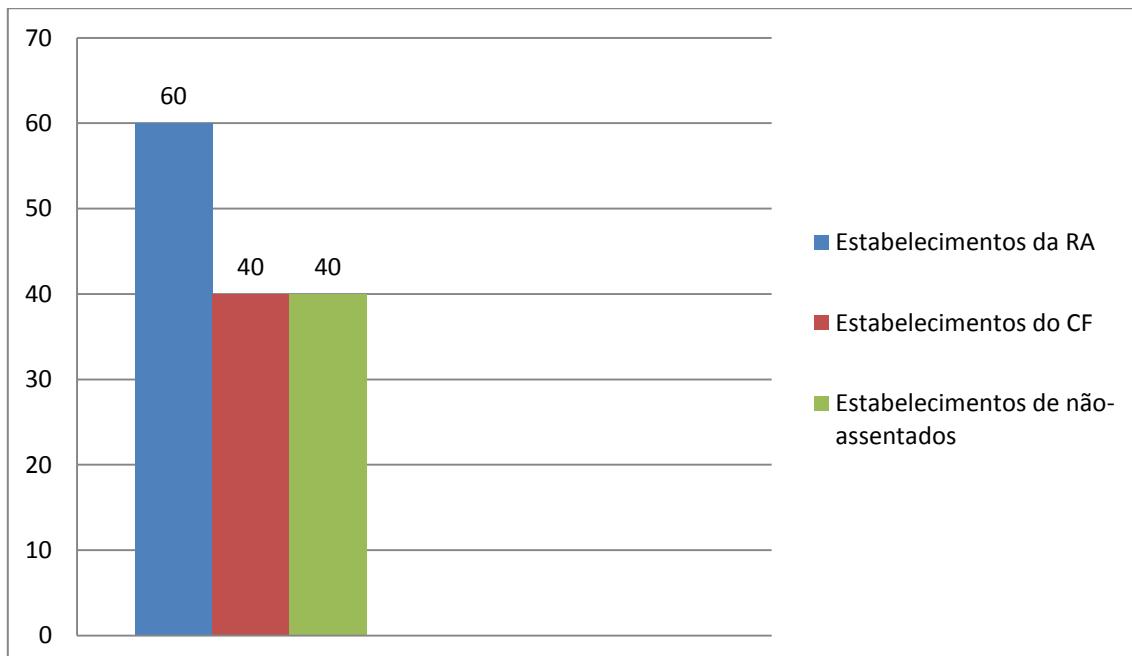


Gráfico 27 – interesse em cursos de qualificação ou capacitação técnica (em %). Fonte: autor

Observou-se que o acesso a internet pelos produtores é baixo, mas que já é grande por parte dos filhos e que começa a ganhar importância essa forma de comunicação.

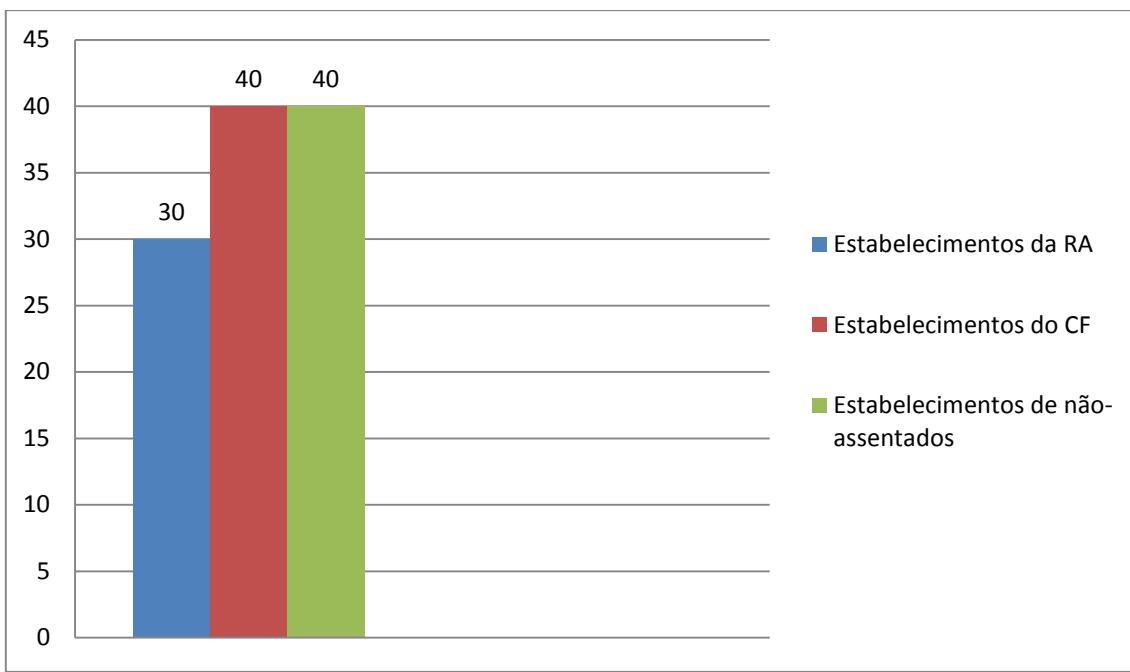


Gráfico 28 – acesso a internet (em %). Fonte: autor

A adoção de tecnologias que possibilitam o aumento da produtividade, seja na agricultura ou na pecuária, implica em alguns fatores como disponibilidade de capital ou de crédito com custos compatíveis além de adequados ao porte do empreendimento, uma análise do custo-benefício, além da mão de obra capacitada, o que requer um mínimo de escolaridade e treinamento apropriado.

A ampliação de créditos do PRONAF nas diversas linhas, investimentos na educação básica e técnica, fomentar a pesquisa voltada para a agricultura familiar devem impulsionar sobremaneira a atividade.

4.6 SUSTENTABILIDADE ESPACIAL

Ao se falar em sustentabilidade espacial vislumbra-se uma configuração rural-urbana mais equilibrada, isto é, uma diminuição dos contrastes altamente favoráveis às cidades no tocante a qualidade de vida, ao acesso dos equipamentos de educação e saúde principalmente.

O espaço geográfico é simultaneamente organizado e dividido, sendo que essa divisão pode obedecer a critérios funcionais, traduzidos nas paisagens e as paisagens organizadas se dividem entre cidades e campos, entre espaço urbano e espaço rural. Cada um desses espaços são caracterizados por uma fisionomia própria, por ritmos de atividade, por densidades humanas e por fluxos diferentes. Nas sociedades industriais, entretanto, as fronteiras entre o espaço rural e o espaço

urbano tendem a ir se tornando cada vez menos precisas e mais flutuantes (DOLLFUS, 1991).

Incluímos nessa dimensão da sustentabilidade a verificação sobre a percepção do agricultor familiar quanto à localização do estabelecimento principalmente com relação à qual bacia hidrográfica pertence.

Bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso de água é o conjunto de terras que fazem a drenagem da água das precipitações para esse curso de água e seus afluentes.

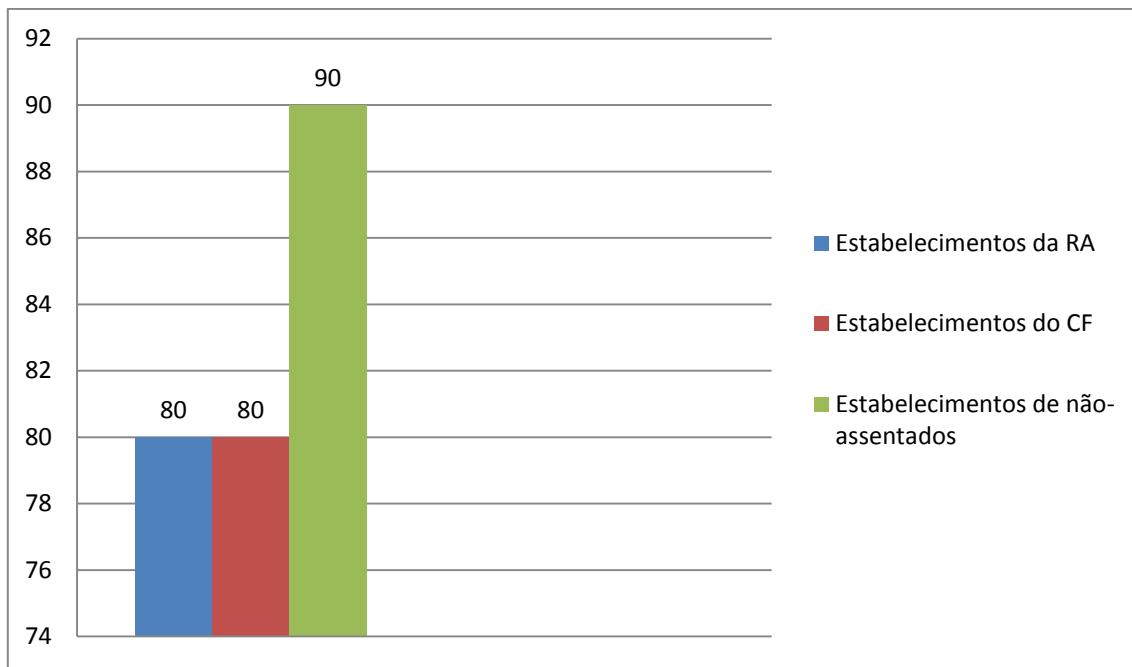


Gráfico 29 – Conhecimento sobre a bacia hidrográfica em que está localizado o estabelecimento (em %).

Fonte: autor

Apesar que a grande maioria conhece pouco a respeito do conceito de bacia hidrográfica, do que isso pode representar de forma concreta para sua atividade, verificou-se que os produtores conhecem ao menos algum rio ou córrego da região onde está localizado seu estabelecimento.

Imagen 35 – Rio Varadouro, no acesso ao Assentamento Sertaneja. Fonte: autor



Imagen 36 – Rio Piraputanga, no acesso às Colônias Velha e Nova. Fonte: autor



Muitas vezes não sabe o nome do córrego mais próximo, mas sabe o nome de um córrego ou rio mais volumoso mesmo que mais distante.

Sabe-se que o planejamento com base nas bacias hidrográficas vem sendo realizado com êxito nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, adequado não só para planejamento ambiental, mas também como auxiliar no planejamento econômico das regiões, sendo de grande impacto nas atividades rurais, pois são levados em conta e previstos fatores como: adequação de estradas, adoção de cultivo mínimo no preparo de solo e cuidados na utilização de agrotóxicos, proteção de nascentes e mananciais com a preservação e recomposição das matas ciliares.

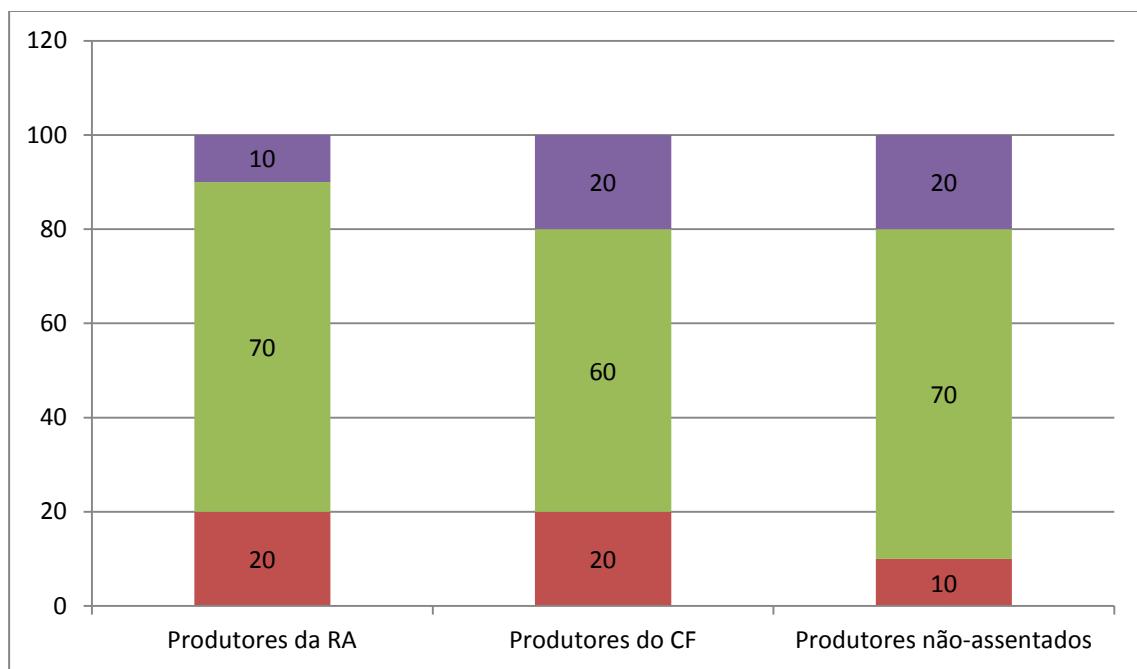


Gráfico 30 – Quanto ao acesso aos estabelecimentos (em %). Fonte: autor

Quanto ao acesso aos estabelecimentos a maioria considera de médio para bom.

<p>Imagen 37 – Manutenção da estrada de acesso para Campo Grande, dentro do PA Santa Mônica, Prefeitura de Terenos. Fonte: autor</p>  <p>16/05/2012 16:02</p>	<p>Imagen 38 – Manutenção da estrada de acesso para Campo Grande, dentro do PA Santa Mônica, Prefeitura de Terenos. Fonte: autor</p>  <p>16/05/2012 16:03</p>
<p>Imagen 39 – Manutenção da estrada de acesso para Campo Grande, dentro do PA Santa Mônica, Prefeitura de Terenos. Fonte: autor</p>  <p>16/05/2012 16:00</p>	<p>Imagen 40 – Manutenção da estrada de acesso para Campo Grande, dentro do PA Santa Mônica, Prefeitura de Terenos. Fonte: autor</p>  <p>16/05/2012 16:02</p>
<p>Imagen 41 – Ponte de concreto sobre o Rio Barreirinho – PA Santa Mônica. Fonte: autor</p>  <p>16/05/2012 17:13</p>	

4.7 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA

Entende-se como sustentabilidade econômica o desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa

científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional (SACHS, 2009).

Entende-se que a sustentabilidade econômica requer autonomia do produtor, que possa através da sua atividade obter um resultado positivo que garanta a sua permanência na atividade. Que possa recuperar os investimentos que tenha feito ou amortizar os financiamentos contratados tanto de investimento quanto de custeio e ainda com a renda auferida poder manter a família de forma digna.

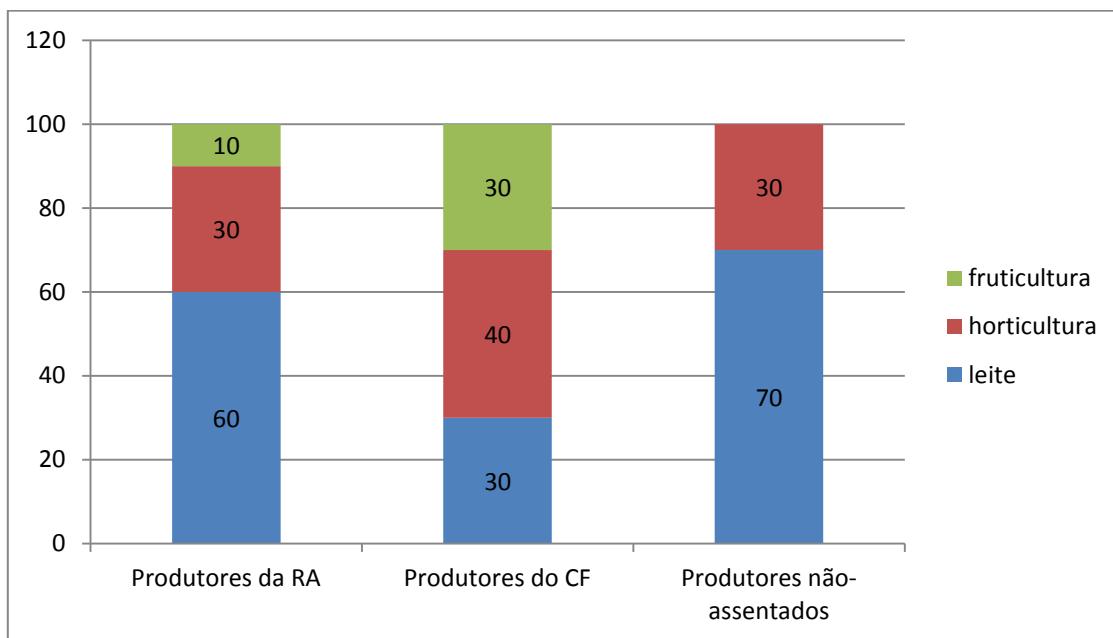


Gráfico 31 – Atividade principal (%). Fonte: autor

A produção de leite é a atividade principal tanto nos assentamentos da reforma agrária quanto junto aos produtores não-assentados, menos importante somente junto aos produtores do crédito fundiário, cuja atividade principal ficou com a horticultura. A fruticultura considerada de grande potencial a ser explorada em pequenas áreas ainda não despontou entre os produtores pesquisados como atividade atraente.

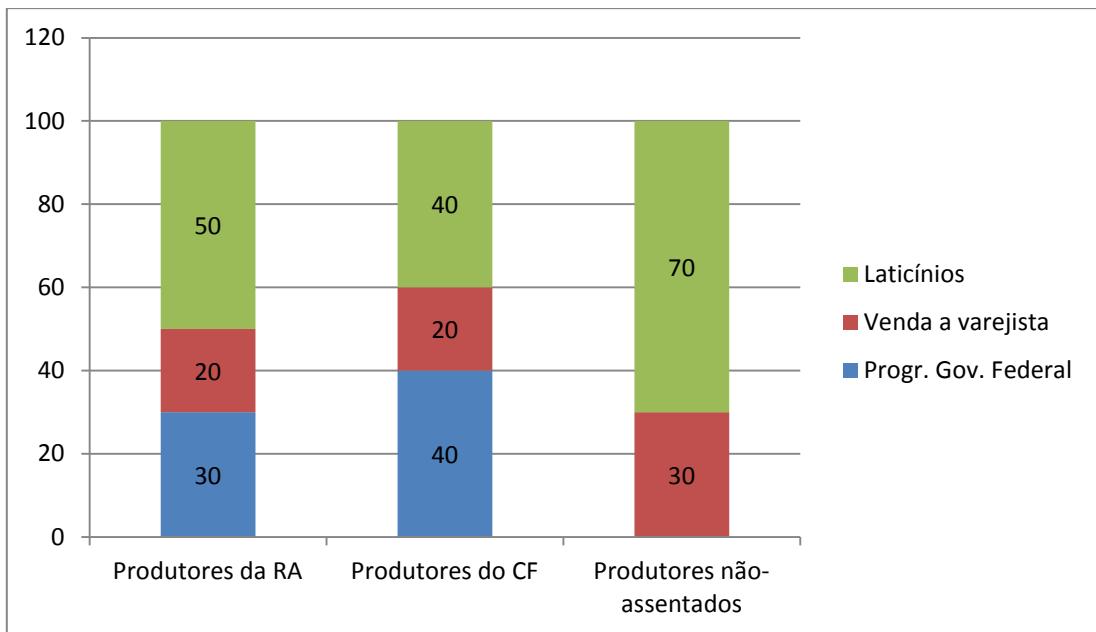


Gráfico 32 – Principal canal de escoamento da produção. Fonte: autor

A venda para laticínios é a principal via de escoamento da produção, que garante uma segura renda mensal, indispensável na opinião de todos os produtores. Muitos aproveitam os programas de compra do governo federal, que também garante um fluxo de receita mensal que traz tranquilidade e segurança. Uma grande porcentagem de produtores ainda não tem acesso a esses programas por não estarem adimplentes com compromissos assumidos principalmente do PRONAF e aqueles do crédito fundiário que estão com suas parcelas referentes ao financiamento de aquisição do lote atrasadas. A venda a varejistas, principalmente aqueles que produzem hortaliças e frutas tem uma tendência de crescimento.

Imagen 42 – Exemplo de pluriatividade – PA Santa Mônica. Fonte: autor



Imagen 43 – Exemplo de pluriatividade – PA Santa Mônica. Fonte: autor



Observou-se que alguns produtores ou familiares exercem uma outra atividade fora do estabelecimento visando complementar a renda familiar.

Segundo Silva e Companhola (2004), o conceito de pluriatividade refere-se à combinação de atividades agrícolas com outras atividades, que gerem ou não ganhos monetários, independentemente de serem internas ou externas à exploração agropecuária, considerando-se todas as atividades exercidas por todos os membros do domicílio. Desse modo, os conceitos de diversificação produtiva e da agricultura em tempo parcial ficam contidos no conceito de pluriatividade, pois, como queremos analisar todos os integrantes da família, a unidade relevante de análise passa da exploração agrícola para as famílias nela contidas.

Resultados obtidos em pesquisas, mostram que, no meio rural brasileiro, assim como acontece em outros países, existe uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas e que não se pode mais caracterizar grande parte do meio rural brasileiro como estritamente agrário, pois há um conjunto de atividades não-agrícolas, como prestação de serviços (pessoal, de lazer ou auxiliar de atividade econômica), comércio e indústria, que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural (SILVA e COMPANHOLA, 2004).

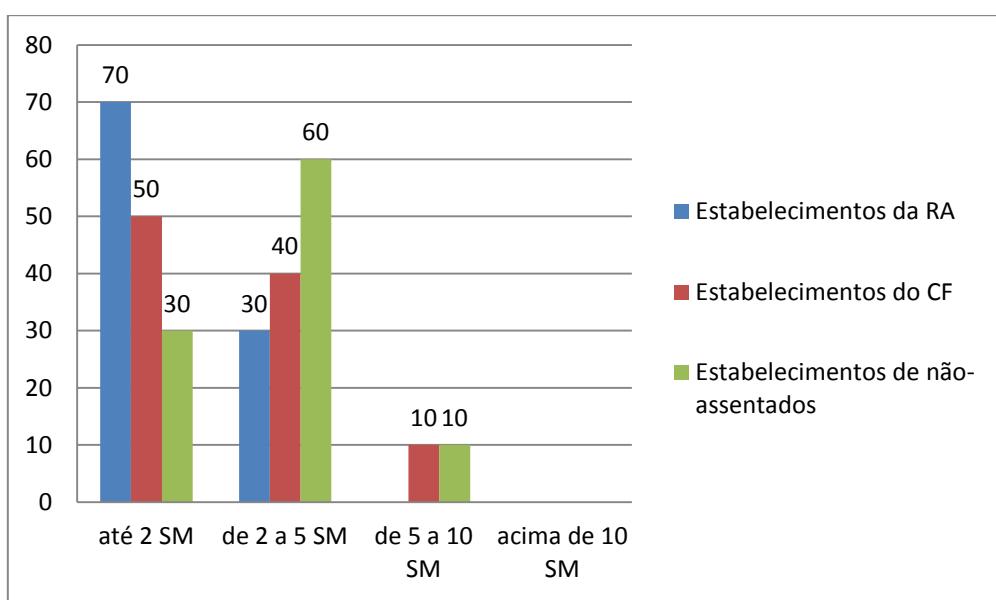


Gráfico 33 – Renda das famílias (em %), considerado salário mínimo de R\$ 622,00 - Fonte: autor

A renda familiar informada pelos produtores demonstra que apenas uma pequena porcentagem vive uma situação mais confortável, uma grande parcela aguarda por dias melhores, na expectativa de desenvolvimento de uma atividade

mais rentável, com a ampliação da assistência técnica, com mais acesso a crédito e melhores condições de escoamento da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de lembrar Milton Santos, com relação à construção do espaço como presente, onde ressalta que para apreendê-lo, é imprescindível um esforço no sentido de voltar as costas, não ao passado, mas às categorias que ele nos legou e que conservar categorias envelhecidas equivale a erigir um dogma, um conceito, e sendo histórico, todo conceito se esgota no tempo.

Se considerarmos apenas a época a partir da independência brasileira, pode-se avaliar que tivemos muitas oportunidades de minimizarmos a miséria e penúria das camadas mais pobres da população brasileira possibilitando o acesso à posse e propriedade da terra para produção agropecuária e renda.

Após mais de 300 anos de escravidão, com a abolição da escravatura em 1888, já poderia ser reduzida a dívida social com a população afro-descendente. Segundo o Censo de 1890, o Brasil contava com uma população de 14.333.915 habitantes, sendo que mais de 70% dessa população vivia na zona rural, sendo 14,6% de negros e 41,4% de pardos, portanto 56% da população brasileira na época podiam ser considerados afro-descendentes. Mais dramática a situação dos indígenas, cuja população foi praticamente dizimada ao longo da história, com estimativas que seriam de alguns milhões de indivíduos na época do descobrimento no Censo de 2010 do IBGE somavam 896.917 pessoas, sendo que 63,8% dos que se declararam indígenas viviam em áreas rurais e do total, 57,6% viviam em terras indígenas.

Com a proclamação da república, e consequente evolução do sistema político e vigência de nova carta magna, surgia outra oportunidade para reconhecimento do direito a vida digna de grande parcela pobre da população brasileira, tendo as elites aristocráticas no poder vetado o acesso à terra desses brasileiros, preferindo incentivar a migração de europeus e asiáticos como mão de obra assalariada para substituir a mão de obra escrava.

Observando-se o quadro atual da agricultura familiar no município de Terenos, percebe-se a possibilidade de ampliação da variedade de produtos obtidos no campo, onde antes predominava essencialmente a pecuária de corte, com baixa empregabilidade, do crescimento do PIB e da renda per capita no município, além da criação de uma estrutura mais robusta na área da educação, da saúde, e de uma infraestrutura maior de vias de acesso urbanas e rurais e da qualidade de vida, seja na cidade como no campo.

Com relação à pesquisa, chama-se a atenção, às situações mais comumente encontradas referentes ao baixo nível de escolaridade do produtor e consequentemente a sua baixa qualificação técnica, contribuindo sobremaneira para a inviabilidade econômica da atividade.

A adoção de novas tecnologias apropriadas, tanto na área de produção de insumos, como de equipamentos, além de gerenciamento mais eficaz dos estabelecimentos devem garantir a sustentabilidade da atividade. Um impulso às atividades desenvolvidas de forma cooperativa também pode repercutir de modo muito favorável. Iniciativas visando a reflexão em torno da inovação e empreendedorismo podem ser objetos de estímulos com boas repercussões.

Acredita-se que com políticas públicas adequadas, a educação e a pesquisa possam contribuir sobremaneira para o desenvolvimento da agricultura familiar, devendo ser objeto de preocupação e prioridade para a imensa maioria dos municípios brasileiros, além dos governos estaduais e federal. Instituições como escolas agrotécnicas federais e a EMBRAPA podem colaborar de forma decisiva para o sucesso da agricultura familiar, iniciativas de abertura de grupos de pesquisa com enfoque na agricultura familiar nas universidades podem impulsionar a atividade, contribuindo sobremaneira para o desafio de extirpar a pobreza e miséria de grande parcela de brasileiros.

Finalmente acreditamos que as perspectivas futuras das atividades são animadoras e que o agricultor familiar deve ser estimulado com políticas públicas capazes e eficazes para capacitá-lo a enfrentar os desafios da economia moderna.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.* **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto: USP-FEA, vol. IV, n. 2, p. 379-397, abril/junho 2000.
- ALTVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza – Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial.** São Paulo: Unesp, 1995.
- ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de; BRAGA, Geraldo Magela e SANTOS, Marinho Miranda dos. **Extensão Rural no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira.** Viçosa-MG: Universidade Federal de Viçosa/Imprensa Universitária. 1994. 60 p.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local.** Sobral: Edições UVA, 2005. 115 p.
- BRUMER, Anita *et al.* *A exploração familiar no Brasil.* In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). **A agricultura familiar – Comparação Internacional.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993. 336 p.
- CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do Labirinto/2.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CHESNAIS, François e SERFATI, Claude. *Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas.* **Revista Crítica Marxista**, nº 16, 2003. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf acesso em 16/10/2012
- COLTRI, Marilia C. C. *O crescente fértil.* Disponível no endereço: <http://mariliacoltri.blogspot.com.br/2012/05/historia-o-crescente-fertil.html> acesso em 02/03/2013.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - Rio 92. **Agenda 21.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 1995. 472 p.
- CONWAY, Gordon. **Produção de Alimentos no século XXI:** Biotecnologia e Meio Ambiente. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2003.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1999. 216 p.
- DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico.** Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand, 1991. 121 p.
- DRUCKER, Peter. *Civilizando a Cidade.* In: HESSELBEN, Frances *et al.* **A comunidade do futuro:** Idéias para uma nova comunidade. São Paulo-SP: Futura, 1998.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2^a ed. Guaíba, RS: Livraria e Editora Agropecuária, 1999. 157 p.

ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiências. Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local* - Vol. 1, n^º 1, p. 51-62. Campo Grande, MS: UCDB, 2000.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007

GARBIN, Vitor Hugo e SILVA, Medson Janer. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável** - Território da Reforma – MS. Campo Grande, MS: Fundação Cândido Rondon/MDA, 2006. 64 p.

GIANEZINI, Miguelangelo. *Sustentabilidade Tecnológica: complementação para o econômico, o social e o ambiental*. Portal administradores, 2011. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/sustentabilidade-tecnologica-complementacao-para-o-economico-o-social-e-o-ambiental/62492/> acesso em 12/08/2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Estrutura fundiária. Atlas da Questão Agrária Brasileira*. UNESP: Presidente Prudente, SP, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm> acesso em 02/03/2013.

GUANZIROLI, Carlos E. et al. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.

HOFFMANN, Rodolfo. *A insegurança alimentar no Brasil*. Cadernos de Debate Vol. II, p. 1-11. Campinas, SP: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, 1994. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/A_INSEGURANCA_ALIMENTAR_NO_BRASIL.pdf, acesso em 27/04/2011.

IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=500800

_____. Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: www.ibge.gov.br

_____. Censo Agro 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário. Comunicação Social, 30/09/2009. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1464>

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente et al. *Considerações sobre o Pleno Emprego no Brasil*. Comunicados do Ipea n. 135. Brasília: Presidência da República, 2012,

disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120216_comunicadoipea135.pdf acesso em 16/08/2012.

LE BOURLEGAT, Cleonice A. *A fragmentação da vegetação natural e o paradigma do Desenvolvimento Rural*. In: COSTA, Reginaldo B. (org). **Fragmentação Florestal e Alternativas de Desenvolvimento Rural na Região Centro-Oeste**. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

MARTINS, Gabriela Isla Villar. **El juego del Desarrollo Local**: usos y limitaciones de la aplicación de la Teoría de Juegos al Desarrollo Local. 2003. 471 f. Tese (Doctorado em Desarrollo Local y Planificación Territorial) – Universidad Complutense de Madrid em convenio com La Universidad Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS-Brasil.

MEDEIROS, Josemar Xavier; WILKINSON, John e LIMA, Dalmo M de Albuquerque. *O desenvolvimento científico-tecnológico e a Agricultura familiar*. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque e WILKINSON, John (org). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, DF: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. *Dimensões da Sustentabilidade*. [Revista das Faculdades Santa Cruz](http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf), v. 7, n. 2, julho/dezembro. Curitiba: Faculdades Santa Cruz, 2009, disponível em: <http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf> acesso em 20/08/2013.

MIGUEL NETO, Sulaiman. **Questão Agrária** – Doutrina, Legislação e Jurisprudência. Campinas, SP: Bookseller Editora, 1997. 348 p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasilia: MDA/CONDRAF, 2007a.

_____. *Beneficiários do Crédito Fundiário realizam encontro em Mato Grosso do Sul*, de 09/07/2012. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=10224374 acesso em 16/12/2012.

_____. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> acesso em 16/12/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília, DF: Ascom/MDS/MDA, 2010. 32p.

MIRANDA, Mariza Santos. **Estação Terenos**: Educação e presença alemã no sul de Mato Grosso – 1920/1934. São Paulo, SP: All Print Editora, 2005. 151 p.

MULS, Leonardo Marco. *Desenvolvimento Local, Espaço e Território*: O conceito de capital Social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. Brasília, DF: ANPEC, **Revista Economia**, v. 9, n. 1, jan/abr 2008. 21p.

NAVARRO, Zander. *Prefácio In: VILPOUX, Olivier François (org.). Sustentabilidade e Agricultura familiar.* Curitiba-PR: Editora CRV, 2011. 289 p.

NEVES, Evaristo Marzabal. *A força que brota da terra.* In: NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo Marzabal. **Agronegócio do Brasil.** São Paulo-SP: Saraiva, 2005. 152 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios. Editado por Armand Pereira em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana – 1^a ed. Brasília, DF: OIT, 2001. 196 p.

PARANÁ/SEAB. Manual de operações e procedimentos para a implementação do programa nacional de crédito fundiário no Paraná / Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ; Márcio da Silva, Simone Weber Polack e Sérgio Luiz Machado Silva (coordenadores). Curitiba, PR: SEAB, 2007. 64 p.

PARANHOS. Marcelo Galassi de F. *Organização Comunitária como ferramenta para uma agricultura sustentável.* In: UZÊDA, Mariella Camardelli (org.). **O desafio da agricultura sustentável:** alternativas viáveis para o Sul da Bahia. Ilhéus, BA: Editus, 2004. 131 p.

PORTAL DA CIDADANIA. Territórios da Cidadania. Disponível no endereço: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/dareformams/one-community?page_num=0 acesso em 15/04/2012.

PORUTGAL, Alberto Duque. *O Desafio da Agricultura Familiar.* Disponível no endereço: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/> acesso em 26/06/2012.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária.** São Paulo, SP: Brasiliense, 2000. 188 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home/> acesso em 15/03/2012.

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO (PNCF). Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/cred_fundiao/saibaMais.asp. acesso em 18/05/2012.

PUTNAM, Robert D; LEONARDI, Robert e NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. 2^a edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2000. 260p.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** São Paulo, SP: Ática, 1993. 269p.

RODRIGUES, Waldecy. **Tecnologias Agrícolas Sustentáveis no Cerrado.** Brasília-DF: Ministério da Integração Nacional / Universidade Estadual de Goiás (UEG), 2002. 86p.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel. 1993. 103 p.

_____. Brasil Rural: *Redescobrimento e invenção*. In: GUANZIROLI, Carlos E. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro-RJ: Garamond, 2001. 288 p.

SÁENZ, Tirso W.; CAPOTE, Emilio Garcia. **Ciência, Inovação e Gestão Tecnológica**. Brasília: IEL/ABIPTI/SENAI, 2002. 136p.

SANTOS, Carlos. *Território e Territorialidade. Revista Zona de Impacto*. Vol. 13, Setembro/Dezembro, Ano 11, 2009. Centros de Hermenêutica do Presente (UNIR/UFAL) e Programa de Mestrado em Geografia – UNIR. Disponível em: http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html acesso em 04/02/2013.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.

_____. **Pensando o espaço do homem**. 4ª edição. São Paulo, SP: Hucitec, 1997

_____. *O dinheiro e o território. Revista GEOgraphia* - Ano 1 - Nº 1. Rio de Janeiro: UFF, 1999. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/2/2> acesso em 14/04/2011.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro-RJ: Record. 2001. 174 p.

_____. **O espaço dividido:** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2ª edição. São Paulo, SP: EDUSP, 2004. 440 p.

SAWAYA, Rubens R. *Acumulação de capital, capital multinacional e a exclusão da periferia*. VIII Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis, SC, de 17/06/2003 a 20/06/2003, Disponível em http://www.sep.org.br/artigo/8_congresso_old/15_SAWAYA.pdf. acesso em 27/04/2011.

SESCOOP. [Panorama do Cooperativismo Brasileiro](#) - Ano 2011. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), março de 2012, disponível no endereço: http://www.brasilcooperativo.coop.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro_2011.pdf. acesso em 15/06/2013.

SILVA, José Graziano da; COMPANHOLA, Clayton Campanhola (editores técnicos). **O Novo Rural Brasileiro** – Renda das Famílias Rurais, v. 5. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 495p.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 14. ed. São Paulo-SP: Graphia, 2004. 454 p.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2005.

STROH, Paula Yone. **Ignacy Sachs**: Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

VASCONCELOS, Cláudio Alves. A Companhia Jamic e sua atuação durante as décadas de 1950 e 60. In. MARIN, Jérri Roberto; Vasconcelos, Cláudio Alves (Orgs.). **História, região e identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

VEIGA, José Eli da. *A transição agroambiental nos Estados Unidos*. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (organizadores). **Reconstruindo a agricultura**: Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2ª Ed. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 323 p.

_____. In: PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2000. 188 p.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004. 142 p.

VITORINO FILHO, Valdir Antonio; SACOMANO NETO, Mário e SPERS, Eduardo Eugênio. *Cooperação e Competição: uma contribuição a partir da Teoria dos Jogos*. **Anais do V CONVIBRA – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, 2008. Disponível em: http://www.convibra.org/2008/artigos/179_0.pdf. acesso em 17/06/2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, número 21, outubro 2003, 42-61. Rio de Janeiro, RJ: CPDA - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Disponível no endereço: <http://r1.ufrrj.br/esa/index.php?cA=db&al=224&vT=da&vA=64>

ANEXO I

Pesquisa: Sustentabilidade da Agricultura Familiar

Pesquisa que tem por objetivo avaliar o que pensa o produtor a respeito da sua atividade e/ou situação.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) por Ronaldo São Romão Sanches, sob a Orientação do Prof. Dr. Heitor Romero Marques

Data:	/ /2012	Município/UF:	
	Produtor		
	Agricultor Familiar - Assentamento (Reforma Agrária-INCRA)		
	Agricultor Familiar - Assentamento (Crédito Fundiário)		
	Agricultor Familiar - Tradicional		

1. Sustentabilidade Social

1.1 Quanto à propriedade:

Área em ha:			
A propriedade é:			
própria	Arrendada	Outra situação:	
Qual a forma de aquisição da propriedade?			
Comprada	Herança	Faz parte de Programa de Reforma Agrária	Adquirida através de crédito fundiário (PNCF, Banco da Terra, Cédula da Terra):
Há quanto tempo está estabelecido na propriedade?			
Você mora na propriedade?		sim	não
Tem casa na cidade?		sim	não
Acesso a rede de energia?		sim	não
Possui veículo?		sim	não
Tem acesso a transporte coletivo?		sim	não
As crianças tem acesso a transporte escolar?		sim	não

1.2 Você acha que no campo tem tudo que você e sua família precisam para viver bem?

sim	não	Indeciso

1.3 O que acha que falta?

--

1.4 Você gostaria de morar na cidade?

sim	não	Indeciso

1.5 Por que?

1.6 Quanto à família:

Composição: nº de integrantes _____

Descrição dos integrantes:

s/n	Tipo	Idade
	Pai	
	Mãe	

1.7 Grau de escolaridade (indicar se está estudando atualmente)

s/n	Tipo	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior incompleto	Superior completo
	Pai						
	Mãe						

2. Sustentabilidade Ecológica (Ambiental)**2.1 Tem algum curso d'água dentro do estabelecimento?**

sim	Não	Qual?

2.2 Tem alguma nascente dentro do estabelecimento?

sim	Não

2.3 Como classificaria o estado da mata ciliar protetora dos mananciais dentro do estabelecimento?

Excelente	Bom	Regular	insuficiente

2.4 Você acha que existe algum tipo de poluição na bacia hidrográfica a que pertence?

sim	Não	Que tipo de poluição?

2.5 Qual o destino do esgoto da sua casa?

Rede de esgoto	Fossa séptica	Fossa negra	Vai para o curso d'água	Não sabe

3. Sustentabilidade Cultural**3.1 Procedência da família:**

s/n	Tipo	Local de nascimento
	Pai	
	Mãe	

4. Sustentabilidade Política**4.1 Você participa de algum movimento social de luta pela terra? Qual**

sim	não	Movimento

4.2 Você participa de alguma associação?

sim	não

4.3 Você participa de alguma cooperativa?

sim	não

5. Sustentabilidade Tecnológica

5.1 Na atividade agrícola você utiliza?

	Equipamento	Informar se é próprio/ de uso comum/ da prefeitura / alugado
	Trator	

5.2 São realizadas avaliações constantes do solo no seu estabelecimento, com acompanhamento técnico?

sim	não	indeciso

5.3 Na atividade agrícola você utiliza tecnologia de controle de erosão?

s/n	Tipo

5.4 As atividades desenvolvidas no estabelecimento tem o acompanhamento de agências de assistência técnica)? Está satisfeito?

	Agraer
	outra

5.5 Você, ou alguém da sua família tem feito cursos de qualificação ou capacitação técnica?

sim	não

5.6 Que tipos de curso?

5.7 Tem interesse em fazer algum curso ou treinamento/capacitação?

Sim	Não

5.8 Sobre qual assunto gostaria de fazer?

	Cursos
	Agricultura: de grãos / outros
	Alimentação de animais / Capineiras / Silagem / Pastagens
	Horticultura
	Fruticultura
	Administração / Gerenciamento da propriedade
	Piscicultura
	Avicultura
	Pecuária: Leiteira / outros

5.9 Quanto ao acesso e uso da internet, informe e complemente:

Acessa a internet?	
Quem acessa?	

6. Sustentabilidade Espacial

6.1 Você sabe em que bacia hidrográfica está incluso seu estabelecimento?

(Uma bacia hidrográfica ou bacia de drenagem de um curso de água é o conjunto de terras que fazem a drenagem da água das precipitações para esse curso de água e seus afluentes).

sim	não	indeciso		Qual?

6.2 Como você classificaria o estado do acesso ao seu estabelecimento?

Ótimo	Bom	Médio	Ruim

7. Sustentabilidade Econômica

7.1 Produção do estabelecimento:

Atividade principal do estabelecimento

7.2 Principal canal de escoamento da produção?

Canal	Observações

7.3 Renda da família:

s/n	Tipo
	Até 2 SM
	De 2 a 5 SM
	De 5 a 10 SM
	Acima de 10 SM

Obs.: salário mínimo é de R\$ 622 a partir de 1º de janeiro de 2012.